

GUSTAVO SOUZA SANTOS

**#VEMPRARUA: TERRITORIALIDADES DE INSURGÊNCIA E ATIVISMOS
ON-LINE/OFF-LINE NAS JORNADAS DE JUNHO NO BRASIL EM 2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
MONTES CLAROS/MG
Julho/2017**

GUSTAVO SOUZA SANTOS

**#VEMPRARUA: TERRITORIALIDADES DE INSURGÊNCIA E ATIVISMOS
ON-LINE/OFF-LINE NAS JORNADAS DE JUNHO NO BRASIL EM 2013**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmica e Análise Espacial

Linha de pesquisa: Território, Cultura e Meio Ambiente

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria das Graças Campolina Cunha

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
MONTES CLAROS / MG
Julho/2017**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Maria das Graças Campolina Cunha (Unimontes)

Orientadora

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (UFRGS)

Examinador

Prof. Dr. Alysson Luiz Freitas de Jesus (Unimontes)

Examinador

Aprovada em 11 de julho de 2017

Dedico este trabalho aos meus pais Aristóteles e Maria Helena, aos apaixonados por Comunicação e a tantos que fizeram da insurgência uma linguagem de subversão, ressignificação e transformação.

AGRADECIMENTOS

A alegria da gratidão consiste em celebrar e rememorar tantas pessoas e ocasiões essenciais de nossa trajetória. Comigo não poderia ser diferente. Não apenas agradeço, mas comemoro o apoio e a presença de muitos que não poderiam estar guardados em outro lugar senão dentro do coração.

Agradeço aos meus pais Aristóteles e Maria Helena por serem sustentáculos e meus primeiros apoiadores. Às minhas irmãs Izadora e Izabela pela companhia. E tantos outros familiares que direta e indiretamente fazem parte deste processo que chega à maturação.

Pela inspiração ininterrupta e pelo acompanhamento afável e simultaneamente denso, agradeço à minha orientadora, a Prof.^a Graça Cunha. Sua sensibilidade e magistério foram propulsores para uma viagem que por vezes parecia ousada ou subversiva para a Geografia. Obrigado pelo tudo de si oferecido em cada encontro, mensagem e contato.

Agradeço à acolhida do PPGEIO/Unimontes. Faço memória das contribuições de cada um dos professores que o compõem por fazerem minha experiência mais completa. Em especial aos professores Anete Pereira, Cássio Alexandre, Marcos Esdras, Guta Mundim e Alysson Freitas (do PPGH/Unimontes e cujas contribuições no Exame de Qualificação foram determinantes) pela oportunidade da companhia inestimável durante as aulas e também nos corredores e pela docência que se estenderá pela vida.

Aos amigos, dos quais faltam palavras para expressar carinho e gratidão. Em especial a Max, Stéfannie e Stella, cuja fraternidade se combina com uma paternidade das quais o amor e a amizade são linguagens que excedem qualquer lógica. Obrigado pela companhia e pelas discussões de sempre.

Às companhias irreverentes, indispensáveis e especialíssimas do Samba, Ana Paula, Maria Isabella e Lílian. As risadas, pautas e amizade longeva ensinam o poder de viver com leveza e celebrar tudo com mais alegria e entusiasmo. Obrigado pelo samba diário.

Agradeço à Josiane Brant, antes professora, hoje amiga e colega de trabalho, mas sempre mentora. Sua motivação, confiança e inspiração são grandes marcos em minha trajetória profissional e pessoal. Obrigado por tudo.

Agradeço aos amigos e colegas do CEAD/Unimontes pelo caminho conjunto e pelo carinho característico. Em especial à Viola, Betânia, Ângela, Fernando, Wendell, Greice, Alexandre, Aliane, Aldelaine, Fernanda, Ronilson e tantos outros.

Agradeço às FIPMoc, cuja cultura educacional e profissional me fazem avançar e crescer enquanto docente e pesquisador. De modo particular, agradeço à Letícia Turano pela confiança, cuidado, acolhida e suporte. Sua presença é inspiradora e fundamental.

Agradeço também os professores, já amigos, Andréa Amaral, Joanna Ribeiro, Ana Gabriela Ribeiro, Silvia Magalhães e Thais Rego pelo suporte e amizade. Aos meus alunos cuja companhia diária são doses intensas de inspiração, aprendizado e motivação. Tê-los por perto faz toda a diferença.

Agradeço aos colegas de turma do PPGEIO, cuja diversidade e companhia foram marcos inestimáveis durante experiências de aprendizado e amizade durante horas de estudos, partilha de angústias, papos nos corredores e os melhores intervalos na cantina que o CCH pode proporcionar. Obrigado.

A tantos que na memória e no coração fazem morada e que contribuíram com esta trajetória de forma oportuna, direta e indireta, deixando-a mais plural, diversificada e intensa. Obrigado, obrigado e obrigado.

Pois o que é irreversível no mundo como no Brasil é o empoderamento dos cidadãos, sua autonomia comunicativa e a consciência dos jovens de que tudo o que sabemos do futuro eles o farão. Mobilizados.

Manuel Castells em *Redes de Indignação e Esperança*
(2013)

RESUMO

Em 2013, protestos de iniciativa do Movimento Passe Livre contra o aumento da tarifa de transporte público na cidade de São Paulo tornou-se o estopim para a eclosão de manifestações sistêmicas por todos os estados brasileiros, o Distrito Federal e cidades do exterior. As vozes eram polissêmicas e vocalizavam por demandas sociais como transporte, saúde, educação, bem como protestos contra a corrupção. As manifestações com escopo ampliado se difundem pelo território nacional arregimentadas pela autonomia da comunicação via redes sociais, fazendo do mês de junho uma odisseia de insurgência: as jornadas de junho. Este estudo analisa as dinâmicas socioespaciais das jornadas de junho, cujos desdobramentos como a produção de territorialidades ante a insurgência e o engajamento sociopolítico, práticas socioespaciais na ida às ruas e no significado patente e latente despertado, além dos ativismos de base on-line e off-line, na apropriação das tecnologias de informação e comunicação como indumentária sociopolítica e marcadores de devires com novas noções de vivência e experiência socioespaciais. A pesquisa se apoia na análise documental de conteúdo noticioso para refletir sobre os contextos dos atos como sua difusão pelo país, a participação de cada estado, a conjuntura de sua territorialidade, multiescalaridade, suas redes e ativismos on-line. A mobilização de junho de 2013 compreendeu a formação de territorialidades de insurgência, fortalecidas pela comunicação autônoma proporcionada pelas redes sociais, difundindo suas mensagens e integrando os sentimentos de insurgência. O movimento apropriando-se do espaço pela tomada das ruas, desenvolveram uma mobilização reticulada que encontrou ressonância em todos os locais onde os atos se concentraram de modo multiescalar. O usufruto da comunicação digital como indumentária fez do ciberespaço um novo meio com o qual experiências socioespaciais podem se desencadear, como no ativismo despertado nas jornadas de junho. Os eventos abrem espaço para a discussão da espacialidade de novas formas de sociabilidade e interações sociais, seja elas materiais ou (i)materiais, tendo a insurgência como balizador de novas práticas e dinâmicas contemporâneas entre espaço, comunicação e sociedade.

Palavras-chave: espaço, jornadas de junho, Brasil, territorialidade, movimentos sociais, ciberespaço.

ABSTRACT

In 2013, protests developed by Movimento Passe Livre against the public transportation fee increasing in the São Paulo city became a starting point to the eclosion of systemic demonstrations in all Brazilian states, capital and foreign cities. Voices were polissemic and vibrated for social demands as transportation, health, education and against political corruption. The demonstrations with the expanded scope spreaded through national territory regimented by the autonomous communication of online social networks, making of June na insurgent odyssey: the June journeys. This study analyses the social-spatial dynamics of June journeys, which unfolding elements as territorialities production under insurgency and social-political engagement, the social-spatial practices in streets appropriation and its meanings, besides online and off-line activisms in information and communication technologies as social-political indumentary and behavioral marks as new notions of life and experience in society and space. This reasearch takes support in documental anlysis of news contente to reflect about the contexts of demonstrations like its spread through the country, participation from each state, its territoriality, multiscales, networks and online activism. The mobilization of 2013 June comprehended the formation of an insurgente territoriality strenghten by the autonomous communication provided by online social networks spreading the message and integrating insurgency feeling. The movement taking space by taking streets developed a reticular mobilization that found ressonance in every place where demonstrations were concentrated in multiscale way. The use of digital communications as indumentary made of cybespace a new mean which social-spatial experiences can be unfold. This events opened the discussion of spaciality of new sociability and social interactions ways being material or imaterial having the insurgency as a milestone of new practices and contemporary dynamics amongst space, communications and society.

Key words: space, June journeys, Brazil, territoriality, social movements, cyberspace.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mídia e manifestações	35
Figura 2 – Mídia e manifestações	36
Figura 3 – Mídia e manifestações	36
Figura 4 – Mídia e manifestações	37
Figura 5 – Mídia e manifestações	37
Figura 6 – Mídia e manifestações	37
Figura 7 – Mídia e manifestações	38
Figura 8 – Mídia e manifestações	38
Figura 9 – Mídia e manifestações	38
Figura 10 – Mídia e manifestações	40
Figura 11 – Mídia e manifestações	41
Figura 12 – Mídia e manifestações	41
Figura 13 – Mídia e manifestações	42
Figura 14 – Mídia e manifestações	42
Figura 15 – Mídia e manifestações	42
Figura 16 – Mídia e manifestações	43
Figura 17 – Mídia e manifestações	43
Figura 18 – Mídia e manifestações	44
Figura 19 – Mídia e manifestações	44
Figura 20 – Mídia e manifestações	44
Figura 21 – Mídia e manifestações	45
Figura 22 – Mídia e manifestações	45
Figura 23 – Violência, policiamento e manifestações.....	47
Figura 24 – Violência, policiamento e manifestações	47
Figura 25 – Violência, policiamento e manifestações	47

Figura 26 – Violência, policiamento e manifestações	48
Figura 27 – Violência, policiamento e manifestações	48
Figura 28 – Violência, policiamento e manifestações	48
Figura 29 – Violência, policiamento e manifestações	49
Figura 30 – Violência, policiamento e manifestações	49
Figura 31 – Cena da campanha “O gigante acordou” Johnnie Walker.....	75
Figura 32 – Campanha “Vem pra rua” Fiat.....	76
Figura 33 – Localização dos protestos por cidade	79
Figura 34 – Manifestações e convocatória	90
Figura 35 – Manifestações e convocatória	91
Figura 36 – Manifestações e convocatória	91
Figura 37 – Manifestações e convocatória	91
Figura 38 – Identidade e manifestações	93
Figura 39 – Identidade e manifestações	93
Figura 40 – Identidade e manifestações	93
Figura 41 – Identidade e manifestações	94
Figura 42 – Identidade e manifestações	94
Figura 43 – Identidade e manifestações	94
Figura 44 – Identidade e manifestações	95
Figura 45 – Identidade e manifestações	95
Figura 46 – Identidade e manifestações	95
Figura 47 – Identidade e manifestações	96
Figura 48 – Identidade e manifestações	96
Figura 49 – Identidade e manifestações	96
Figura 50 – Identidade e manifestações	97
Figura 51 – Identidade e manifestações	97
Figura 52 – Identidade e manifestações	98

Figura 53 – Protestos e continuidades	100
Figura 54 – Protestos e continuidades	100
Figura 55 – Protestos e continuidades	101
Figura 56 – Protestos e continuidades	101
Figura 57 – Protestos e continuidades	101
Figura 58 – Volume de protestos por estado	102
Figura 59 – Evolução dos protestos por dia e município participante	106
Figura 60 – Comparativo entre protestos e acesso a internet por município .	145

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IVC – Instituto Verificador da Comunicação

MPL – Movimento Passe Livre

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	29
1. “NÃO É POR R\$ 0,20, É POR DIREITOS”: DINÂMICAS INSURGENTES, SOCIOESPACIAIS E ANAMNÉTICAS	29
1.1 “Não é por R\$ 0,20”: as bases, os contextos e a explosão das manifestações	31
1.2 Uma jornada socioespacial: o retorno sempre novo às ruas	57
1.3 Na rua e na memória: junho de 2013 e as dinâmicas anaméticas	66
CAPÍTULO II	73
2. AS TERRITORIALIDADES DO GIGANTE DESPERTO: FLUXOS, RELAÇÕES E DIMENSÕES MÚLTIPLAS	73
2.1 As territorialidades insurgentes do gigante desperto	78
2.2 Entre protestos e fluxos: as redes de junho de 2013	105
2.3 Uma jornada multiescalar	113
CAPÍTULO III	118
3. #VEMPRARUA: JORNADAS DE UM ESPAÇO EM REDE	118
3.1 “O lugar onde a humanidade funciona hoje”: o ciberespaço	121
3.2 A insurgência é on-line e off-line	129
3.3 Do espaço em rede: a geografia do ciberespaço	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICE	156
Catálogo dos protestos por data, estado e município	156

INTRODUÇÃO

O ano é 2010 e, Tarek bin Tayeb Bouazizi, um vendedor tunisiano de frutas e legumes de 26 anos faleceu após atear fogo ao próprio corpo em protesto às más condições de vida que seu povo levava. Seu martírio consistiu em uma prova cruenta e de metáfora eloquente do que as bases socioeconômicas de seu país representavam. A morte do cidadão constituiu um emblema para o germe de uma onda de protestos a cobrir a Tunísia e que levaram o ditador Ben Ali a deixar o poder ocupado por 20 anos.

Em 2011, a mesma centelha tunisiana inflamou a nação egípcia, que se engajou em busca de um novo projeto de país. As ruas foram tomadas de protestos e conclames de mudanças vocalizadas na persona do ditador Hosni Mubarak, há 30 anos no comando ditatorial do Egito de modo paternalista e com mãos de ferro. A insurreição tinha por tónus as condições de vida da população ao dissabor de incertezas, precariedades e violência. Com a queda ditatorial, a população desejava um suspiro esperançoso.

Levantes líbios e sírios também foram observados, marcados por anelos de um novo tipo de governança e um conjunto de situações que transformassem sua realidade subjugada. Agremiando o norte africano e Oriente Médio, tal movimento ficou conhecido como Primavera Árabe. As vozes populares se encontraram nas ruas fazendo com que as tramas de sua indignação florescessem em protestos e transformações sociais, a partir de uma nova perspectiva de seus países e de suas histórias.

Fagulhas puderam ser acompanhadas também na Europa. Os espanhóis conquistaram a Praça Puerta Del Sol e, sob o selo de indignados¹, promoveram a dissonância do discurso político vigente e a necessidade de se refletir os modelos de governabilidade do país. Lutou-se contra a hegemonia política binária, contra a representação social de seus projetos e impactos no cotidiano espanhol e ante ao envelhecimento político, em busca de uma nova cultura política nacional.

¹As manifestações espanholas ficaram conhecidas como Revolta ou Revolução dos Indignados, bem como 15-M, em alusão à data marco dos protestos de 15 de maio de 2011.

A reivindicação por melhores condições de trabalho e educação fez portugueses saírem às ruas e se declararem uma geração “à rasca”², isto é, paralisada, avariada e aquém de suas possibilidades. Os gritos da população aglutinada nos espaços públicos de grandes cidades portuguesas eram uníssonos: direito ao trabalho e à educação. Já os gregos, ocuparam a praça ateniense de Syntagma em confronto às medidas austeras adotadas pelo governo diante do desequilíbrio administrativo do país.

A trajetória insurgente chega à América em 17 de setembro de 2011. No Zuccotti Park, distrito financeiro - e porque não iconográfico - de Wall Street em Nova York, manifestantes estabeleceram uma ocupação permanente em protesto à má distribuição de renda, poderio de bancos e corporações, educação superior paga e corrupção. Os protestos demarcaram e ocuparam um espaço representativo e simbólico, e a partir de então, sinal de resistência e conclave popular.

No Chile, uma década depois do fim do regime militar, as regiões metropolitanas de Santiago foram tomadas por estudantes reivindicando melhorias na qualidade de ensino e o acesso à universidade. Os pinguins³ promoveram sua revolução indo às ruas, ocupando instituições de ensino e, sob parcerias sindicais, gerando greves gerais, fazendo o *status* de prosperidade do país ser posto em xeque ante as gerações atuais no vislumbre das vindouras.

Em junho de 2013, o Movimento Passe Livre⁴ - movimento de ativismo e discussão em torno do transporte público - e uma coesão de jovens usaram importantes vias paulistanas para protestarem contra o aumento da tarifa do transporte público. Entretanto, a ocupação das ruas ampliou seu escopo e agremiou um grande espectro de adeptos em todo o país, fazendo das ruas o eixo para uma série de reivindicações tocantes a temas sociais, políticos e cotidianos.

²Os protestos portugueses foram chamados de “geração à rasca” em alusão ao chamamento de “geração rasca” em protestos estudantis de 1994. “À rasca” é uma expressão lusitana para “com dificuldades para a realização de algo, prejudicado”.

³Os manifestantes chilenos ficaram conhecidos pela alcunha de “pinguins” em referência à aparência dos uniformes estudantis do ensino secundário e à causa educacional em protesto.

⁴Para entender a autodefinição e os princípios do Movimento Passe Livre, conferir <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>.

O movimento ampliado agarrou-se à etiqueta de “O gigante acordou”⁵, uma alusão ao país “gigante” que acordara para construir uma realidade melhor de vida para todo o povo. O movimento de protestos congregou sentimentos nacionais de desejo de mudança dos paradigmas sociais e políticos do país. A sintonia é ampla. Nessa trajetória de movimentos, a Primavera Árabe no norte africano e no Oriente Médio, o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, a revolta dos indignados na Espanha, a geração à rasca portuguesa, a revolução chilena dos pinguins e outros cenários tiveram ressonância precedente ao caso brasileiro, tendo a profusão de expressões sociopolíticas, de ativismos e pulsos socioespaciais como chancela.

O que dista nesta trajetória de movimentos em termos de localização geográfica, processo histórico e causas levadas a pleito, aproxima em termos de abordagem e dinâmica. E tal proximidade não encontra endosso apenas na linha temporal e na influência mútua pela difusão midiática. A apropriação das ruas, o engajamento sociopolítico resgatado, os devires coletivizados, a integração identitária, as tramas de comunicação de difusão e transmissão de mensagens e o arranjo de um movimento marcado por ativismos em rede se concatenam na emergência de uma espacialidade de insurgência particular.

Postos em perspectiva, os movimentos de insurgência aqui acompanhados não se enquadram na tipificação característica, padronizada e burocrática do que se entende por movimentos sociais. Mantendo distância da negligência discursiva de sua mais valia ou efemeridade, tais eventos apresentaram elementos constitutivos de uma nova tessitura de movimentos sociais na contemporaneidade, atrelados a vínculos socioespaciais e sociopolíticos em trânsito, ou melhor, em transformação.

O agenciamento espontâneo, a organização em rede, o aporte de mecanismos on-line, o resgate aos autos da cultura e do engajamento político, bem como os desdobramentos espaciais observados em sua insurgência e desenvolvimento revelam outras profundezas e elementos aquiescentes para o estudo de movimentos sociais contemporâneos. Não apenas sob luzes

⁵ “O gigante acordou” e “vem pra rua” se tornaram expressões conhecidas do movimento e fazem alusão a *slogans* publicitários das marcas Johnnie Walker e Fiat, respectivamente, com temáticas de sentimento e sentido nacional, de campanhas veiculadas no período, conforme relato nas páginas 75-76.

sociológicas, mas sobretudo espaciais. É nessa senda, portanto, que esta pesquisa se levanta e procura se estabelecer.

Há que se destacar ainda, ao lado da perspectiva socioespacial das jornadas de junho e predecessoras, o agenciamento de base on-line - essencial ao off-line. No bojo dos movimentos, foi comum o uso de rede sociais on-line e seus dispositivos para o convite à manifestação, a organização dos trabalhos, difusão de informações e comunicação irrestrita - para o caso dos países da Primavera Árabe que tinha a imprensa cerceada e os meios de se informar e comunicar restritos. O espaço de insurgência mostrou-se assim, um espaço reticulado de reflexo on-line e off-line.

A proposta deste estudo se dá pela investigação da dinâmica socioespacial do encadeamento desses eventos-fenômeno⁶, especificamente interessada no caso brasileiro, as manifestações de 2013, conhecidas como as jornadas de junho e sob a alcunha de “o gigante acordou” e “#vemprarua”. A cargo do caso brasileiro, a pesquisa procura capitular suas origens, organização, desenvolvimento, escopo, relações, proporções e sentidos à guisa de operações, práticas e processos socioespaciais.

Em São Paulo, a reivindicação vocalizada se posicionava contra o aumento da tarifa de transporte público. As chamadas de indignação e movimentação popular - no cenário em questão - chegaram ao Brasil, inicialmente sob a alcunha aparentemente particularizada do Movimento Passe Livre nos cenários metropolitanos paulistanos. Aparentemente particularizada porque o palco dos protestos eram as lutas pelo transporte público, tendo na retórica o direito universal à mobilidade e ao transporte público em contraste à configuração limítrofe dos grandes centros urbanos expandidos, calcados por ingerência pública e outros problemas de natureza urbana.

“Não é por R\$ 0,20, é por direitos”⁷. Um conclave ao projeto urbano e de vida que se propunha para a metrópole e não se restringia à interpretação parca da carestia dos serviços de transporte público, mas consistia no alerta aos direitos humanos alienados pela desatenção pública e por classes

⁶O termo eventos-fenômeno é uma chave de leitura e compreensão do objeto de estudo em questão e dos múltiplos casos que com ele ressonam. A expressão indica os acontecimentos per se com desdobramentos geográficos e históricos, encadeando-os como um fenômeno a ser desvelado, parte da estratégia investigativa aqui empreendida.

⁷Proclamação vocalizada e estampada em cartazes durante as jornadas de junho.

representativas que, fato constatado, já não representavam mais ninguém. Uma luta por dignidade, uma pauta de todos e para todos, uma indignação ecoada nas vozes, nas experiências e nas vivências cidadãs. De São Paulo em reflexo e uníssono para o Brasil. E como se viu, solidariamente, no mundo inteiro.

O escopo do movimento era pontual. Entretanto, sua base já comportava o germe da revolução, do conclave expresso. Não se ater aos centavos de aumento da tarifa era o estopim por uma luta por direitos, ou menos, por melhores condições de vida, por um projeto futuro mais promissor e esperançoso para uma parcela cidadã que o via sob arrefecimento e esvaimento. Aos poucos, o movimento ganha as ruas e a adesão paulista e o eco de toda uma nação unida em consciência, solidariedade e engajamento. Um despertar? Um levantar. Como proclamaram: o gigante acordou.

O gigante subjugado venceu os fios que o prendiam. Fios de precárias ações públicas, fios de uma política de ganhos, de carreiras e espetáculos, fios de má representação, fios de desatenção política, fios de enfraquecimento de uma cultura sociopolítica, fios de problemas estruturais e de gestão, fios que compunham um emaranhado onde os contrários de uma nação emergente se tornavam algozes imperativos e sistêmicos. Mas em seu despertar, um estalo, um recobrar da visão, a restauração da voz, o reanimar dos passos e um convite: *vem pra rua*.

O convite à rua não é novidade na história dos movimentos sociais e da ocupação urbana. Mas ali, seu frescor fornecia algo com o qual já não se acreditava e não se achava caminhos e condições de reverter. Ocupar à rua, o espaço da vida cotidiana, o espaço dos fluxos, a materialidade do ir e vir, a (i)materialidade do acontecer cotidiano era a chave de tensão pela meta, com a qual os gritos por vida e direitos passaram a se ouvir.

No convite à rua, a ocupação do espaço urbano e público funcionou como uma corrente sanguínea em plena irrigação ou como os impulsos nervosos em profusão comunicante e ramificados pelo corpo territorial do país. Pés nas ruas, percursos coletivizados, vozes, clamores e um sentido de pertença que rompia a localização material e se elevava a uma localização basal, situada e em sinergia às demais cidades e cantos do país.

No espaço ocupado e apropriado é que toda sorte de relações sociais se movem e produzem o território e suas territorialidades (SAQUET, 2007). No

movimento de passe livre ampliado, se juntaram os matizes e os contornos específicos da crescente e diversificada iminência nacional. Seus problemas, suas contradições, desigualdades e sua história introjetaram uma sinergia comum a constituir os passos do gigante adormecido e que passava a, finalmente, se movimentar.

Para a história nacional, não é a primeira vez que rompantes de protesto e ocupação do espaço catalisaram mudanças sociais e políticas. Nas Diretas Já, nos combates da ditadura militar ou com os caras pintadas, o Brasil assistiu ímpetos com semelhanças pontuais aos desdobramentos do fatídico mês de junho de 2013. Mas o gigante havia despertado. Talvez adormecido por uma atmosfera de estabilidade ou pela perda de relevância de sua vigilância que o fizeram cair no sono e atrofiar seu movimento.

O fato é que o gigante, no imaginário popular, acordou. Acordou naquele momento, o que parece indicar o despertar não apenas de uma consciência convidativa à luta, mas um movimento memorial mais intrincado e concatenado com o passado e carente de interpretação. O nutriente advindo da memória de experiências e expectativas antepassadas desencadeou uma força messiânica (BENJAMIN, 1994; BRANDÃO, 1998), de resgate do passado e compromisso com os legados e cada linha escrita anteriormente e que precisavam de desagravo no presente, com vistas a um futuro mais otimista.

No despertar evocado pela memória, pode-se inferir que os novos passos do gigante indicam a gestação ou a restauração de uma nova consciência politizada, isto é, uma cultura política, por si, mas reelaborada, reorientada com os símbolos e tramas que a atualidade pode fornecer do tempo, do espaço e dos sujeitos. Uma cultura em formação, pouco consistente, visto que em todos os movimentos, não apenas o brasileiro - mas estendendo à Europa, África, Oriente Médio e Américas -, prescindiram de uma organização e sistematização definida sobre o que as rupturas e transformações representariam e se tornariam em um *a posteriori* (CARNEIRO, 2012; HARVEY *et al.*, 2012).

Destarte a expansão dos objetivos e finalidades dos protestos, da ocupação das ruas, do germe do que parece ser uma nova cultura política, emanciparam-se territorialidades de insurgência. Insurgência dotada de um projeto de vida em adesão e compartilhamento às diversas dimensões em que a pauta se originava e se desenvolvia. Isto é, a ampliação do escopo da

manifestação implicou num carácter multiescalar do movimento, seja pela alocação popular, pela ocupação ou pela finalidade explícita.

Erigiram-se assim territorialidades fruto de dinâmicas espaciais e relacionais em rede, marcada por uma agenda sociopolítica. Particularizada nos clamores ao mesmo tempo situacionais e nacionais, e universalizada nos objetos e finalidades fundamentais a tocar sujeitos e sociedade. As territorialidades das manifestações de junho de 2013 efetivaram-se com um aspecto múltiplo e de forte disseminação inter-relacionada. Isso, por um movimento de enredamento de suas perspectivas, tornando o espaço - seja material pela ocupação das ruas e dos espaços públicos, seja simbólico pelo significado dos protestos - uma malha intercomunicante e reticulada.

A metáfora sismológica é esclarecedora para a compreensão do que representam os movimentos sociais (ROLNIK, 2013). Terremotos que abalam as estruturas de aparente estabilidade e que na liberação de sua energia tectônica, perturbam a ordem e fazem emergir uma variedade de contradições, paradoxos e contextos irresolutos. De sua intensidade, interessam as marcas deixadas e seu significado, comumente lidos apenas sob a matriz sociopolítica.

O espaço, contudo, tem préstimo nos arranjos que constituem o modo como movimentos de insurreição se estabelecem, tal qual à luz da imagem, as energias sísmicas se inter-relacionam ao substrato espacial. Todavia, não é apenas no espaço como substrato que os movimentos sociais se estabelecem, mas na complexidade do “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2002a, p. 39).

Embora elucidativa, a metáfora sismológica para movimentos sociais e de insurgência apresenta entraves à leituras mais profundas, das quais a espacial se inclui. Movimentações de natureza insurgente são marcados por uma ativação abrupta e espontânea⁸, o que conduz a um tratamento negligente de sua dimensão, em uma tipificação exclusivamente sociológica e sem vínculo

⁸ Essa espontaneidade refere-se à impressão pública e midiática imediata dos movimentos. Sua realidade porém, aponta que seu desenvolvimento se dá submerso, oculto, como nos estudos de Zibechi (1997) e as redes submersas que será posteriormente abordada.

espacial. Isso implica em abordagens por vezes desespacializadas, distantes dos conceitos e chaves de compreensão geográfica (SOUZA, 2013b).

Em outras perspectivas, a espacialidade é reduzida apenas à materialidade. Crescem, então, delineamentos conceituais indigentes para o fragor espacial das dinâmicas e elementos constitutivos dessa temática prescindindo da complexidade imaterial - como no caso das redes. E ainda, movimentos sociais são frequentemente assinalados sob a burocracia, excluindo novas visões sobre o contemporâneo, resultando em explorações aquém de sua possibilidade discursiva.

Do epicentro do terremoto, isto é, do ensejo inicial do movimento ancorado Passe Livre ao conclave nacional das jornadas de junho, interessa questionar o que o convite e a apropriação das ruas e dos espaços da cidade dizem, bem como ampliação dos objetivos iniciais. É preciso ainda saber que dinâmicas socioespaciais constituíram os protestos de junho de 2013 e como “o gigante que acordara” manifestou sua espacialidade. Com luzes geográficas, interroga-se sobre o ativismo manifesto nos protestos, sua territorialidade insurgente e reticulada e as narrativas entre o *modos vivendi* e *operandi* on-line e off-line. Tais indagações compõem o núcleo da problemática aqui enunciada: espaço, suas relações e dinâmicas com processos de insurgência contemporâneos e novas práticas socioespaciais.

Postas as questões de pesquisa, a proposta do estudo tem seu objetivo em analisar a dinâmica socioespacial das manifestações brasileiras de junho de 2013, cujos desdobramentos como a produção de territorialidades ante a insurgência e o engajamento sociopolítico, práticas socioespaciais na ida às ruas e no significado patente e latente que isso despertou e, os ativismos de base on-line e off-line, na apropriação das tecnologias de informação e comunicação como indumentária sociopolítica e marcadores de devires com novas noções de vivência e experiência socioespaciais.

Concomitantes à análise objetivada e a investigação traçada, o trabalho se orienta na discussão do objeto de estudo, tendo por objetivos específicos: discutir as jornadas de junho de 2013, elucidando sua expressão sociopolítica, dinâmicas relacionais de poder e contrapoder e sua articulação entre memória e práticas socioespaciais; examinar as territorialidades do “gigante desperto” na perspectiva da ocupação e apropriação espacial, no panorama das redes e sua

dimensão escalar; e analisar os movimentos em interface ao desenvolvimento de ativismos de base on-line e off-line, discutindo suas propriedades socioespaciais.

Aproximar-se dos contornos de movimentos sociais e de insurgência - sejam as jornadas de junho em foco ou a repercussão de movimentos recentes - é espacializar não apenas o visível, mas o invisível na contemporaneidade. Aquilo que escapa a publicização e se desdobra em operações materiais e imateriais, sem prescindir das dinâmicas de ambas as posições. Isso implica em direcionar uma abordagem geográfica para fenômenos ou partes de fenômenos cuja espacialidade é negligenciada ou tratada de modo indigente, sem o germe que o contemporâneo disruptivo oferece.

Inteirar-se da insurgência, do que a abastece, dos discursos que nela orbitam, dos sujeitos, de seus projetos, difusões, relações e práticas é tocar dinâmicas e práticas socioespaciais, onde o espaço se projeta para além do substrato material e se torna um vórtice de operações múltiplas e (i)materiais. Espera-se aqui abarcar novos conceitos e revisitar antigos com novas luzes.

Tendo as manifestações brasileiras de junho de 2013 em sua constituição, processos, dinâmicas e repercussões como objeto de estudo, esta pesquisa se inscreve tipologicamente como um estudo de caso. Para elucidar as tessituras, narrativas e elementos do caso em questão, opta-se pelo aporte documental da imprensa como dispositivo de leitura dos fatos e construções do objeto de estudo. Em sinergia aos pressupostos teóricos que a temática evoca, o uso do conteúdo noticioso da imprensa como fonte de dados trará ritmo à estrutura metodológica do trabalho.

Partindo do pressuposto de que a mídia e as práticas comunicativas se estabelecem inseridas em contexto social, estas trazem fortes imbricações como terreno de epifania de representações sociais na construção da realidade, de sujeitos e suas identidades, portanto, como substrato de movimentos sociais e engajamentos políticos e cívicos. E o desenvolvimento midiático não se dá sem uma partilha contextualizada de um cenário sociocultural, isto é, no discurso midiático, a cotidianidade é premente, o que reforça o dispositivo teórico-metodológico de que aqui se lança mão, por meio da manifestação de um leque de leituras para se capitular aspectos de eventos, fenômenos e processos.

A opção pela mídia e, especificamente, pela imprensa leva este estudo a abordar geograficamente o objeto de estudo com outra perspectiva, isto é, construindo trajetórias de imbricação socioespacial por meio de um empreendimento analítico-interpretativo factual - tendo atenção ao que constrói e desconstrói o discurso midiático e da imprensa.

No entanto, para distanciar-se da narrativa institucionalizada por grupos de mídia e aplicar o contraponto salutar à discussão e imersão sobre os eventos, adotou-se também o conteúdo alternativo e autônomo da internet. Em um trabalho que considera o ativismo on-line, havia que se considerar esse tipológico midiático como linguagem insurgente e ponto de investigação.

Assim, adotou-se jornais impressos e a rede social Twitter como fonte de dados sob duas motivações justificadas. Primeiramente, o caráter periódico do meio que o permite se constituir como um arquivo do cotidiano e um registro da memória que se forma no dia a dia, oferecendo o encadeamento cronológico dos fatos e a evolução de seu entendimento, recepção e tratamento noticioso e popular. A seguir, a cobertura jornalística impressa permite por sua cronologia, a ampliação dos fatos em contextos associados, participantes de outros fatos, tornando sua dimensão mais abissal. O Twitter, por sua vez, pela dinâmica de sua *timeline* permite a difusão, tratamento e a discussão de conteúdos em tempo real.

Para o *corpus* do trabalho, elegeu-se um conjunto de fontes composta pelos três jornais impressos de maior circulação no país com acervos digitalizados e disponíveis na internet: *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, e *Estadão*⁹. A escolha dos periódicos se justifica em razão de sua circulação, tornando-os veículos de maior adesão nacional e, conseqüentemente, cobertura jornalística¹⁰.

⁹ Ranking desenvolvido com base nos dados do Instituto de Veiculação da Comunicação (IVC) para o ano de 2013 considerando a variável de circulação. No ranking, Super Notícia (grupo O tempo) é o jornal de maior circulação no período de referência, no entanto seu acervo não está disponível. Desse modo, os jornais subsequentes (na 2ª, 3ª e 4ª posições) entram no *corpus* do estudo.

¹⁰ Fontes jornalísticas complementares foram adotadas de veículos on-line, cuja cobertura dos eventos complementaram os achados das fontes aqui de jornal impresso aqui definidas: o portal G1 (disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>) e agência Grunz (disponível em: <http://www.grunz.com.br/mapa-dos-protestos-no-brasil-pelo-mundo/>).

No Twitter, selecionou-se aqui publicações de usuários diversos por meio de sua ferramenta de busca avançada¹¹, catalogadas pelas *hashtags* #vemprarua e #ogiganteacordou, destaques durante os atos¹². O período de referência para a exploração das fontes se dará entre os meses de junho a agosto de 2013, considerando o início dos protestos em um trimestre de repercussões, para se destacar não apenas cenários e causalidades, mas consequências e reflexos a partir das tramas midiáticas.

Para o tratamento dos dados, adotou-se a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2007) no fichamento e catalogação das informações tendo por referência o período definido e a abordagem de temáticas centrais ou associadas ao objeto de estudo, seguido da composição de um quadro de registro temático e cronológico dos eventos e conteúdos noticiosos para o desenvolvimento analítico e discursivo.

O conteúdo noticioso de mídia impressa foi extraído das edições selecionadas e dispostos para discussão à guisa da elaboração textual do trabalho e conforme a técnica de análise de dados. Os *tweets* selecionados foram extraídos em sua forma imagética integral, mantendo o anonimato dos usuários e promovendo destaque ao teor das publicações para o conjunto interpretativo da pesquisa. Procurou-se assim, construir a trajetória do caso em questão, no encadeamento dos fatos e eventos, e ainda, o mapeamento do desenvolvimento da insurgência, pelos fluxos fruto de um movimento em rede e por sua abrangência, pelo crescimento da escala na medida em que o escopo também cresce.

Os esforços teóricos consideraram, predominantemente, a sustentação de temáticas, categorias e conceitos sobre espaço (LEFEBVRE, 1991; SANTOS, 1998; 2002a; 2002b; 2008a; SOJA, 1993), a produção de territorialidades (HAESBAERT, 2009; 2007; RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2009), a questão das redes (CORRÊA, 1997; 2006; DIAS, 2001; SOUZA, 2013b; ZIBECCHI, 1997; 2008; 2015) e da escala (CASTRO, 2001; SOUZA, 2013a), movimentos sociais e insurgências contemporâneas (CASTELLS, 2013; HARVEY *et al.*, 2012; MARICATO *et al.*, 2013; SCHERER-WARREN, 1987; 2005), o agenciamento da

¹¹Conforme <https://twitter.com/search-advanced?lang=pt>.

¹²Conferir <http://youpix.virgula.uol.com.br/fun/ta-indo-pra-rua-protestar-confira-estas-dicas-compartilhadas-nas-redes-sociais/>.

memória (BENJAMIN, 1983; BRANDÃO, 1998; HABERMAS, 1990) e os aspectos que transitam entre sociedade em rede/ciberespaço/ativismos on-line (CASTELLS, 1999; LÉVY, 2000).

A organização do texto se dá por meio de três capítulos que oferecem ao mesmo tempo a análise do caso e a discussão teórica vigente. O primeiro capítulo, intitulado “‘Não é por R\$ 0,20, é por direitos’: dinâmicas insurgentes, socioespaciais e anamnéticas”, aborda a gênese e as bases contextuais das jornadas de junho. Acompanha-se, no intercurso das fontes, desde os arranjos do Passe Livre, passando pela manifestação inicial até a ampliação de seu escopo e o desdobramento de uma frente de contrapoder.

Na medida em que as manifestações são lidas factualmente, leituras socioespaciais e políticas são posicionadas. As jornadas de junho são exploradas a partir de suas dinâmicas espaciais, entendo o espaço e suas significações como um espaço de insurgência, com o convite e a apropriação das ruas, o uso do espaço urbano e público como substrato de articulação e os sentidos - pertença, identificação, engajamento, outros - que se desenvolvem entre o escopo e o espaço.

No capítulo inicial, exploram-se também os sentidos das manifestações a partir da perspectiva anamnética, isto é a memória como agente produtora de significados que levam à transformação da realidade cotidiana. A memória é explorada na perspectiva benjaminiana (1994), habermasiana (1990) e de Brandão (1998), ou seja, a memória como redentora de expectativas e experiências passadas em um tônus de ação para o presente e com vistas em um futuro de desagravo pretérito, e a memória como autonomia do narrar e protagonizar a própria história, contada e subjugada por fatores de dominância e esquecimentos institucionalizados.

O segundo capítulo discute a produção de territorialidades no contexto das manifestações. Intitulado “As territorialidades do gigante desperto: fluxos, relações e dimensões múltiplas”, o texto explora o movimento de junho a partir de sua constituição, aspectos basilares e desdobramentos em uma perspectiva de espacialização. Recorre-se aqui ao arcabouço sobre o espaço geográfico em Santos (1988; 2002a; 2002b; 2008a) e territorialidades nas leituras de Saquet (2007), Haesbaert (2009) e Rafestin (1993).

As imbricações do espaço a produção de territorialidades de insurgência são exploradas ainda nos conceitos de redes, em Corrêa (1997; 2006), Dias (2001), Santos (2002a), Souza (2013b) e Zibechi (1997; 2008; 2015), e escalas por Castro (2001) e Souza (2013a). As redes são discutidas na perspectiva (i)material e do espaço de fluxos (CASTELLS, 1999) e das redes submersas (ZIBECHI, 1997) - circuitos de redes invisíveis ao tratamento midiático e à sociedade geral, cujo desenvolvimento é contínuo, mas que a partir de dados contextos, eclodem com certa “espontaneidade”. Discute-se ainda a interface das manifestações com as redes de comunicação e informação e sua perspectiva multiescalar, na qual se apresenta o mapeamento de difusão do movimento.

“#VemPraRua: jornadas de um espaço em rede” é o debate do capítulo final. Tratou-se aqui dos ativismos de base on-line - isto é radicados por meio da internet, seus tipológicos e dispositivos - e off-line - não pautados pela imbricação on-line - e sua inter-relação de reflexo, agremiação como rede e seu pulso multiescalar. Intentou-se desvendar a espacialidade desse processo e seus significados geográficos, comunicacionais e sociopolíticos.

Não se prescinde a análise da dimensão espacial e relacional do ciberespaço e de poder no ciberativismo. Em uma releitura do termo lefebvriano¹³ de práticas espaciais e na senda de um espaço reticulado (entre redes e fluxos), elabora-se e discute o termo práticas e performances socioespaciais, dizendo dos gestos e sentidos contemporâneos de se utilizar, sentir e vivenciar o espaço. Castells (1999; 2013), Lévy (2000), Santos (2002a) e Lefebvre (1991) são autores explorados ao longo do que se expõe no capítulo.

Por fim, é preciso particularizar a estética da linguagem apresentada por esta produção. Trata-se de uma escolha linguística particular, como forma de imersão e empatia ao objeto de estudo, marcado pela ebulição e efervescência característica dos movimentos sociais e das redes contemporâneas. E ainda, como percurso diante do objeto, isto é, desenvolvendo-se com uma narrativa que cerca o objeto - com o aporte teórico já elucidado e com as propostas já

¹³ Termo cunhado em Lefebvre (1991).

esclarecidas -, perscrutando-o, investigando-o, internalizando e externalizando os elementos que o constituem.

CAPÍTULO I

1. “Não é por R\$ 0,20, é por direitos”: dinâmicas insurgentes, socioespaciais e anamnéticas nas jornadas de junho

O homem é um animal social e político¹⁴: a sentença aristotélica sobre o devir e a condição humana ainda ressoa nas complexas formações sociopolíticas contemporâneas. Sociabilidade e política tem se arrolado historicamente como atributos humanos e das relações que os sujeitos desenvolvem para o intercurso de necessidades, ações e interesses. Tais aspectos compunham a vocalização do discípulo de Platão, ecoando do centro da ágora grega para a ágora da contemporaneidade.

Por excelência, a ágora é um espaço representativo de fruição do debate de interesse público e coletivo. Seu influxo socializante e politizante se fundamenta na cooperação integrada à problematização da realidade, dedicadas à sua transformação para o beneplácito dos sujeitos e seu ordenamento. Da Grécia Antiga às sociedades mais modernas e cosmopolitas hodiernas, o ideário da ágora se mantém transmutado nos símbolos e ícones de ação social e política: nos dispositivos de governança, no espírito democrático, na atividade popular, nos elementos públicos dos territórios ou no mínimo ensejo de voz e reação.

Ora, a ágora é o espaço onde o discurso ressonante gera construções e coletividades. É onde o público e o particular ecoam, espacializados em uma dimensão de pertença e ação altamente socializantes e politizantes. Do grito da existência humana ao se conscientizar como tal ao discurso aristotélico, o homem tem produzido relações e dinâmicas espaçotemporais pautadas na dicotomia entre sociabilidade e política.

Da ágora grega para a ágora contemporânea que encontra vibração nos múltiplos recônditos e ícones do espaço - a cidade, as ruas, as praças, o público e até as vias fluidas e intercomunicantes do ciberespaço -, sociabilidade e politização podem ser tomadas como mais do que elementos característicos da

¹⁴Em Aristóteles (2009).

condição e do devir humano, mas pulsões existenciais que constituem a trajetória da humanidade desde que esta toma consciência de si.

Não faltam evidências para sustentar a tese aristotélica quanto à tônica socializante e politizante do homem. Do ímpeto do chão de fábrica, das linhas de formação pelo direitos, dos mais tenros movimentos sociais até os arranjos mais complexos e organizados, o *zoon politikon*¹⁵ é observável. Contudo, não só a história é capaz de testemunhar empreendimentos sociais pautados na vocalização de ideais fundamentados em um pensamento coletivizado sobre os rumos da própria sociedade. O espaço é também uma chave de leitura e compreensão desse tipo de arranjo, não se restringindo apenas à performance de substrato.

O espaço é capaz de deflagrar tessituras e espectros pouco ou mal observados sob outros pontos de vista, o que o torna um objeto essencial de observação e investigação. A espacialidade e as dinâmicas que tocam a voraz polissemia do objeto de anelo geográfico não fornecem apenas leituras em fragmentos ou em perspectiva, mas destravam profundidades pouco exploradas, das quais a metáfora do *iceberg*¹⁶ serve de imagem bastante didática.

Em busca de ter o espaço protagonista da análise da insurgência contemporânea manifesta no retorno sempre novo às ruas e na disrupção contemporânea inflamada pelo ciberespaço, esta proposta se orienta pela leitura das narrativas dos protestos, sejam as jornalísticas - como se denota pela fonte que subsidia a pesquisa -, populares ou governamentais. Partir das dinâmicas que cercam determinado objeto afinal, é deitar o olhar sobre as mecânicas e funcionalidades aparentes ou não, rasas e profundas, evidentes e expressivas, esquecidas e postas em memória.

Nessa ode ao espaço, este trabalho se inscreve na demanda de particularizar o pulso socializante e politizante humano, no contexto da ação popular e dos movimentos sociais ao longo de décadas, tendo por contexto as jornadas de junho. Este capítulo por sua vez, toma o primeiro percurso deste

¹⁵Termo grego antigo para “animal político”.

¹⁶Convenciona-se que apenas 10% da massa de um iceberg é vista da superfície do oceano, sendo que sua estrutura mais ampla fica ocultada pelo fluxo de água. Da metáfora, entende-se que examinar quaisquer aspectos em uma leitura do espaço, isto é, geográfica per se, pode revelar dimensões que não são facilmente observáveis ou suficientemente destacadas sem imersões e insumos específicos - aqui, os geográficos.

tráfego analisando a imbricação entre o objeto e três dinâmicas: as de repercussão do protesto (insurgentes), as de experiências passadas e expectativas futuras no tempo e no espaço (anamnéticas) e as que constituem cada elemento do espaço (socioespaciais).

1.1 “Não é por R\$ 0,20”: as bases, os contextos e a explosão dos movimentos

O Brasil nas ruas (O Globo, 18 jun. 2013, p. 1).

Protesto se espalha pelo país (Estadão, 18 jun. 2013, p. 1).

Onda de protestos atinge 12 capitais na maior manifestação do país desde o “Fora Collor” (Folha, 18 jun. 2013, p. C1).

Em 17 de junho de 2013, manifestações sistêmicas se instalaram em 12 capitais do país. Milhares de pessoas ocuparam as vias brasileiras em protesto, com vocalizações polissêmicas, unidas por um sentido de insurgência e um unísono de clamor popular. Qualquer classificação ou rotulação apressada parecia terminantemente inadequada para dirimir a sintaxe e a tônica de seu delineamento.

Factualmente, atos desencadeados no território nacional. Mas o significado ou rumo de qualquer cenário evocado pelos eventos daquela segunda-feira não podiam ser contidos nos acontecimentos rotineiros de um décimo primeiro dia útil. As manchetes anunciavam que um contingente representativo do país tomou as ruas, está em protesto e demanda efeitos.

A mobilização que chegou às ruas, em sua eclosão, teve o maior número de envolvidos em um ato do tipo em 21 anos. Uma envergadura similar foi acompanhada em 1992 com o movimento dos caras-pintadas pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo. Atos subsequentes a esse capítulo da história nacional não possuíram o mesmo ímpeto ou expressão experimentada ao fim do primeiro semestre de 2013.

Embora 17 de junho tenha sido o evento símbolo dos acontecimentos que marcaram os protestos subsequentes e sua conjuntura, atos anteriores ocorridos entre 7 e 12 do mesmo mês constituíram a corporificação inicial do movimento. O alastramento pelas capitais e sua difusão posterior foi precedido de estopins nas vias paulistas, o que constituiu o epicentro das manifestações.

São Paulo foi portadora do germe dos protestos capitaneados pelo Movimento Passe Livre (MPL)¹⁷, movimento social brasileiro que se organiza em torno de temáticas ligadas ao transporte urbano e a tarifa zero. A bandeira inequívoca dos atos iniciais se articulava em torno da demanda pela eliminação dos custos do transporte coletivo, endereçando-se à autoridade governamental. O princípio era de longa data e familiar às narrativas urbanas e políticas de São Paulo, todavia se tornou um signo ainda maior de contravenção.

O aumento de R\$ 0,20 à tarifa de ônibus no âmbito do transporte público paulistano soou uma involução às discussões do MPL e de entusiastas do transporte coletivo face a uma proposta de ausência de tarifas. As moedas pouco significavam em um sentido estrito, porém sua não negociação ocasionou um litígio popular em relação ao estado, tocando feridas antigas como a representatividade, destino das verbas públicas e uma gestão pensada no bem social.

Para o MPL e sua agenda, os atos iniciais significavam sua lida e sua forma de ação, prontamente comum e esperada. Todavia, o fervor popular tarifário evoluiu em uma narrativa múltipla de demandas sociais. Os R\$ 0,20 se tornaram marcadores sociopolíticos de uma indignação latente e entranhada. O direito ao transporte de qualidade se ampliou em direito à cidade ou no lume da memória diante das conquistas a suor e voz de longa data na sociedade brasileira.

A organização típica de um movimento social amparado por um coletivo ou entidade cedeu lugar a uma espontaneidade integradora e engajadora que encontraram na rua o espaço fértil para processar sua catarse. Catarse esta derivada dos retratos sociais e políticos do país, vistas aos olhos da história pela última vez à época dos caras-pintadas

Mais de 1 milhão vai às ruas no país (Estadão, 21 de jul. 2013, p. 1).

Milhares vão às ruas “contra tudo” (Folha, 18 jun. 2013, p. 1).

¹⁷Embora o MPL paulista tenha sido parte da eclosão dos movimentos, sua origem vem do sul do país. Sua formação data de 2005, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, se estendendo a seguir por Florianópolis, chegando a São Paulo e a outros estados brasileiros posteriormente.

“Contra tudo”. A bandeira da redução da tarifa de transporte público que fora o estandarte primário do movimento, se tornou uma função parabólica para uma agenda mais ampla, vilipendiada pelos veículos de mídia, mas sobretudo atomizada no cotidiano, do qual com propriedade se pode sentir e versar. E se o contexto é partilhado, os sentimentos são aderentes e uma aglutinação de sentidos é possível.

“Não é por R\$ 0,20”, gritavam as vozes dos manifestantes e também as letras garrafais de cartazes e faixas. “É por direitos!”, completavam. E que direitos? O transporte público toca uma dimensão vital dos grandes centros urbanos, a mobilidade. O que está explícito em termos de planejamento urbano e gestão pública, está implícito em laços sanguíneos de uma população com sua urbe: a liberdade de ir e vir, de habitar, de apropriar-se do espaço e nele tecer suas experiências.

O objeto do MPL era unívoco. As conversas sobre transporte público e sua taxaço já estavam estabelecidas. As decisões de aumento por parte da administração da cidade e do estado aqueceram as pautas e originaram atos organizados pelo movimento. No *corpus* de levante do MPL contra o aumento de tarifa anunciado, novas injeções de insurgência foram aplicadas sobre a malha social.

Por objetos, o conjunto de serviços, fatores e indicadores essenciais para a vida social radicadas no espaço social e urbano como os serviços públicos de saúde e educação, a economia, a reforma política e até a recepção de megaeventos¹⁸ - e a crítica à gentrificação e limpeza social de que promoveriam. Por ensejo, a transformação, a transfiguração e a ressignificação do espaço e do que nele se opera. Por teor, a expressão sociopolítica, capaz de incidir sobre a realidade, de clamar atenção e investir forças sobre determinados objetos.

As jornadas de junho teceram diversas representações quando de sua eclosão.

O movimento se diz “apartidário, e não antipartidário” (Folha, 24 jun. 2013, p. C1).

Outra característica dos protestos foi o repúdio a partidos políticos (Estadão, 21 jun. 2013, p. 16).

¹⁸Os megaeventos em questão eram a Copa do Mundo FIFA de futebol sediada no Brasil em 2014 e, mais recentemente, os jogos olímpicos de 2016.

Sem a predominância de bandeiras de partidos políticos, sindicatos ou entidades estudantis (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3).

A cobertura jornalística frequentemente caracterizou os atos como seus integrantes pelo pulso sociopolítico, pela alta politização que leva às ruas e dá acústica para as vozes e demandas. Todavia, o fragor político contrastava com a definição de apartidarismo, de repúdio à partidos políticos e rechaçamento de bandeiras consideradas oportunistas para um momento que crescia em termos de unidade de sentimento.

É comum taxar os atos e participantes como neutrais ao cenário político indissociável às pautas levantadas, já que perpassavam pelas estruturas de governança e pelos projetos políticos atrelados à molas de governabilidade. Entretanto, neutro não é um adjetivo apropriado para o teor dos protestos carregados de alvos bem delimitados, endereçados e tipificados.

Protestos atraem sobre si um leque de representações comumente caracterizados pela desordem, pela instabilidade e pelo desequilíbrio. A democracia contemporânea, berçada na ágora grega, somada ao apelo de um ideal de ordem social enxergam na mudança do desenho básico de sua estrutura e fluxo, uma ameaça em vários níveis. Ameaça à segurança e à civilidade, ameaça ao patrimônio e ao fluxo comercial transacional, ameaça aos ideais figurativos de uma urbe moderna, ameaça, sobretudo, às estruturas de poder.

Sob o selo de potencial ameaça, manifestações de qualquer natureza facilmente se inscrevem a diversos formatos de representações, nutrindo o imaginário popular. Opinião pública, tratamento da autoridade política e repercussão midiática foram uma estrutura sob a qual fatos e eventos passam a ser lidos e construídos, muitas vezes para além de sua real representação e narrativa. A publicidade mediada de acontecimentos é marcada por esse esquema, onde a narrativa pode ser ajustada sob a ótica de um produtor, interessado ou transmissor (THOMPSON, 2004).

A representação inicial - e a mais frequente - dos protestos era marcada pela narrativa do descrédito, aditivada pela maximização da depredação. O realce da desordem e dos prejuízos causados pelas ações dão volume às descrições e narrativas, conseqüentemente resultando em pouco ou nenhum foco sobre a pauta erguida para estabelecer contrapontos dialéticos.

Contra tarifa, manifestantes **vandalizam** centro e Paulista (Folha, 12 jun. 2013, p. 4, grifo nosso).

Depredação livre (Folha, 20 jun. 2013, p. A2, grifo nosso).

Sem controle (O Globo, 21 jun. 2013, p. 1).

Violência se espalha pelo país (Folha, 21 jun. 2013, p. C1, grifo nosso).

[...] Comerciantes **criticam** passeata (Folha, 18 jun. 2013, p. C5, grifo nosso).

Grupo de manifestantes **ataca** sede da Prefeitura de SP e fere 2 guardas-civis (Estadão, 19 jun. 2013, p. 11, grifo nosso).

Entendendo que as manifestações não ocorreram estritamente como o que era narrado pela cobertura jornalística nos veículos tradicionais, ou ainda, não teve a dimensão ou a pertinência em que o espaço e o período de exposição de conteúdo sobre o tema era destinado na programação, a internet se tornou deflagradora de práticas de comunicação alternativa.

Essencialmente, o tráfego na internet, o acesso, o compartilhamento e as relações que se estabelecem on-line pela performance dos usuários não se tangencia pela ordem de princípios editoriais ou códigos internos de conduta dos grupos de mídia. Isto torna a comunicação intempestivamente mais democrática, aberta e alternativa, já que sucumbem as camadas do que é editorado a uma realidade mais autônoma de conversação e difusão.

Nesse sentido, já postos em destaque os fragmentos da narrativa jornalística, convém observar em panorama o que os sujeitos compartilharam em termos de impressões, experiências e narrativas das próprias ruas. Assim, apresenta-se agora uma seleção de *tweets*¹⁹ em consonância ao conteúdo reportado pelos veículos analisados como fonte anteriormente.

Figura 1 – Mídia e manifestações

¹⁹Obtidos conforme o percurso metodológico apresentado na seção Introdução.

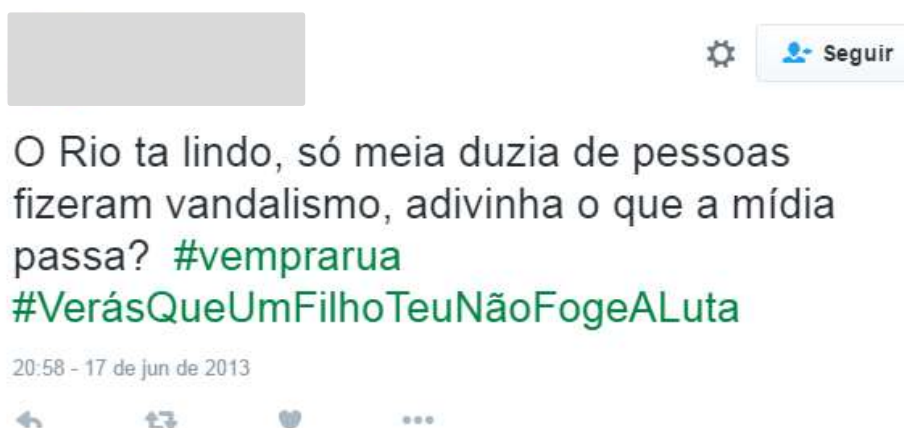


Figura 2 – Mídia e manifestações

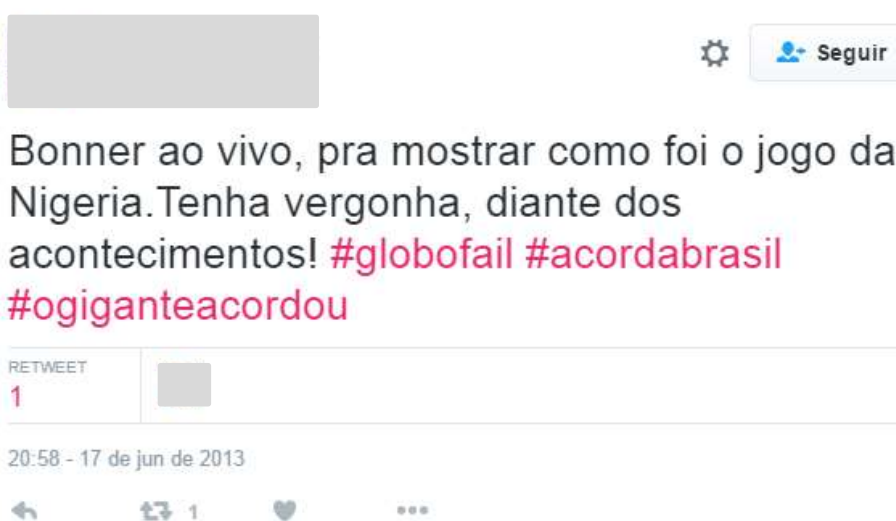


Figura 3 – Mídia e manifestações

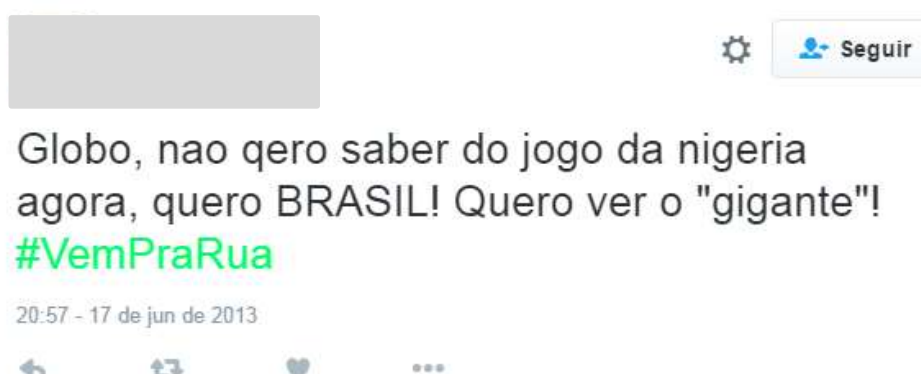


Figura 4 – Mídia e manifestações

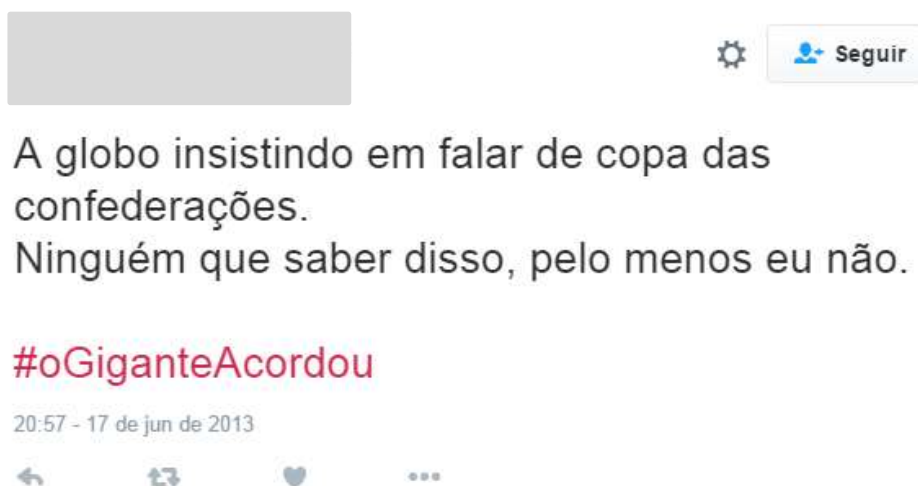


Figura 5 – Mídia e manifestações

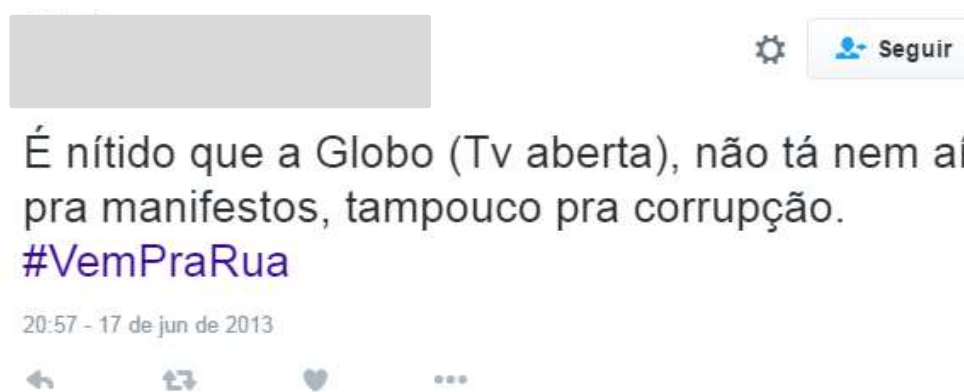


Figura 6 – Mídia e manifestações



Figura 7 – Mídia e manifestações

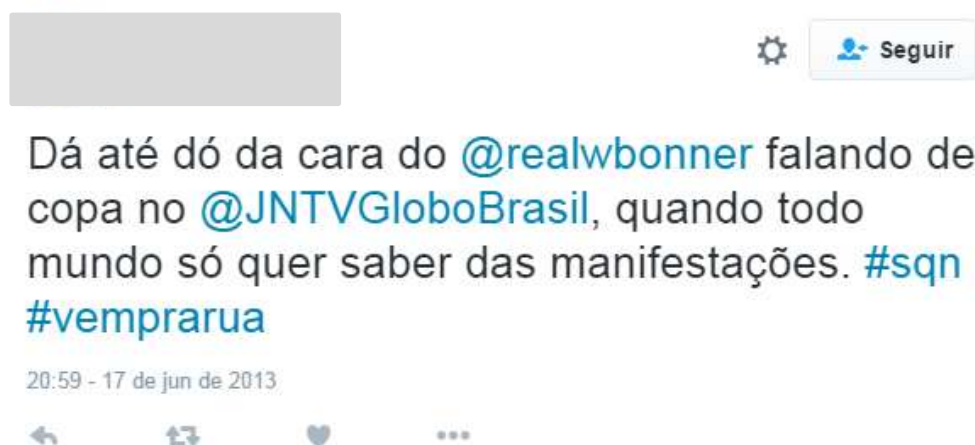
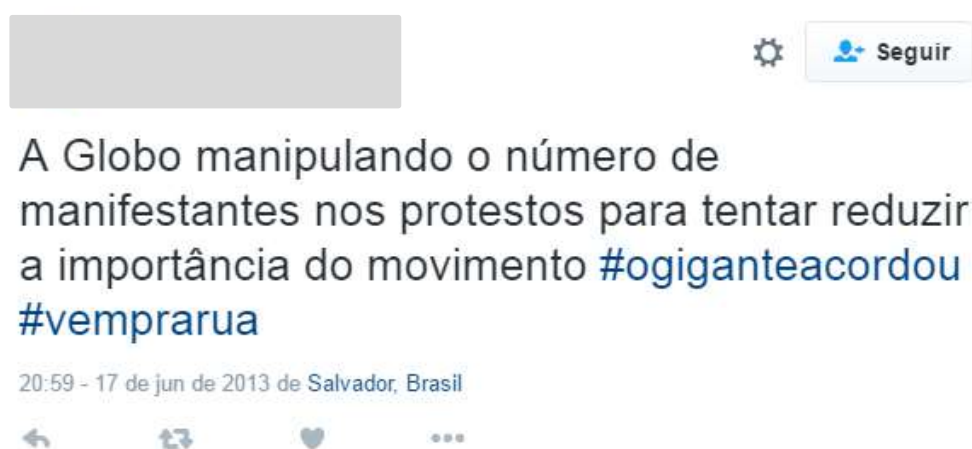


Figura 8 – Mídia e manifestações



Figura 09 – Mídia e manifestações



A cobertura jornalística se vê em um conflito de credibilidade quando consideradas as postagens dos usuários via Twitter. A incompletude, o viés ou mesmo a insuficiência de informações ou de apresentação factual dos eventos por parte dos veículos de mídia estava presente no discurso dos usuários. A mídia tradicional foi replicada na imagem da Rede Globo de televisão – destarte sua audiência, popularidade e dimensão –, não exclusivamente como detratora central, mas como representante de um círculo midiático tradicional.

À época dos protestos, estava em curso a Copa das Confederações, realizada em solo brasileiro. O evento esportivo tomava os noticiários com o adendo de que a Copa do Mundo FIFA de Futebol seria sediada um ano depois, sendo temática cativa nas pautas e boletins nos principais veículos – em protesto pela corrupção e má gestão. A reclamação, no entanto, orientou-se na perspectiva de que a *persona* midiática falhava na cobertura dos acontecimentos de tamanho apelo aos cidadãos.

Os contextos da Copa do Mundo também foram combustíveis para as reivindicações dos protestos. No entanto, a seletividade narrativa incomodava os usuários do Twitter que, por sua vez, demandavam por visibilidade. A invisibilidade dos protestos nos grandes noticiários significava a anuiação dos acontecimentos, o direcionamento da opinião pública para outros cenários ou a declaração de nulidade (ou pouca relevância) dos atos observados no país.

A caracterização sobre o descontrole, sobre a falta de limites ou contornos dos atos foi a primeira imagem das manifestações. Com o foco sobre as ocorrências de depredação e conflito, as demandas que acompanhavam e motivavam os atos se perdiam na torrente de informações que situavam o evento como um caso de polícia, de detenção, de coerção e estancamento, antes que mais acontecimentos destrutivos pudessem ser acompanhados.

Polícia **reage com violência** a protestos e SP vive noite de **caos** (Folha, 14 jun. 2013, p. 1, grifo nosso).

Confrontos se agravam em SP com mais **prisões e feridos** (O Globo, 14 de jun. 2013, p.1, grifo nosso).

Protestos violentos se espalham pelo país (Folha, 21 jun. 2013, p. 1, grifo nosso).

Novo protesto tem **reação violenta** da PM (Folha, 14 jun. 2013. p. C1, grifo nosso).

Bombas e balas de borracha deixam centro em **pânico** (Folha, 14 jun. 2013. p. C2, grifo nosso).

A estrutura textual das acepções iniciais é marcada pela adjetivação negativa e pela incursão de clima de instabilidade e temor. As palavras “pânico”, “feridos”, “prisões”, “caos”, “protestos violentos”, “violento” e “reação” criam a ambiência lexical precisa para introjetar imagens negativas dos atos. Nesse sentido, a redação indica uma tentativa de descrédito, ressaltando aspectos de conflito que despertam temor ao cidadão médio e ocultando aspectos que possam despertar debates sobre a razão dos protestos e seu *modus operandi*.

Manifestações de rua são frequentemente associadas ao campo semântico de desordem, arruaça, baderna e depredação. A instalação e a ocupação das ruas e dos espaços públicos, a interrupção do fluxo de trânsito e conseqüentemente o entrave ao funcionamento habitual dos espaços de fluxo da cidade, como o comércio, nutre um imaginário de depreciação em relação aos protestos.

A representação dos “baderneiros” que se ocupam da rua e interrompem a vida urbana que tem um fluxo intenso, imediato e voraz para promoverem arruaça e amenidades juvenis rebeldes é uma imagem comum no imaginário que caracteriza a insurgência no espaço social. Duas constatações são possíveis: o espaço da ação de insurgência ainda não está suficientemente integrado na contemporaneidade e o cenário negativo impede qualquer profundidade interpretativa de atos de protesto.

Figura 10 – Mídia e manifestações



Figura 11 – Mídia e manifestações

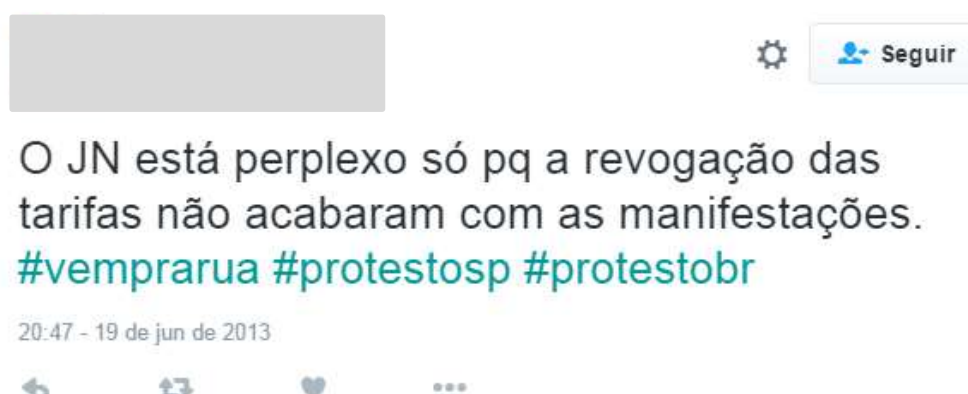


Figura 12 – Mídia e manifestações

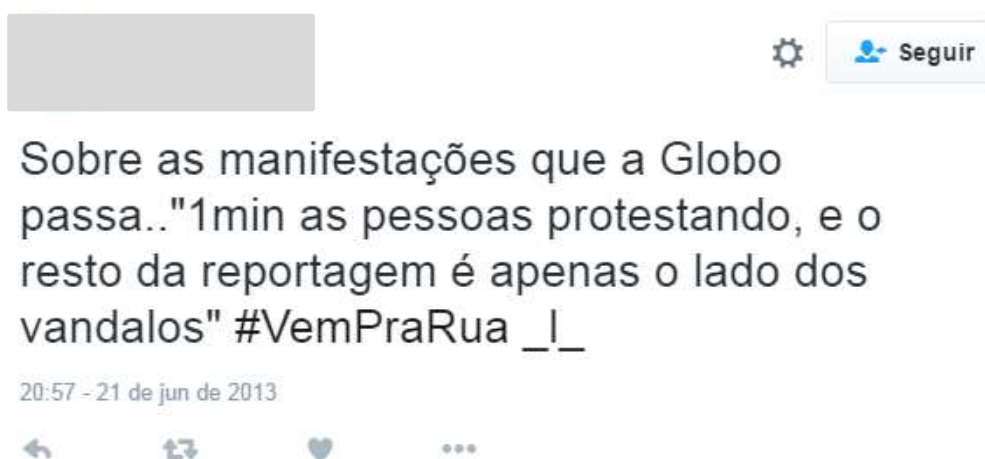


Figura 13 – Mídia e manifestações



Figura 14 – Mídia e manifestações

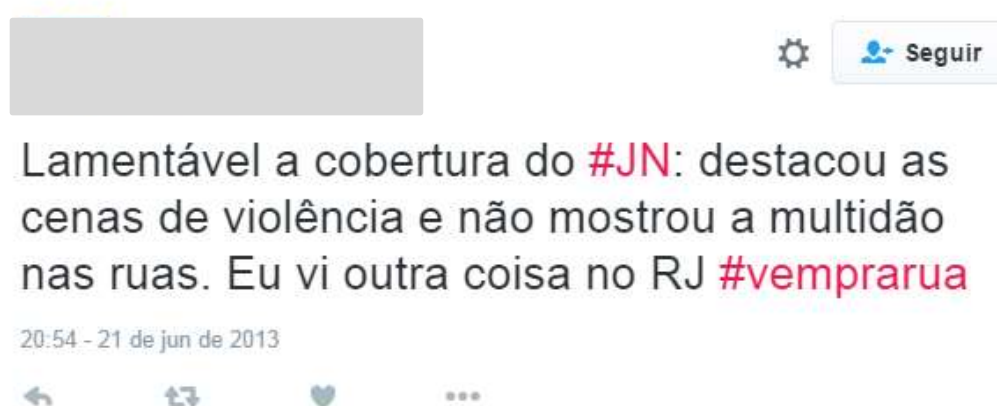


Figura 15 – Mídia e manifestações

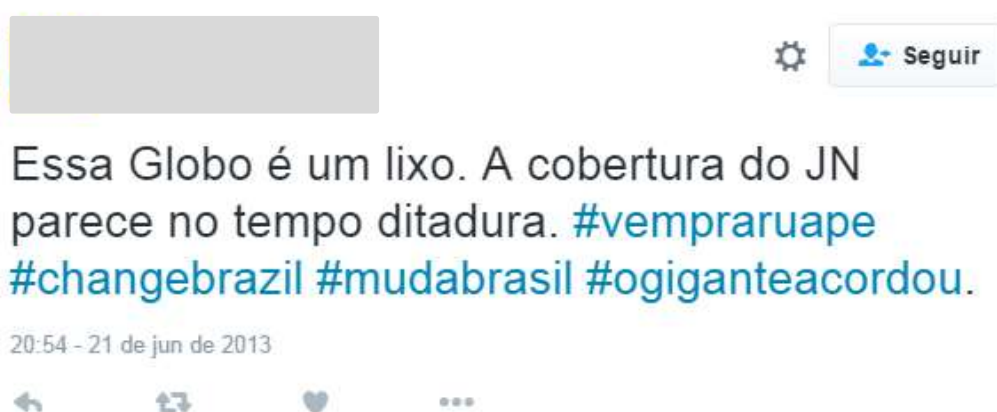


Figura 16 – Mídia e manifestações

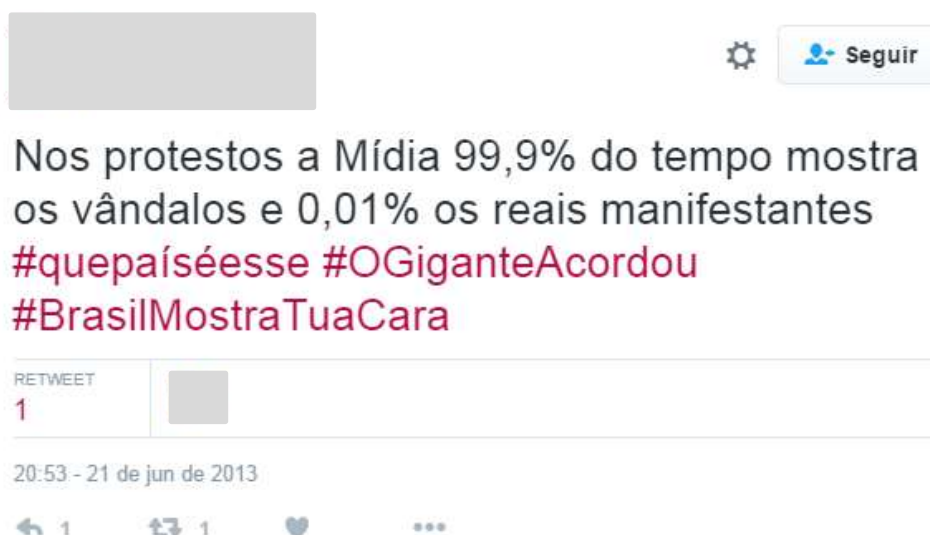


Figura 17 – Mídia e manifestações



Figura 18 – Mídia e manifestações

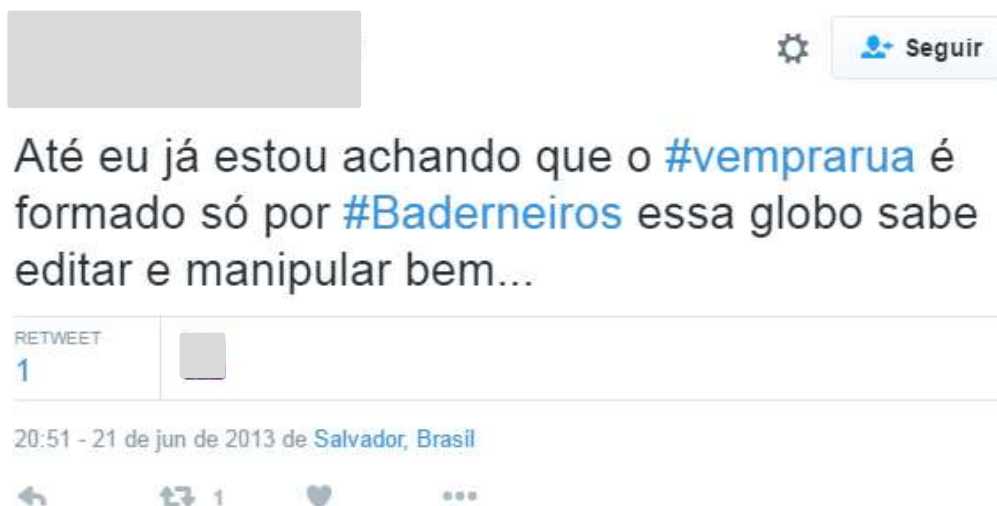


Figura 19 – Mídia e manifestações



Figura 20 – Mídia e manifestações

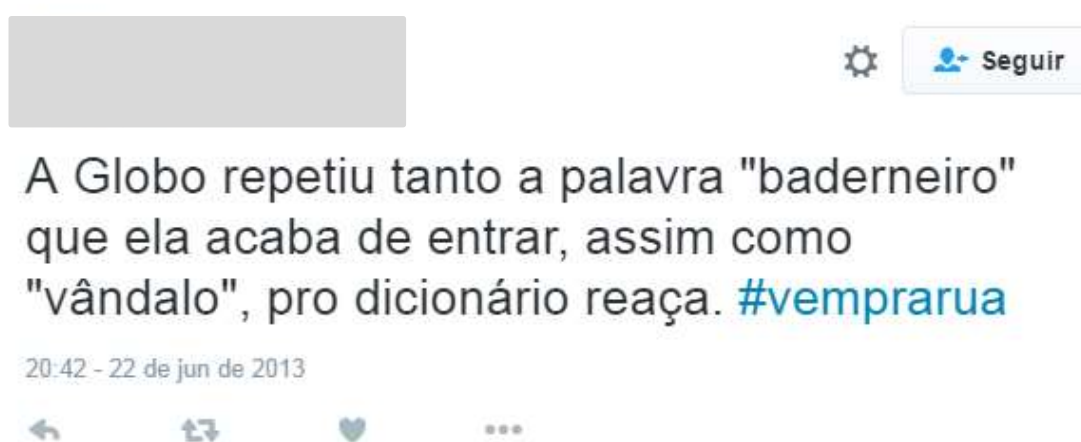


Figura 21 – Mídia e manifestações

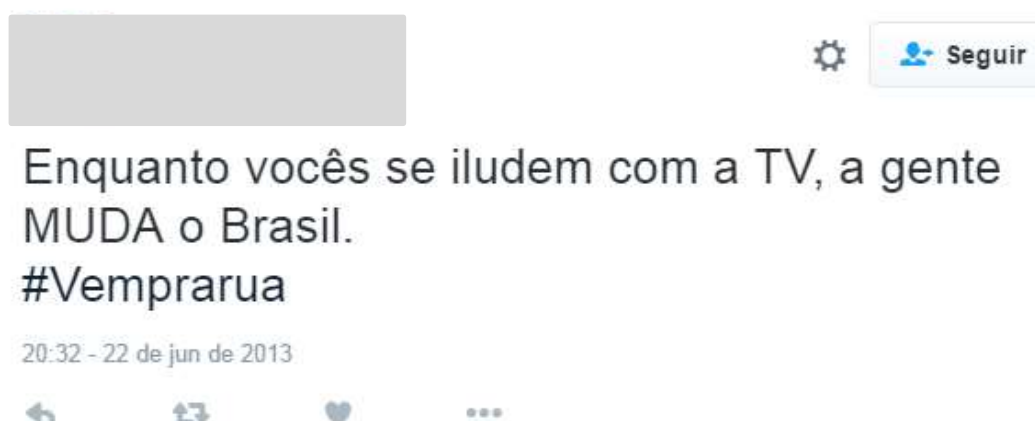
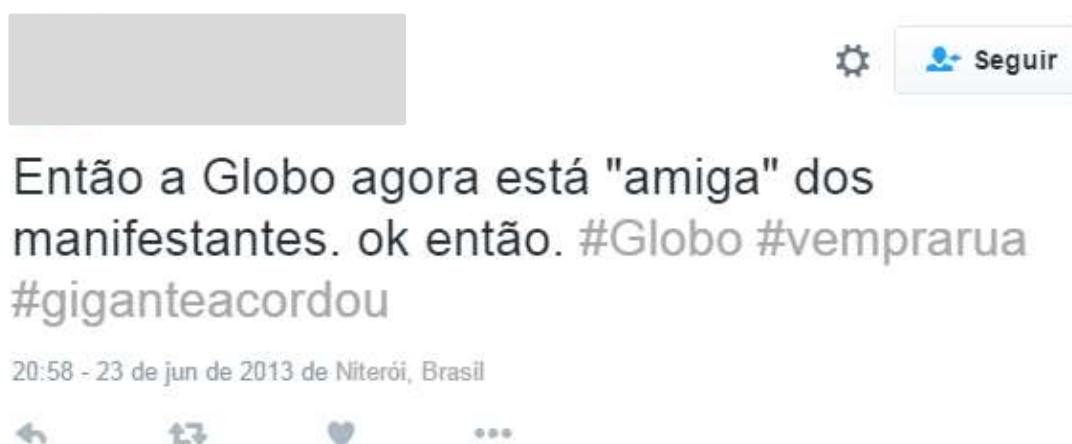


Figura 22 – Mídia e manifestações



O primeiro cenário apresentava as queixas quanto à parca cobertura dos noticiários, à época com enfoque superior à Copa das Confederações, implicando em uma condição de invisibilidade ou de exclusão da pauta por relevância em relação aos protestos. Com a repercussão inesperada, os eventos insurgentes passam, enfim, a ser reportados pelos grandes veículos, porém com uma representação considerada negligente, como se pode observar pelos *tweets*.

A narrativa da violência, como observada nas manchetes dos jornais consultados, é corroborada na impressão do público que vê o evento assumir nos noticiários uma conjuntura distante do real, distante das ruas, distante daquilo que estavam testemunhando e participando. A edição jornalística

documentava uma horda de violência e baderna que, na percepção dos manifestantes e entusiastas, era equivocada em relação à dimensão e o significado do que acontecia nas ruas.

A guerra simbólica travada entre o exercício das ruas *versus* o exercício midiático era observável pela produção de narrativas díspares, o que significava para o manifestante a necessidade premente de que seus objetivos ali continuassem a ser perseguidos e, para a opinião pública, uma situação de cruzamento de informações, onde os veículos de comunicação detentores da salvaguarda do factual se viam em um apuro profissional e de imagem.

O ideal de celeridade da cidade e da vida social hoje não aceita o espaço como disruptivo, mas se mantém no anuviamento que os fluxos hipervelozes urbanos produzem. Portanto, marcadores sociais e políticos como manifestações de rua ou ocupações são taxadas rapidamente como problemas que geram instabilidade e devem ser cerceados, desligados e nunca compreendidos e interpretados à luz de seu próprio fenômeno.

Nesse ínterim, o significado dos atos esmaece inicialmente sob confrontos policiais e sentenças em nome da ordem.

A PM começou a batalha (Folha, 14 jun. 2013. p. C3).

Jornalistas são feridos por disparos de policiais militares (Folha, 14 jun. 2013. p. C2).

Repressão e pânico (Folha, 14 jun. 2013. p. C4).

Na perspectiva encontrada no Twitter, observam-se queixas pelo tratamento policial violento que entrega um direcionamento governamental de não diálogo ou de diálogo violento com os manifestantes. Todavia, com o recuo do policiamento ostensivo, o clima pacífico pode revelar o conteúdo originário das manifestações, como reivindicado pelo público.

Figura 23 – Violência, policiamento e manifestações



Figura 24 – Violência, policiamento e manifestações

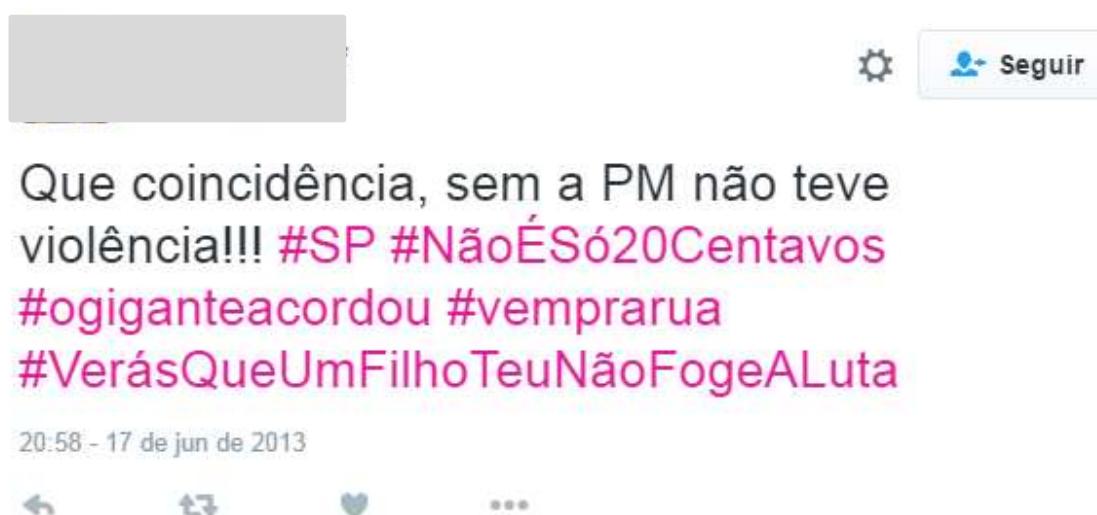


Figura 25 – Violência, policiamento e manifestações



Figura 26 – Violência, policiamento e manifestações

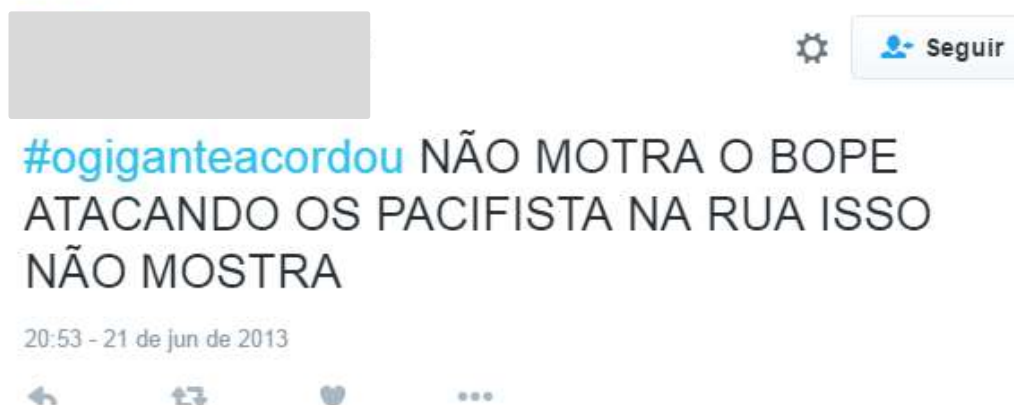


Figura 27 – Violência, policiamento e manifestações

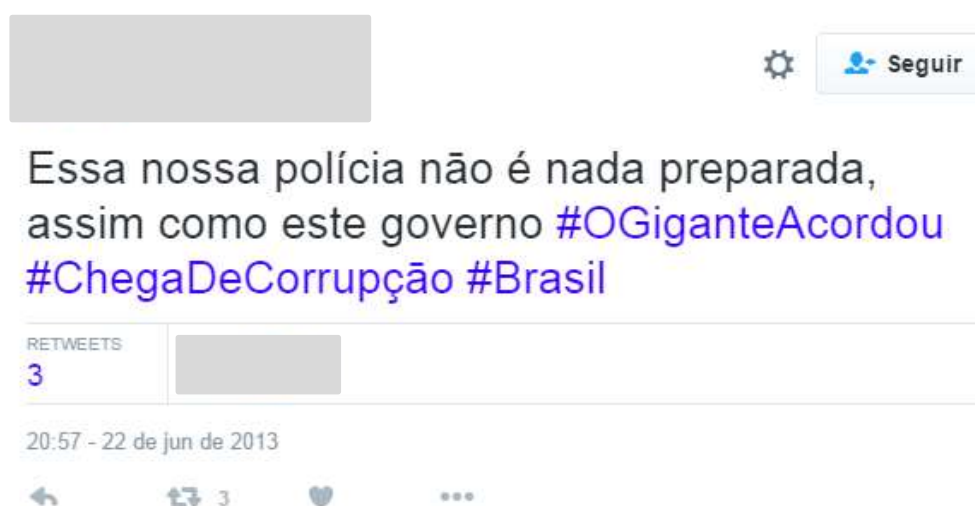


Figura 28 – Violência, policiamento e manifestações

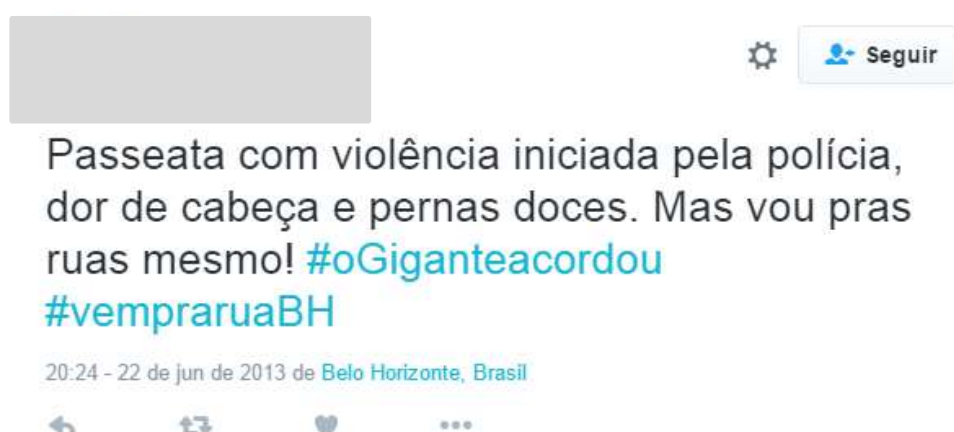


Figura 29 – Violência, policiamento e manifestações

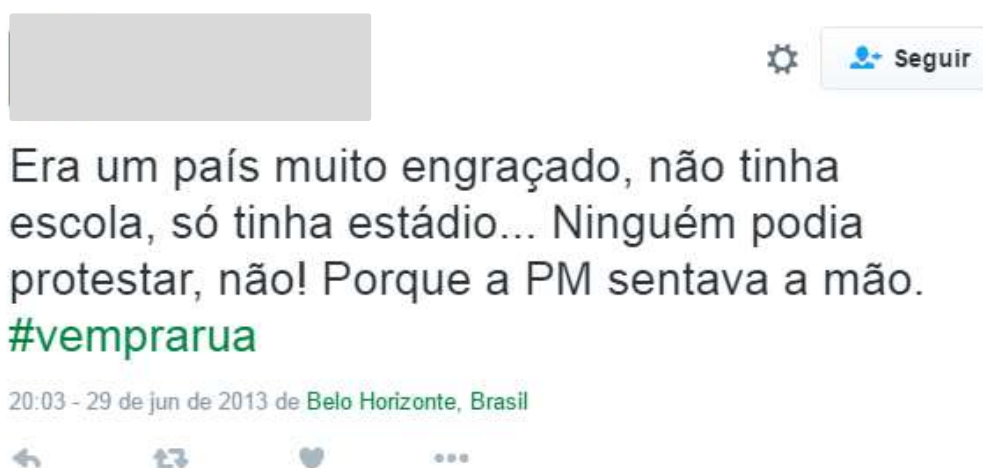
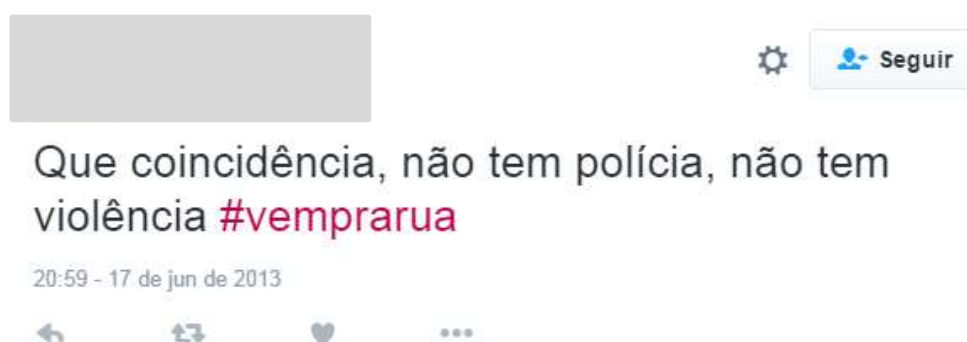


Figura 30 – Violência, policiamento e manifestações



A resposta coercitiva das autoridades adquiriu um sentido estritamente de controle, uma vez que os confrontos, a pressão e a imposição de ordem foram os atos mais próximos de um diálogo com os manifestantes. Em um módulo de exercício sociopolítico cidadão, o impedimento ou a ferida à liberdade democrática em qualquer nível torna-se indicador ou legitimador da causa. E face ao fogo cruzado midiático, torna o teor das manifestações ainda mais incendiário e dota a multidão de indignação.

O *status* de violência, desordem e campos semânticos a partir destes termos e seus sinônimos foram usados para caracterizar e etiquetar o movimento e os manifestantes. No conflito das narrativas, a violência perpetrada e representada no poder coercitivo expresso pela política se chocava com a natureza das manifestações que apresentava com episódios violentos as ações de depredadores.

Entre o factual e o factóide, um confronto se estabelecia não somente nas raias do objeto do movimento, mas no tratamento simbólico denotado pelos

grupos de mídia, as vivências dos manifestantes e de quem testemunhava os atos, resultando na impressão real da inabilidade do governo democrático lidar democraticamente com sujeitos que são partícipes da ordem com a qual trabalham, zelam e respaldam.

O cerceamento das manifestações é encarado como uma limitação da própria esfera pública, do direito de protestar e uma negativa à democracia construída pelo cidadão. O tratamento ofensivo pela polícia, a inabilidade do governo em dialogar ou compreender o movimento e a narrativa midiática adensaram a atmosfera insurgente. A violência exclusivamente tipificada aos “baderneiros” como sinônimo de todo manifestante passa a ser pareada com a ação do poder coercitivo, sustentado pelo poder político.

Nesse sentido, o contrapoder é uma ferramenta com a qual o movimento lança mão. Já verificado na apropriação da comunicação on-line e alternativa, o contrapoder passa agora a se tornar linguagem e práxis do movimento que não concebe outra forma de contornar a situação, senão pela via reivindicatória e de ocupação das ruas e espaços públicos. O que seria motivo de dispersão ou anulamento, tornou-se eixo de ação.

Após a caracterização negativa das manifestações com narrativa de descrédito, uma amortização da linguagem é percebida. A atuação da polícia é posta em xeque com relatos de abuso, agressão à imprensa, medidas violentas contra manifestantes, repressão e instalação de pânico nas ruas. A necessidade de compreender a essência dos movimentos ganha espaço nas páginas, distanciando o quadro narrativo de ocorrências policiais para debates políticos mais sistematizados.

As instâncias governamentais passaram a se pronunciar sobre os eventos.

Haddad diz que **violência da PM** marcou ato (Folha, 14 jun. 2013. p. C2, grifo nosso).

Alckmin **defende PM** e diz que protesto tem viés político (Folha, 15 jun. 2013, p. 1, grifo nosso).

Dilma promete ouvir “voz das ruas” e “coibir arruaça” (Folha, 22 jun. 2013, p. 1).

Dilma condena “minoría autoritária e violenta” e diz que vai “manter a ordem” (Folha, 22 jun. 2013, p. C2, grifo nosso).

Com o avanço dos protestos e a cobertura jornalística frequente, os atos passam a atingir a autoridade política de maneira mais contundente, demandada não apenas pelas vozes presentes nas ruas, como da opinião pública que passou a acompanhar cotidianamente os desdobramentos midiáticos, agora com contornos políticos mais claros.

Grandiosa e plural (O Globo, 18 jun. 2013, p. 4).

Protesto se espalha pelo país (Estadão, 18 jun. 2013, p. 1).

[...] Atônitos governos não conseguem entender atos (Folha, 18 jun. 2013, p. C7).

As manchetes denunciam involuntariamente a guerra de significação estabelecida desde as primeiras ocorrências de protestos. A ocupação das ruas foi disputada em termos simbólicos e a sintaxe foi tida por objeto de apropriação semântica por diferentes interesses. O selo de baderna e arruação fazia parte de um script em clivagem com a chamada de pacíficos e valorosos. Diversos pontos interpretativos inflamaram a opinião pública e a percepção dos fatos.

A repercussão negativa cede lugar à valorização dos atos como pulsões de expressão sociopolítica. Conseqüentemente, os protestos passam a ser anexados à debates de natureza política. Os temas vocalizados nos atos passam a ser combinados a análises sobre perfis de manifestantes, implicações sociológicas dos acontecimentos e opiniões como lavratura e chancela da relevância dos atos, anteriormente marginalizados.

Que juventude é essa? (Folha, 23 jun. 2013, p. A3).

As manifestações e o direito à política (Folha, 24 jun. 2013, p. A3).

O que há de novo nas ruas (Folha, 24 jun. 2013, p. A3).

Mais um passo da revolução democrática (Folha, 27 jun. 2013, p. A3).

O esquema particular das manifestações e sua continuidade, deflagrada nos confrontos, na unidade diante da polissemia de agendas e na difusão por meio de atos satélites por outras partes do país foi responsável pela implosão das narrativas iniciais. Da negligência ao ocultamento de sua corporeidade total, os protestos puderam ser contemplados à luz dos fatos sem as camadas jornalísticas ou da autoridade política que os tinham anuviados.

Algumas medidas tratadas pelos querelantes foram atendidas ou respondidas, como a redução ou a suspensão do aumento de tarifas. Todavia, os atos continuaram, o que provocou certa dissonância, especialmente para os acompanhavam as ocorrências das janelas da autoridade. Com a impossibilidade de contornos claros e dos rumos dos acontecimentos, os significados da maré insurgente de junho de 2013 pareciam tão amplos quanto sua repercussão.

Capitais já baixam tarifas de ônibus; protestos continuam (O Globo, 19 jun. 2013, p. 1).

Dilma diz que protestos são um alerta a todos os governantes (O Globo, 19 jun. 2013, p. 4).

Nas ruas, um mar de reivindicações (O Globo, 19 jun. 2013, p. 10).

O objeto antes definido alargou seu escopo e se tornou uma miríade de pautas com múltiplos endereçamentos. Saúde, segurança, emprego, renda, serviços básicos se juntaram à pauta do transporte público em um pacote mais abrangente de reivindicações. O direito a transporte acessível e à dignidade de serviços e assuntos que perpassam a ordem pública transmutaram-se numa nova espécie de direito à cidade²⁰. A evocação lefebvriana se tornou a roupagem com o caimento ideal para a definição da insurgência instalada, já que:

As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem as necessidades de segurança e de abertura, a necessidade de certeza e necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e de imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar e a necessidade de reunir essas percepções num “mundo” (LEVEBVRE, 2008, p. 105).

O devir humano é caracterizado pelas energias que este possui de se construir e construir a realidade da qual é rodeado e da qual é desejável por ele numa perspectiva de projeto, de obra de vida. A complexidade das necessidades

²⁰Conceito cunhado por Henri Lefebvre na obra intitulada *O direito à cidade*, originalmente publicada em 1968, aqui referenciada em uma de suas edições, do ano de 2008.

humanas é, ao mesmo tempo, força propulsora para a manutenção e a elaboração da vida e as lentes para a observação da realidade, a percepção do mundo e, conseqüentemente, o germe que agencia a busca por mudança, por rearranjos e reestruturações.

Na energia de insurgência estão presentes as necessidades humanas transmutadas em percepções da realidade, arraigadas pela experiência. Esse processo faz com que os sujeitos anelem por espaços representativos de seus projetos idealizados, que podem ter desde uma natureza pessoal, como comunitária, nacional e humanitária. E essa busca por espaços representativos remontam ao anseio por dar condições de atendimento dos projetos e a um afã por completude e plenitude que logo transformam o chão do cotidiano em esteira de reação e movimento, quando são negados os caminhos para a realização diária, ou quando o futuro parece ser comprimido de alguma forma.

A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (isto é, ora separadas, ora reunidas, aqui comprimidas e ali hipertrofiadas) acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e bens materiais consumíveis), necessidades de informação, simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. [...] As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade de encontros [...]? (LEFEBVRE, 2008, p. 105-106).

As necessidades que caracterizam os sujeitos comportam o ensejo por uma atividade criadora, isto é, transformadora e construtora da realidade a partir dos objetos de necessidade. Esses objetos, porém, não se limitam à materialidade de objetos materiais e de consumo, mas se radicam nas necessidades de informação, simbolismo, imaginário, ludicidade e afetividade. É o fragor desses objetos de necessidade humana que participa do processo onde o homem vive e transforma o espaço que o suporta e o define.

Retomando o direito à cidade em sinergia ao ato de manifestação sociopolítica, se em Lefebvre (2008) há o postulado de um direito à não exclusão da sociedade dos benefícios da vida urbana mitigados por lastros segregadores, nas jornadas de junho esse direito se irradia no prisma de objetos que ele porta. Temas ligados à economia, saúde, vida urbana, gestão pública e

representatividade política se capilarizaram e tomaram forma nos atos desencadeados.

A perspectiva lefebvriana do direito à cidade, contudo, não pode ser esgotada apenas na afirmação de um direito à cartela de serviços urbanos. O direito à cidade é, sobretudo, um direito de transformação do espaço e o que ele abarca: as vivências, as identidades, os projetos, as expectativas e as experiências espaçotemporais. A asserção de um direito implica em uma experiência harmônica com os elementos constitutivos do espaço e sua imbricação com a vida social, em níveis pessoais e coletivizados.

É nesse espectro que o direito à cidade se arrola ao cenário das manifestações de junho de 2013, como em muitos atos da mesma tipologia, sem qualquer vínculo de magnitude ou forma. Ora, Lefebvre (2008) pontuou o direito à cidade na enseada da transformação de que os sujeitos sociais intentam e são capazes de promover. A ação do MPL per si, se insere nessa perspectiva, isto é, a incursão de gestos transformadores sobre o espaço social imbricado nos ícones do espaço total, como o urbano no espaço público e, claro, nas ruas.

O próprio movimento esclarece a perspectiva das ruas:

A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 16).

As jornadas de junho são tributárias desse enunciado. Esse direito à cidade e sua prerrogativa não se encerram apenas na urbanização ou na segregação, mas no conjunto polissêmico do que a vivência do espaço social permite. Ser, estar, viver e experimentar. Um direito de base no plano das ideias e no plano operacional. É ter o espaço e sua práxis como um terreno de ação e transformação para significados e ressignificações. É viver no espaço, viver o espaço, internalizá-lo e externalizá-lo.

O debate em torno do transporte público, bem como os pedidos por saúde, educação, economia e outros índices tem encaixe no escopo das manifestações. Isto significa dizer que o pulso de insurgência das jornadas de junho é uma luta pelo direito à cidade, materializado na reivindicação pelos itens

que compõem seu conclave e respaldado na ocupação espacial e no ensejo de transformação desse espaço, provedor de serviços, experiências e da vida em sociedade.

As necessidades sociais repercutidas nas vozes, nos cartazes, nos gestos e na performance da rua pertencem a uma dimensão ampla da vida em sociedade no Brasil. O que se demandava eram preenchimentos para lacunas de dimensão coletiva, produtos que constroem uma sociedade menos díspar e com uma dignidade básica e esperada para o país pelo qual se marcha.

Lefebvre (2008, p. 115) fornece as pistas para entender esse cenário:

Num período em que os ideólogos discorrem abundantemente sobre as estruturas, a desestruturação da cidade manifesta a profundidade dos fenômenos de desintegração (social, cultural). Esta sociedade, considerada globalmente, descobre que é *lacunar* [grifo do autor]. Entre os subsistemas e as estruturas consolidadas por diversos meios (coração, terror, persuasão ideológica) existem buracos, às vezes abismos.

A vida em sociedade, ritmada pela espiral histórica, pelas trajetórias que constroem o mundo territorial e politicamente - no pleno gozo de sua vocação a ser global -, descobriu e descobre-se como feita de lacunas. Buracos, abismos e entraves que se arrolam à forma, à função e à estrutura do espaço - originando processos, como a insurgência -, com reflexos sobre a cotidianidade e à funcionalidade imposta pela realidade plural da contemporaneidade.

O país pelo qual se ocupam as ruas é representado nos símbolos nacionais e na cólera insurgente que alimenta o propósito. Afinal, não eram apenas projetos pessoais em jogo e em disputa. Mas narrativas pessoais e coletivas que só adquirem sentido dentro de um projeto de país que, no uníssono das vibrações de protesto, parecia esfacelado ou longe de uma harmonia esperada, desejável e possível.

Esses abismos não provêm do acaso. São também os lugares do possível. Contêm os elementos deste possível, elementos flutuantes ou diversos, não a força capaz de os reunir. Mais ainda: as ações estruturantes e o poder do vazio social tendem a impedir a ação e a simples presença de semelhante força. As instâncias do possível só podem ser realizadas no decorrer de uma metamorfose radical (LEFEBVRE, 2008, p. 115).

Os abismos não casuais, detratores dos projetos que se desenvolvem sobre o espaço e na vida social, dos quais fala Lefebvre (2008), não contém germe de direção ou mudança per si, a menos que forças políticas, econômicas, simbólicas e sociais promovam negociações sistemáticas. Nesse quadro, o pulso transformador de que a noção de direito - um direito de se pensar no plano das ideias e de se operacionalizar, no plano da ação - é alcançado com metamorfoses radicais.

Essas metamorfoses radicais de que Lefebvre (2008) alude são os pontos de ação e reação das camadas sociais sobre os elementos materiais e imateriais, singulares e plurais de que o espaço social evoca. E se metamorfose indica a possibilidade de transformação que compõe a noção do direito à cidade, o termo radical assume para si a competência da movimentação social politizada.

O *zoon politikon* não participa dessa discursa como gracejo etimológico. Política deita raízes sobre a *polis*. E não se trata de uma *polis* suporte, substrato ou conjuntural. Mas de uma *polis* vívida, que projeta pensamentos sobre a ação, isto é, que denota a práxis de uma vivência do espaço e da vida social não estanque, mas tão orgânica quanto um organismo vivo. As energias politizantes, portanto, são partícipes da construção e da transformação do espaço e da vida social.

As jornadas de junho, como atos e protestos de diferentes prerrogativas, representam uma odisséia sociopolítica que concebe no espaço - social, público e em toda a sua polissemia - uma tessitura para sua existência, realização e função. É um suporte da vocalização, o substrato da ação, o terreno da práxis, o campo da insurgência, materialização do cotidiano e a representação da pluralidade da vida social. Portanto, o espaço é fundamental para que a expressão sociopolítica se processe. A insurgência - pelo menos no nível de análise de junho de 2013 - possui uma dinâmica socioespacial imprescindível e impreterível.

1.2 Uma jornada socioespacial: o retorno sempre novo às ruas

As ruas como a própria cidade não podem ser reduzidas simplesmente a uma organização funcional do espaço onde atuam diferentes fluxos que lhe

conferem ritmo. Nas ruas, estão reificadas relações concatenadas e complexificadas de natureza geográfica, histórica, econômica, social, política e cultural. De sua paisagem complexa, notam-se ainda as contradições que são próprias desse espaço, influentes não apenas sobre sua forma, mas também sobre sua função, estrutura e processos.

A rua é um espaço que ancora e complexifica as relações humanas com o espaço. Como malha espacial é deflagradora de caminhos, rotas e direções no grande *corpus* urbano e territorial. Como índice e ícone simbólico, agremia em si variáveis que produzem identidades, sustentam devires e plasmam os sujeitos. Embora seu arranjo seja público, a rua promove uma constelação intersubjetiva ao tornar funcionais dispositivos coletivos de diálogo, movimentação e expressão social.

Desde a ágora grega ao direito de ir e vir moderno, o espaço de circulação de pessoas e outros fluxos se adere à sistemática cosmológica da vida humana, tal qual contemporaneamente. A rua é, assim, um espaço produzido e produtor de tessituras relacionais, expandindo seu fragor geográfico.

Ora, se a rua se desdobra entre espaço público e intersubjetivo, naturalmente tende a fornecer elementos e estruturas para que consciências e identidades se mobilizem em torno de causas, discursos e a ampliação natural das consciências, visto que inscrita na *polis*, a rua tende a ser um vórtice cidadão, de vivências e protagonismos.

A rua emerge então como uma plataforma de sociabilidade, identidade e devires, articulada em mecanismos geográficos e culturais de encontro e apropriação dessa realidade espacial. Não é difícil dizer de que se trata de um espaço de memórias sociais e culturais, visto que seu uso e sua essencialidade no espaço urbano e nas relações de longa data do homem com esse tipo de espaço imprimem suas marcas históricas. A rua agencia em si a historicidade que por ela trafega, que nela se realiza e que por ela repercute, afiando-se como memória temporal e, sobremaneira, espacial.

Assim, diversos movimentos e conflitos sociais tomaram por palco e amplificador o espaço das ruas, tornando vívidas suas causas e escoando discursos e experiências culturais. A ida, a ocupação, a apropriação e a significação tecida sobre as ruas não é nova, mas sempre nova. O espaço público e de fluxos continua fornecendo a acústica e a ambiência necessária

para que os sujeitos nele desenvolvam diferentes performances. Afinal, o espaço não é estanque e alheio ao sujeito, mas com ele constrói e é construído.

No panorama acinzentado, nas edificações e na socialização mercadológica que marcam o cotidiano atomizado pela repetição e pelo senso de urgência, a cidade - e suas ruas - revelam vigorosidade. Ocorre que, a vitalidade da cidade não é aparente apenas no funcionamento de seu frenesi e fluxos, mas a epiderme urbana abriga uma série de pulsações de vida que interagem consaguineamente com ícones, objetos, contradições e processos diversificados.

Em um espaço marcado pela orientação de trajetórias, pelo tráfego de fluxos e pelo costurar dos acontecimentos cotidianos é capaz de revelar organelas espaciais e temporais, influentes não só para definir e qualificar o espaço, mas deflagram a atividade humana ali desenvolvida. Isso implica dizer que a corporeidade espacial das ruas e dos espaços compreende a corporeidade da existência humana, funcionando-lhe como extensão vital e camada existencial.

E por essa característica marcante de sujeitos, relações e espaços imbricados, é possível contemplar os ícones que o constituem e também os contrários que o orbitam. O espaço se torna ao mesmo tempo testemunha e partícipe da quotidianidade. Testemunha transformações, eventos, trajetórias e movimentações. Participa de projetos, ações, concepções e mudanças. Quando as ruas são tomadas mais uma vez, revela-se não apenas a tessitura de tal ocorrência, mas tem-se um observatório privilegiado de sua dimensão e significado.

A rua, a cidade e a aquiescência das relações nelas estabelecidas designam dispositivos e elementos espaciais. E o espaço é “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2004, p. 29) e ainda, “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2004, p. 39).

Destas definições sobre a natureza do espaço, participam a rua, a cidade e suas relações, como as que aqui são postas em discussão. Ao dialogar com as dinâmicas socioespaciais de um movimento de engajamento sociopolítico, não se parte exclusivamente de uma visão sincrônica - isto é, sociológica apenas

- ou diacrônica - apenas histórica -, mas nelas estão expressas e inscritas variáveis espaciais entre objetividade e atividade. E a natureza espacial indica uma interação dinâmica entre objetos e ações, ou melhor, sistemas de objetos e sistemas de ações.

Objetos são dispositivos com os quais o homem se depara, constrói e faz uso no cotidiano, não se atendo à aplicação doméstica, mas designando um instrumento de valor simbólico, isto é, um signo (SANTOS, 2002a). Portanto, os objetos são ícones, índices e símbolos que incidem sobre os sujeitos e os possibilita desenvolver neles e por meio deles relações objetivas e subjetivas, isto é, erigir a realidade, construir o circuito de significação, verter sua existência e entrelaçar essa conjuntura por meio da linguagem.

As ações por sua vez designam eventos, atividades, práticas e movimentos. Trata-se da execução de um ato cujo sentido está contido no projeto, evidenciando um contexto situacional sob o qual essa projeção se desencadeia (SANTOS, 2002a). A ação é um processo que requer propósito para existir e possuir efeitos. Na verdade, a ideia de efeitos ou impactos está ligada estritamente à faculdade de proposição que está contida no gesto da ação.

A ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições (SANTOS, 2002a, p. 53).

Ambos os elementos, objeto e ação, devem ser tratados por meio de abordagem unitária. Como Santos (2002a) define, nem eventos - ação - e nem a materialidade - objeto - se geografizam de maneira indiferente. Esses sistemas se influenciam mutuamente, visto que objetos condicionam ações e ações condicionam novos objetos, numa espécie de relação de causa e efeito, processo e resultado. A combinação entre objetos e ações tonifica a noção espacial:

O espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma sequência e de um conjunto de operações [...] (LEFEBVRE, 1991, p. 111).

Há relações e disputas simbólicas em torno das ações e objetos que povoam a quotidianidade. As ações são qualificadas pelos objetos e os objetos atribuem valor às ações, o que permite dar movimento e progressão ao espaço e seus desdobramentos históricos. Assim, o espaço se configura como:

[...] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente (SANTOS, 2002b, p. 46).

Objetos e ações constituem simultaneamente os elementos que designam a realidade espacial, bem como os agentes que o produzem. Técnica, informação, comunicação, ciência se imbricam em movimentos, práxis, reação, engajamento e vivência, constituindo a noção espacial, denotando a espacialidade das camadas que compõem a vida social:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portando, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama forma pela sociedade de hoje e o meio ambiente (SANTOS, 2002a, p. 10).

E ainda:

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. [...] O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais (SANTOS, 2002, p.71).

Soja (1993) postula que o espaço como qualquer outro elemento social é resultado da transformação e da instrumentalização de determinadas condições inerentes à existência, à consciência de sujeito e ao entendimento da experiência vital e, portanto, é também uma estrutura criada, construtiva e produzida socialmente. Espaço, da mesma forma que o tempo, acenam para transformações sociais, sendo simultaneamente seu agente e produto.

A noção espacial aparelhada de objetos e ações se caracteriza pela força de conjunto em que se arranjam objetos geográficos, naturais e sociais -

de modo indissociável - e o movimento próprio da vida social é que dá preenchimento e animação a esse corpo de objetos (SANTOS, 2002a).

Santos (2002a) então declara que o espaço se arrola à essência da sociedade, isto é, o conteúdo social não prescinde da espacialidade, não há independência na relação sociedade e espaço. Os objetos geográficos designam formas sociais que se arrolam aos retratos sociais, dotados de pulsões de vida e ação. “O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento A forma, pois têm um papel na realização social” (SANTOS, 2008a, p. 10).

No contexto que aqui se constrói com base nas dinâmicas socioespaciais de um movimento de insurgência, não só a forma tem parte na realização social, como assinalou Santos (2008a) e continua:

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente apresentam apenas realidades, limitadas do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 1985, p. 52).

O conjunto de características analíticas de forma, função, estrutura e processo tem o potencial de explicitar a totalidade social por meio de sua espacialização. Sujeitos, coletividades, movimentos e eventos têm nessas categorias o esclarecimento de sua conjuntura social por meio da experiência espacial que provocam e estimulam.

Nas propriedades definidoras da forma, na meta premente da função, no conjunto contextual da estrutura e no movimento produzido pelos processos é que o espaço se dá. Um conjunto de camadas que diante de objetos e ações orientam a realidade socioespacial, com produtos de socialização e produtos de espacialização, nos quais o resultado é sempre um enredamento indissociável, onde o múltiplo, o diverso e o plural se fundem ao meio e ao sujeito não em mera coexistência, mas em existência per si.

Lefebvre (1991) chama a atenção para a pluralidade de formas de vivência e apreensão do espaço, onde há o espaço percebido - das práticas sociais -, o espaço concebido - das representações do espaço - e o espaço vivido - onde as representações acontecem. E Corrêa (2002) destaca que o espaço é

contingencial, isto é, fragmentado, articulado, refletor dos cenários sociais, marcado por símbolos e lutas, empreendendo um projeto e ao mesmo tempo um produto social fruto do tempo e seus agentes.

Todavia, Soja (1993, p. 101) lembra que “o espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e da experiência sociais”. Ora, considerando que o espaço é produto e produção, objeto e ação, projeto e experiência, forma-função e estrutura-processo, tem-se que:

O espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais, mas também reagem contra elas. [...] A industrialização, que um dia foi produtora do urbanismo, é agora produzida por ele. [...] Quando usamos as palavras “revolução urbana”, estamos designando o conjunto completo de transformações que permeiam toda a sociedade contemporânea e promovem uma mudança de um período em que predominam as questões do crescimento econômico e da industrialização para o período em que a problemática urbana se torna decisiva (HARVEY, 1976, p. 306 *apud* SOJA, 1993, p. 97).

Na acepção do espaço estão presentes os elementos que constituem a ação e a reação. Os contrários e a rede de estruturas localizam os contrários e expõem as contradições, concomitantemente no ato de produzir, perceber, representar e viver o espaço, estão presentes as energias da ação. Seja essa ação aquela miltoniana que advém da relação com os objetos, ou aquela weberiana²¹ que se dá na intercomunicação entre os indivíduos.

Esse processual designa a dialetização do espaço, isto é, a concentração contraditória de elementos que derivam de estruturas e revelam o organismo social denotado em antíteses de si sob teses e sínteses reformuladas constantemente pelos vetores históricos, políticos e econômicos. Em suma, o espaço é construído e desconstruído contínua e sistematicamente. Afinal:

[...] num mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial (mundo globalizado), bem como resultando diferentes ritmos e coexistências nos lugares. Constituindo estas diferentes formas de coexistir, materializações diversas, por consequência espaço(s) geográfico(s) complexo(s) e carregado(s) de heranças e de novas possibilidades. (SUERTEGARAY, 2001, p. 3)

²¹Teoria da ação social de Max Weber.

Regressando aos objetos que tocam as discussões até aqui apresentadas, observa-se que o espaço concebido, percebido e vivido está intrinsecamente ligado à perspectiva social, isto é, ao agenciamento de sujeitos e das forças sociais. A significação espacial e da espacialidade tornam o espaço um campo de disputas de poderes, de contradições, de agendas e discursos.

Sob a interação de fixos e fluxos, o espaço desenvolve sua tessitura e torna-se ele mesmo um gatilho de insurgência, um índice de contravenção e um campo de posicionamento das diversas vozes que o habitam, apropriam e o produzem. Ora, a sociedade está embutida nas formas geográficas, o que transforma ela mesma em espaço (SANTOS, 2008a).

A cidade, o espaço público e as ruas como partícipes da conjuntura espacial radicam-se como meios privilegiados de observação das disputas de poder, vozes, contrários e discursos na sociedade. Manifestações como as jornadas de junho entregam muito mais do que narrativas de demandas organizadas, tradicionalmente vinculadas aos modos sindicais.

Há uma dinâmica socioespacial que precisa ser observada com atenção, visto que os significados atrelados ao espaço e à sociedade em coesão revelam outras profundezas não vistas superficialmente quando a análise é negligente e enquadrada apenas no ativismo tradicional e tido por arrefecido. O espaço da cidade, o lócus que deflagra as forças de insurgência, pode-se dizer que é:

[...] a mais consistente e, no geral, a mais bem-sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo de seu coração. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo (PARK, 1967, p. 3 *apud* HARVEY, 2013, p. 27).

Esta asserção implica em considerar a cidade como uma extensão do desejo - ou projeto - coletivo dos sujeitos. O espaço da cidade - em sua dimensão material, produtiva ou imaterial - deve ser entendido na perspectiva dos sujeitos que dele desenvolvem laços, que nele operam e que nele desenvolvem seus projetos de vida. E quando os sujeitos tomam as ruas em protesto, não anexam ao espaço uma demanda politizada e politizante apenas, mas ativam uma aquiescência que é própria da realidade espacial.

O espaço - com a polissemia que lhe é própria - é também espaço de insurgência. As contradições, relações de poder e toda sorte de tessituras que compõem suas dinâmicas têm em seu âmago a significação da insurgência. Insurgência que não presta tributo à desordem ou à falência de qualquer construção socioespacial, mas que advém da socialização e da politização própria do sujeito de que falava Aristóteles²².

A insurgência que se inscreve no espaço é um processo de agitação dos próprios elementos formadores da realidade espacial. Espaço é singularidade e unidade na medida em que negocia e agencia as potências e a diversidade que é própria de seu uso e experiência. Todavia, espaço é sinal de contradição enquanto move forças e ativa dinamismos que o fazem se constituir espaço cada vez mais, que o potencializam, que o modelam.

A espacialização é em si mesma uma condição que cria e recria a movimentação nos recônditos espaciais, isto é, trata-se de um processo produtor de espaços de luta, nos quais o próprio conteúdo socioespacial das lutas contribui em seu processo de criação, eclosão e desenvolvimento (SANTOS, 2011). O espaço é, portanto, simultaneamente via, conteúdo e experiência de insurgência.

Movimentos como as jornadas de junho se desencadeiam como fatos especiais nas quais experiências de luta são (re)criadas a partir do espaço em que se localizam e fluem. Afinal, o espaço constitui e é constituído das experiências sociais que o elaboram e que por ele são reelaboradas pelo contingente diversificado de experiências que abarcam (SANTOS, 2011). Os movimentos como indumentária de luta têm no espaço uma tessitura de significações, como as de insurgência.

O espaço tem uma natureza de insurgência na medida em que sua própria semântica e essência remetem a uma disputa construtiva de forças que o compõem seus contrários e os cenários imbricados sob suas formas, funções, estruturas e processos. Neste prospecto, os próprios elementos fixos compreendem atividades que modificam os espaços e alteram as condições sociais, redefinindo o próprio espaço, nos quais os fluxos introjetam significados e movimentos de transformação e reformulação contínua (SANTOS, 2002a).

²²O homem como animal social e político.

Junho de 2013 nasceu como um movimento delimitado pelo debate e luta em torno da mobilidade urbana e se espalhou pelas ruas como um diapasão de diversas outras demandas do cabide social, econômico e político do Brasil. Nestas jornadas, o espaço - das ruas, dos espaços públicos, da cidade - foi interlocutor e corporificação dos sentidos ali despertados.

Quando se grita “vem pra rua” e a coletividade se põe a levantar nos espaços urbanos, fixos e fluxos (os interrompidos momentaneamente porque testemunham e os instaurados ali porque desencadeiam) se tornam molas e estruturas de insurgência. A ocupação dos espaços não se estabeleceram como receptáculo, mas se constituíram como espaço em movimento.

Quando cartazes são empunhados e a coletividade marcha em protesto, a forma e a função dos elementos espaciais se tornam indumentária de luta. Assim como as estruturas nas quais se apoiam as condições sociais de que se faz protesto e àquelas de que partem o protesto são postas em evidência como o substrato das vocalizações. E nesse contexto, os processos que se arrolam às estruturas são ao mesmo tempo contravenção e combustível das ações.

Quando os espaços públicos são ocupados, sejam ruas, praças ou unidades administrativas, são interpelados os ícones mais cristalinos do objeto de anelo das demandas dos protestos. Nisto, os objetos incorporados pelas estruturas da cidade, pelos mecanismos sociais e outros dispositivos - como as tecnologias, a serem vistas posteriormente - se investem de ações que designam as relações sociais que se tonificam diante de objetivos mais ou menos comuns pela via insurgente.

Movimentos sociais, atos e protestos aglutinam em si pulsões socializantes e politizantes que definem sua dinâmica. Todavia, essa aglutinação compreende também a imanência da realidade espacial que é tráfego e testemunha, construção e construtor, objeto e ação, fixos e fluxos.

O retorno às ruas como ação sociopolítica é um ato sempre novo. As aparências e a cobertura pública podem apresentar fragmentos narrativos que por um instante podem denotar significados e representações que pareçam datadas ou frias. Contudo, não se pode negar à movimentação social sua incursão geográfica que não se limita à pontualidade da localização, mas se tornam em jornadas socioespaciais.

1.3 Na rua e na memória: junho de 2013 e as dinâmicas anamnéticas

O passado traz consigo um índice misterioso, que impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está a nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo (BENJAMIN, 1994, p. 223).

Brandão (1998) argumenta que Benjamin, na citação que abre esta seção, obriga a consciência histórica a deslocar radicalmente sua direção submetendo o imaginário em torno do futuro ao compromisso do presente selado com o passado, onde a noção de projeto tenha funcionalidade a partir da memória.

O passado na visão benjaminiana impele à redenção, isto é, seus autos não apenas contam e testemunham eventos e sujeitos, mas provocam no presente um senso pela transfiguração daquilo que o passado não elaborou, como meta para um presente que, comprometido, pode mudar a linha do futuro.

O signo geral da modernidade é o futuro sem precedentes em avidez e orientação radical, todavia há uma força ainda mais radical que redireciona as trilhas do futuro passando pelo passado, para por fim se fazer futuro concreto (HABERMAS, 1990). O futuro é então uma janela messiânica com a qual os fios partidos do passado podem ser reintegrados e suas narrativas redimidas.

Os sujeitos do presente em uma modernidade que anela o entender a si mesma no trajeto para o futuro são responsáveis pelas gerações que terão esse futuro como presente na sequência, evoca Benjamin (1994). E esse processo, entende Brandão (1998), coloca a sociedade em um movimento que se solidariza não exclusivamente com o futuro que não demora em ser presente, mas com o passado que sedimentou o presente atual, de onde se parte.

A memória é então um dispositivo importante nos processo sociais. Diz respeito à construção dos sujeitos e da coletividade no tempo, mas reverbera também no espaço na medida que se torna combustível para que a teia de significados que é o espaço se estabeleça como realidade desejada ou em projeto.

Em Pollack (1992), a memória coletiva tem a função de fervilhar os sentimentos de pertença e delinear as fronteiras que caracterizam a identidade coletiva. A referência ao passado sustentaria a coesão de tais coletividades e também a narrativa das instituições sociais, o que define suas conexões e conflitos.

Tem-se assim o enquadramento da memória, na qual esta é produzida para a manutenção das identidades e dos projetos de vida. “A memória teria, assim, o poder de tecer significações e sentidos aos lugares, uma vez que possui como herança as lembranças da formação e constituição dos espaços” (SOUZA; BARLETTO, 2009, p. 126).

A memória é concomitantemente uma construção individual e social, sendo resultado de compartilhamentos, diálogos e exercícios coletivos de emprego de sentido à realidade (ZANINI, 2005). Na produção de memória, o indivíduo é que a exerce, todavia esse processo se dá por meio de um exercício de escolha que privilegia alguns acontecimentos sob influência cultural ou de hegemonia de poder.

Em suma, a partir de uma conjuntura possível, de uma linguagem compartilhada e também daquilo que o grupo manteve como válido em termos de itinerários e valores considerados positivos. Não são todos os acontecimentos, personagens e fatos que permanecem nas memórias. Eles são, antes, um exercício de escolha, de privilegiamento e de possibilidades de partilha, o que implica dizer que as construções das memórias ou a sua sobrevivência são formas de exercício de poder. Poder este que é exercido de múltiplas formas e que não necessariamente está sintonizado com verdades históricas. São, muitas vezes, as leituras legitimadas do passado que se tornam relatos autorizados, embora saiba-se que possam ser interpretações e triagens conduzidas por critérios que não necessariamente sejam históricos (ZANINI, 2005, p. 116).

Retomando a acepção benjaminiana, o exercício da memória se estabelece como comprometimento redentor no presente para com o passado. Trata-se de uma dívida solidária, afirma Brandão (1998). E nisso, as expectativas que robustecem a noção de futuro passam prioritariamente pela recuperação das expectativas passadas não realizadas no passado, na forma de memória, continua o autor.

Experiência e expectativa são duas ideias importantes nesse jogo de tempos entre modos. A primeira sugere o passado, a segunda, o futuro, e ambas parecem querer entrelaçar-se como os dois pólos através dos

quais a consciência da modernidade se pensa e projeta os seus futuros (BRANDÃO, 1998, p. 29).

A ideia moderna de progresso advém de uma ruptura das experiências do passado com as expectativas do presente, fazendo surgir uma consciência temporal da modernidade. Assim, recusa-se a bagagem acumulada das gerações precedentes e recusa-se também a:

Experiência vivida e, mais ainda, de suas expectativas deixadas-de-viver como um valor para o futuro. O esquecimento, em nome de um progresso que, ao estabelecer um futuro a partir de si mesmo, coagula a história e elimina dos tempos que hão de vir toda uma possível qualidade do povo. Pois, então, o progresso programa a plenitude de sua realização de uma ênfase salutar de imprevisibilidade [...] (BRANDÃO, 1998, p. 30).

Embora a perspectiva moderna do progresso e do futuro abdique o passado como forma de construção da história no porvir, isto se torna no dizer benjaminiano uma fonte de desassossego visto que cada época guarda em si um horizonte de expectativas não satisfeitas. E são essas expectativas em lacuna que impele os sujeitos contemporâneos a redefinir os contornos de sua história ou a minimamente desconfiarem das linhas que dão preenchimento à sua experiência e devir.

O contingente de expectativas não cumpridas e lacunas de experiência interpelam o sujeito contemporâneo a indagar sobre o que se revela como bem entesourado da memória coletiva e por em xeque os sentidos transmitidos da história macro e micro. Esse exercício de rememoração, então, desenvolve um sentido de dever messiânico para com as lacunas do passado.

No elo expectativa-experiência e no sentido passado-futuro, Benjamin sugere um exercício redentor da memória. A “imagem dialética do termo redenção para definir esta reparação anamnésica da história, visto que, na perspectiva etimológica de sua expressão, redenção significa ‘recuperar aquilo que era nosso, aquilo de que fomos levados a nos privar, aquilo que alienamos’” (NEVES, 2008, p. 103).

Brandão (1998) argumenta que a memória se desenvolve como lembrança cultural do compromisso com o projeto coletivo e sua destinação capaz de transformar o status de irrealização por meio de significados aplicados:

Eis que a cada geração somos responsáveis por viver uma nossa própria história, e por escrever essa nossa história em si mesma e também através da história irreversível dos acontecimentos realizados pelos que nos antecederam. Assim como somos responsáveis pelo ato de recuperar o sentido dos acontecimentos irreversíveis da história na vida dos que foram injustiçados nela, através de uma memória solidária que lembra isto. Que lembra e lhes faz justiça como revisão redentora dos acontecimentos, ao mesmo tempo em que incorpora isto aos seus projetos de futuro, como o elo solidário de construção do próprio destino das gerações (BRANDÃO, 1998, p. 33).

Esse processo de recuperação do sentido dos acontecimentos irreversíveis por meio de uma consciência solidária - e redentora - do passado, no presente para com o futuro em elaboração é chamado reparação anamnésica, em que o exercício de rememoração é ele mesmo uma indumentária de ativação identitária, agenciamento coletivo e transformação no tempo e no espaço.

A reparação anamnésica “significa recuperar a esperança na alteridade de múltiplas possibilidades e não mais se condensar numa diretriz única e inexorável” (SEVCENKO, 1995, p. 52). Ela se articula “com o passado não vivido (reprimido) e não com o passado ‘como de fato ele foi’” (NEVES, 2008, p. 104), significando “apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1994, p. 224).

Nas ruas, um mar de reivindicações (O Globo, 19 jun. 2013, p. 10).

A polissêmica e vibrante voz das ruas, que agora atingiu alto e bom som, tem que ver com a emergência de um novo modo de vida e o esgotamento de um modo de fazer política. Associada a uma percepção social de que a sociedade está excluída da área pública e quer nela ser reconhecida e participar (Estadão, 22 jun. 2013, p. 2).

O movimento mostra um desejo de reconhecimento social [...] e o desejo por participação política (O Globo, 19 jun. 2013, p. 12).

Ora, em um contexto onde um mar de reivindicações marcado pela pluralidade e heterogeneidade de perspectivas e onde a participação social e política recobrou relevância no cotidiano, o exercício de memória é implícito e explícito. As narrativas hegemônicas se arrefecem e o protesto é uma pulsão que concentra em si os horizontes de expectativas e experiências diante de um passado-presente-futuro.

No encadeamento de um movimento de insurgência não orbitam apenas os elementos que designam sua agenda, seu perfil ou sua demanda prática, mas

se inscrevem os eventos de que a memória retoma. Exercício que recupera a história contada, que anima as expectativas e respalda a luta como carta à consciência histórica coletiva em que se é preciso fazer algo.

Os sujeitos rememoram os autos de lutas, de conquistas, de desejos, de conflitos e realizações, ao mesmo tempo em que recobram o sentido do que não se concretizou, do que ficou para trás e dos percalços que respondem a contextos particulares no hoje com ameaças a um projeto de vida futuro, inspirando a partida, inspirando a luta. A insurgência não é só uma inflamação presente de visão panorâmica, mas uma leitura anamnésica do passado à luz do presente com o ideal naturalmente humano do futuro.

A reparação anamnésica no sentido de atos de insurgência, como nas jornadas de junho, é revolucionária, pois é produto de uma indignação contra injustiças históricas e domínios hegemônicos (NEVES, 2008). Protestar é então uma atividade de retomada das rédeas das narrativas históricas sob o perigo da conservação de uma memorabilia oficial e dominante.

Lefebvre (2008, p. 114-115) completa:

A sociedade em que vivemos parece voltada na direção da plenitude, ou pelo menos na direção do pleno (objetos e bens duráveis, quantidade, satisfação, racionalidade). Na verdade, permite que se cave em si mesma um vazio colossal; nesse vazio, agitam-se as ideologias, espalha-se as brumas das retóricas. Uma das maiores aspirações que o pensamento ativo pode propor a si mesmo, pensamento este que tenha saído da especulação e da contemplação e também das decupagens fragmentárias e dos conhecimentos parcelares, é o de povoar essa lacuna, e povoar não apenas com a linguagem.

O povoamento dessa lacuna por plenitude social de que Lefebvre (2008) enuncia é posta em processo de satisfação por meio dos instrumentos de transformação que os sujeitos lançam mão na vida contemporânea: a consciência, a memória e o protesto. Isso permite aos indivíduos uma forma de navegação social em torno da mudança, um empreendimento social que alia as aspirações de vida com o agenciamento histórico.

Habermas (1990) acredita - com visão moderada - na reparação anamnésica de injustiças e percalços pretéritos por meio da ação comunicacional, na qual o protesto como diálogo em trânsito e em insurgência se inclui. “A reparação anamnésica de uma injustiça que não se pode de fato

anular, mas que, pelo menos se pode virtualmente minorar pela rememoração, integra o presente no contexto comunicacional de uma solidariedade histórico-universal” (HABERMAS, 1990, p. 26).

A memória é naturalmente socializante por combinar em si acontecimentos, perspectivas e identidades. Mas é também politizante na medida em que provoca leituras sobre as lacunas do passado, entre expectativas e experiências não satisfeitas, e lança sobre o futuro um tónus de reparação pelos gestos que transformam a realidade, selando um débito para com o passado, contraído por solidariedade.

As manifestações de junho de 2013 tinham objetivos muito claros quando do momento de sua eclosão. Havia a salvaguarda de temas e agendas definidas, mas que se fundiram com outras pulsões que colocavam o sentimento sociopolítico e as vivências dos sujeitos em atrição. A rememoração tornou-se um dispositivo que conscientizava a respeito do *status*, impelia à luta e respaldava os sentidos do presente ante ao passado e em direção ao futuro como parte de projetos de vida.

Ocupar as ruas e os espaços públicos portando mensagens reivindicatórias são atos que portam profundos significados. A interrupção dos fluxos urbanos, a desativação temporária da coesão da cidade para a ativação de insurgência demonstra a vitalidade do espaço e da sociedade, que com dores de crescimento, experimenta novos arranjos em sua fisiologia.

A ida às ruas é um ato presente e factual, garantido na liberdade de expressão e que pode ser filiado ou cooptado por agendas e interesses. Entretanto no encaço dos manifestantes está uma experiência espaçotemporal. A dinâmica espacial se irradia na tomada dos espaços e na intervenção dos fluxos como substrato, caixa acústica e sede de significados e experiências. A dinâmica temporal se desenvolve não apenas por narrativas histórias, mas pelo préstimo memorial que ora repara ora revoluciona.

As ruas como a cadência do espaço da cidade fornecem a tessitura precisa para que uma floresta de signos se estabeleça a partir da experiência e dos usos que os sujeitos atribuem. Afinal, espaço é também experiência. E quando as conexões lógicas com os cenários de contradição e não representação não são suficientes para a performance humana, os sujeitos criam

mecanismos poéticos que estabelecem conexões metafóricas com a realidade, mas prontamente referenciados nela e por ela (REYNAUD, 2005).

Se o espaço é ele mesmo constituído de diferentes forças e elementos, a vivência espacial interpela o sujeito a diferentes pontos de experiência: quanto à sua forma e funcionalidade, à sua história e lembrança, à sua afeição e às forças que o movem e modelam (GUATTARI, 1992). Relacionado à experiência e à percepção, o espaço fornece condições para deflagrar e reconstituir lembranças como forma de ação, reação e transformação (REYNAUD, 2005) - o *corpus* da reparação anamnésica.

“O espaço, como lugar das coisas, constitui um sistema coerente de imagens coletivas, no qual todos os procedimentos do grupo podem se traduzir em termos espaciais” (SEEMANN, 2002, p. 45). A memória enquanto registro ou reparação são ativos do espaço que o conduzem às suas relações diversificadas de transformação, reflexão e ordenamento. À guisa de movimentos de protestos, a memória se torna indumentária de desagravo e abertura de caminhos que transformam o espaço, que por sua vez não é apenas catalisador ou suporte, mas elemento constitutivo das próprias experiências que desencadeia.

CAPÍTULO II

2. AS TERRITORIALIDADES DO GIGANTE DESPERTO: FLUXOS, RELAÇÕES E DIMENSÕES MÚLTIPLAS

O gigante estava adormecido. Talvez tomado pelo sonho de seu projeto. Talvez numa sonolência irresistível dada a fadiga de seu trajeto. Ou ainda, um sono lúcido, em que a realidade premente e incisiva desobrigasse a consciência de seu vigor e energia costumeiros, cujo resultado fosse uma dormência que não é nem total nem parcial, mas um estado de transe. O que o faria despertar? O que substituiria o deleite de sua dormência?

Contudo, a perturbação exterior começou a interferir na ciranda do sono que mantinha fito o gigante. A reverberação de ruídos de fora encontraram ressonância em ruídos e perturbações interiores que, como alarmes, passaram a coagir o estado de repouso desse gigante cujos olhos insistiam em se manter cerrados. O gigante não podia contar com o rompante disposto a fazê-lo emergir, acordar seu espírito e despertar sua conduta.

Conspiraram contra seu sono. Arquitetaram a perturbação de sua ordem interior. Planejaram romper com sua suave tibieza. Premeditaram alterar a sofisticada letargia que o mantinha estável. Mas seu sono não era fácil de vencer. Muitos fios o mantinham delicadamente alinhado em posição cativa para o descanso. A ideia da quietude não só o animava como o seduzia a se manter incólume, a fim de lograr mais daquele estado entorpecente.

A acuidade dos ruídos, porém, foi maior. O gigante acordou. Não sem antes manifestar seu humor encolerizado pelo sono perturbado. Não sem antes fazer da ira sua linguagem pela estabilidade violada. Ao abrir os olhos, o gigante percebe que a acústica que permitiu com que tamanho alvoroço o despertasse não era apenas externa, não era conspiração, não era premeditação, mas tinha vibração dentro de si mesmo.

O despertar era internalizado, bem como o era externalizado. O tempo já não era noturno, mas soturno. A suposta quietude torna-se motivo de redescoberta de si. E ao perceber-se, sentiu-se os fios que o mantinham preso. Tais fios o tinham subjugado e restrito. Seu algoz, entendeu, era deparar-se com o real estado a que correspondia a essa sutil prisão.

Os ruídos eram imperativos. E se o gigante já havia sido despertado por eles, seu efeito agora era outro. A perturbação da quietude e da retomada de consciência do gigante tornou-se fonte de uma reação de desassombro. Ainda que instável pela volatilidade do momento e da fragilidade de sua condição momentânea, mas fluida, consciente de sua ação.

Com os olhos abertos, o gigante não só vislumbrou sua condição daquele momento, mas recordou de sua condição como tal, isto é, que o agigantam. Essa consciência unida ao desassombro do rompante de seu despertar o levaram a romper os fios embaraçados sobre seu corpo. Seus movimentos, antes limitados, puderam flexionar-se novamente. Sua postura, tolhida, pode novamente se estender.

“O gigante acordou”. Um grito de guerra que ecoou nas ruas no período das jornadas de junho e tornou-se a tessitura metafórica ideal para representar o sentimento catártico que unia os manifestantes. Manifestantes que assumiram a roupagem do “gigante pela própria natureza”²³ e anunciavam com a tomada das ruas que se tratava de um despertar: o país gigante acordou, rompe os fios que o mantinham enclausurado e quer recobrar seu lugar.

Ao lado de “o gigante acordou”, o conclame “vem pra rua” - ou a *hashtag*²⁴ #vempraru - foi utilizado como tônica em meio às vozes e dizeres. O convite fazia as vezes da relação causa e consequência, onde após o despertar do gigante, a ida às ruas para protestar ou simplesmente se posicionar e engajar era o passo seguinte.

Ambas as expressões foram, todavia, fruto de campanhas publicitárias contemporâneas ao período das manifestações. A apropriação do texto publicitário tornou-se subtexto da manifestação como arregimentação metafórica e como etiqueta linguística para a comunicação do conteúdo dos atos. Tal qual o discurso comunicacional por essência, os jargões tornaram-se populares como identidade discursiva.

²³Trecho do hino nacional brasileiro no 16º verso, 5ª estrofe.

²⁴A *hashtag* é um sistema de palavras-chaves usados como parte da comunicação na internet. Servem para catalogar textos onde a mesma palavra-chave foi usada, isto é, facilitando a busca por contexto. Recentemente, têm sido usadas como complemento linguístico na redação digital e dinâmica social para chamadas, conclames e campanhas. São sempre precedidas de cerquilha (#) e, se forem compostas por mais de um termo, estes são unidos como em #vempraru.

“O gigante acordou” foi parte de uma campanha²⁵ da Johnnie Walker, companhia de bebidas alcoólicas, em 2011. Para se posicionar no mercado nacional, a ação da empresa usa como linha criativa a caracterização do Brasil como um país gigante - pelas dimensões continentais, pela diversidade cultural ou pela emergência socioeconômica - e usa como metáfora imagética o morro do Pão de Açúcar, cujas sinuosidades representaram uma figura humana em repouso, que ganham vida e passa a caminhar, associando-se ao *slogan Keep Walking* (“mantenha-se caminhando” em tradução livre).

Figura 31 - Cena da campanha “O gigante acordou” Johnnie Walker



Fonte: Disponível em: <http://ig-wp-colunistas.s3.amazonaws.com/consumoepropaganda/wp-content/uploads/2011/10/frame2.jpg>. Acesso em: 28 out. 2016.

Uma campanha da empresa automobilística Fiat desencadeou a chamada #vempraruá aplicados aos protestos de 2013. O objetivo da campanha publicitária²⁶, todavia, não era associar-se às manifestações e sim a chamada da torcida brasileira para a Copa das Confederações, evento precedente à Copa do Mundo que seria sediada mais tarde no país. O período de veiculação da

²⁵VT de campanha disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2cA63D3QMU>. Acesso em: 28 out. 2016.

²⁶VT de campanha disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SxMIwZZPlcM>. Acesso em: 28 out. 2016.

campanha coincidiu com a eclosão da mobilização popular, o que consistiu um usufruto de oportunidade do *slogan* cuja função também era uma convocatória do povo.

Figura 32 - Campanha “Vem pra rua” Fiat



Fonte: Disponível em: http://www.cidademarketing.com.br/2009/sysfotos/imagensexibicao/noticias/2013/maio2013/fiat_ rua.jpg. Acesso em: 28 out. 2016.

As expressões construíram o corpo linguístico e a tônica discursiva dos protestos, dando a roupagem oportuna para que este se estabelecesse e comunicasse sua representatividade, intenção, motivação e identidade. Afinal, há nos sujeitos um impulso de criar mecanismos poéticos para dar sentido aos eventos cotidianos, onde a falta ou a insuficiência de conexões lógicas são aplacadas por meio de conexões metafóricas (CARTER, 1992).

O gigante desperto tornou-se gigante vigilante. Os fatos dão conta de uma mobilização social cujo precedente mais recente remete há 20 anos. Contudo, as particularidades que desenvolveram a movimentação, colocam os atos de 2013 em um cenário particularmente diferente, em que o singular é múltiplo, o integrado é plural e a unidade é diversa.

A agenda antes atrelada à bandeira do MPL se agigantou em uma espécie de reação em cadeia, como reportavam os noticiários. A natureza dos movimentos sociais não é outra senão de produtores de novos valores e objetos com os quais as instituições sociais se adequam e se transformam criando novas possibilidades (CASTELLS, 2013). Essa transformação não ocorre sem que a realidade seja chacoalhada.

Assim como os terremotos, as manifestações possuem epicentros e redes de irradiação de seu efeito sísmico. São Paulo ergueu o estandarte inicial dos protestos, sendo o epicentro da trama dos abalos das jornadas. Contudo, uma tessitura tectônica - não visível imediatamente à atenção pública, midiática e governamental - era presente e forneceu ao movimento os dutos necessários para que suas energias sísmicas impetrassem seus primeiros efeitos.

Destarte os primeiros impactos, uma aderência inesperada é sentida com múltiplos focos de protestos sendo relatados não apenas no estado paulista, mas em outras partes do país, não restritos também à região Sudeste brasileira. A reverberação das vozes dos protestos que afirmavam um despertar e convidava às ruas parecia contagiosa e possuiu a acústica necessária para que seu som se difundisse sem dispersão.

O que unia as pautas em termos de luta pelo transporte público gratuito e de qualidade passou a congregiar uma diversidade de pautas espalhadas por uma cartela de demandas que afetam a vida urbana. Todavia, o que implicava em diversidade de agenda, carregava uma prerrogativa de unidade. A polifonia das pautas não dividia, mas unificava um pulso nascido das ruas e capaz de destravar experiências nas e das ruas.

Unidade e diversidade, concentração e dispersão, proximidades e distanciamentos, pluralidade e unificação, multiplicidade e identidade. O gigante desperto agora vigilante havia recobrado seus movimentos e estava decidido a nos espaços públicos, nas ruas que já foram (e são) palco histórico e cultural de tantos atos, a desencadear um novo processo, cuja voracidade avançava pelo país conforme o calendário junino daquele ano vencia.

O espaço é um vórtice que aloca, suporta, recombina e participa de forças distintas das quais ele constrói e é construído diante da realidade. Essas múltiplas dimensões que imbricam sobre o espaço - e que o definem - o inclinam a processos de socialização e politização, que estão na base das relações e

dinâmicas da ordem social. Isto implica que o espaço é não apenas arena, mas partícipe das forças de insurgência que nele se operam.

2.1 As territorialidades insurgentes do gigante desperto

As duas semanas que mudariam a história da política brasileira começaram de forma prosaica, com mais um protesto desinteressante, fadado a ser uma notinha de jornal. Os outros seis atos se sucederam cheios de novidades: jovens dispostos a resistir à PM, arregimentados pelas redes sociais, lidando com o tradicional despreparo das autoridades (Estadão, 23 jun. 2013, p. 14).

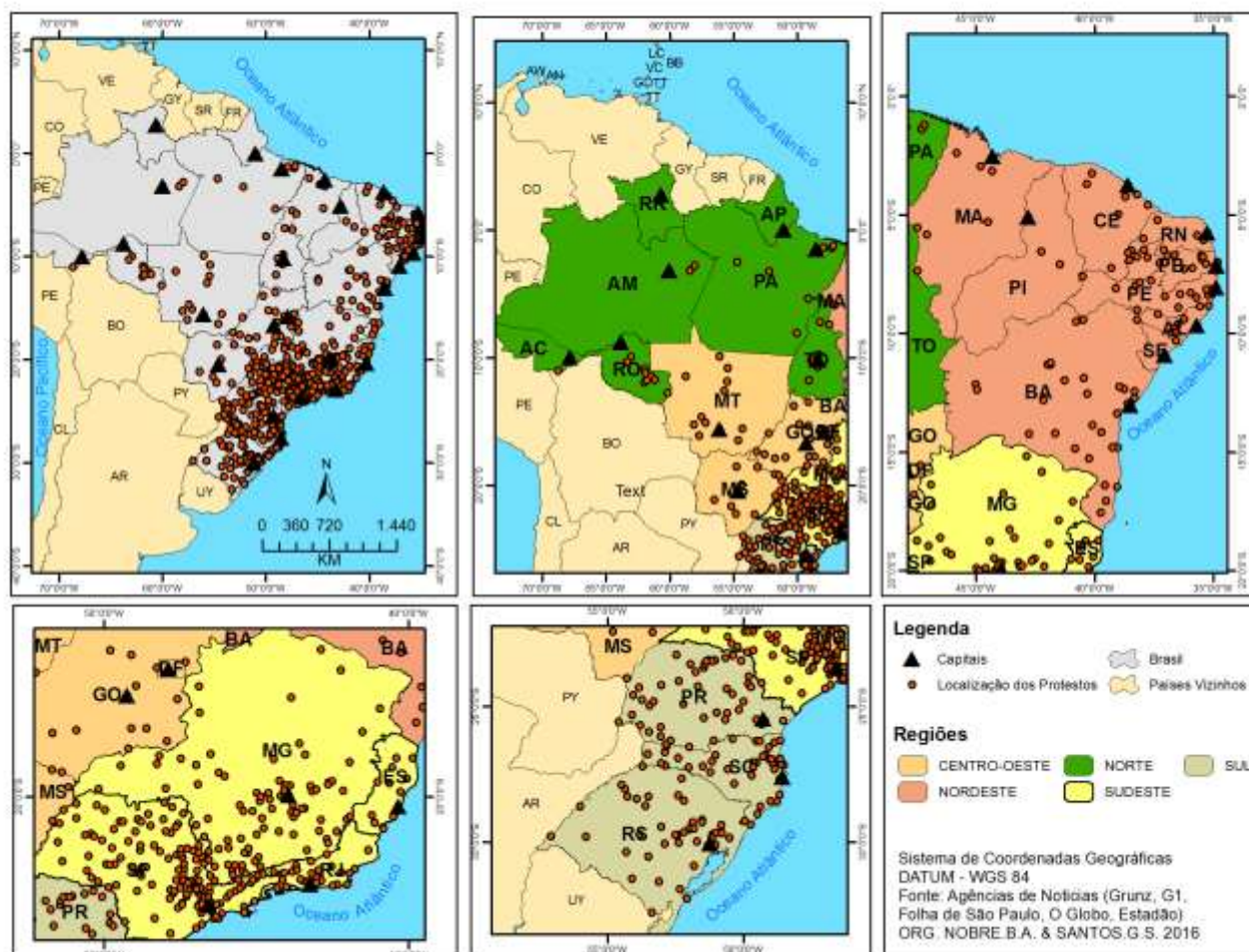
Os protestos registrados em junho pareciam fadados a uma parca cobertura midiática, uma tranquila relação com os governos e baixa atenção da opinião pública. Tão logo surgiram, foram tipificados como costumeiros, corriqueiros, eventos de praxe. O modelo de insurgência e de manifestação de contrapoder parecia desgastado no imaginário popular, todavia a sucessão de fatos que se arrolaram como uma jornada insurgente, fizeram do mês de junho um polo de atenção.

A atenção despertada ao longo de 14 dias (com flexões em datas anteriores e posteriores) furtou não apenas o fôlego da imprensa, mas também do Estado, que estabeleceram guerras simbólicas e de legitimidade dos manifestantes, seus métodos e os teores próprios que deram tônica aos atos. Todavia, ao centro do palco dos acontecimentos foi possível observar uma nova roupagem dos históricos movimentos sociais que tomam as ruas, com novas incursões sobre o espaço do qual ocupam e se apropriam, revelando dinâmicas mais intrincadas.

Entre a dificuldade de recepção inicial dos protestos e a inabilidade de negociações por parte do Estado, os manifestantes cobriram os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. Manifestações ocorreram em 538 municípios (figura 33), entre capitais, regiões metropolitanas e cidades de maior e menor porte, numa estimativa de 2,7 milhões de participantes no período compreendido

pela jornada²⁷. Reflexos dos protestos ganharam ainda contornos em 73 cidades no exterior²⁸, como uma inflexão solidária ao contexto trazido pelas ruas.

Figura 33 - Localização dos protestos por cidade²⁹



Do epicentro paulistano às reverberações pelo território nacional, os manifestantes projetaram suas reivindicações e desenvolveram sua performance de insurgência ocupando ruas, praças, centros de governança e

²⁷Conforme estimativa do portal G1, disponível em <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>.

²⁸No exterior, 25 países participaram dos protestos, conforme dados do site Grunz em <http://www.grunz.com.br/mapa-dos-protestos-no-brasil-pelo-mundo/>. Foram eles Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bolívia, Canadá, Coréia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Israel, Itália, Japão, México, Noruega, Peru, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia e Suíça.

²⁹Conforme catalogação dos protestos via ferramenta de eventos na rede social Facebook pela agência Grunz (disponível em: <http://www.grunz.com.br/mapa-dos-protestos-no-brasil-pelo-mundo/>) e catalogação dos protestos por meio de checagem jornalística em G1 (<http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>), Folha de S. Paulo, Estadão e O Globo.

outros espaços públicos, apropriando-se não apenas do terreno de sua prática, mas da radicação simbólica que o espaço produzido e produtor possui.

Há uma partilha contextualizada e significativa entre mobilizações sociais e o espaço, de forma que uma relação de indissociabilidade se estabelece para que o conteúdo de insurgência se estabeleça, se externalize e tenha contornos. O *corpus* ativista pressupõe dinâmicas socioespaciais, onde o sujeito tem no espaço a capilaridade necessária para desencadear suas pulsões sociais e políticas sobre objetos diversos.

As manifestações que levaram milhares de pessoas às ruas do país, tinham reivindicações sociais diversas (saúde, educação, transporte), além de críticas contra a corrupção [...] (Estadão, 21 jun. 2013, p. 18).

Um grupo de jovens passou a madrugada de ontem acampados na Avenida Delfim Moreira. [...] Na pauta do protesto, melhorias em saúde e educação, crítica ao alto investimento para a Copa e a defesa da CPI do transporte público (Estadão, 23 jun. 2013, p. 10).

Nos protestos, os pedidos de reforma do sistema de representação se misturam aos cartazes defendendo transporte mais barato, melhorias na saúde e na educação, transparência nos gastos públicos e combate à corrupção (Estadão, 24 jun. 2013, p. 7).

“Diálogo é uma passo importante, mas sem ações concretas, não existe avanço”, disse uma das líderes do movimento (Estadão, 25 jun. 2013, p. 6).

Eis que os espaços públicos passaram a reunir uma coalizão de vozes. Saúde, educação, transporte e combate à corrupção foram temáticas repetidas vigorosamente em gritos e letrados. A consciência do gestual de protesto e a convicção das razões de engajamento sustentadas na agenda amplamente manifesta evidenciava atores sociais desencadeando, a partir da insurgência, um programa sociopolítico.

O exercício desse programa sociopolítico e insurgente se estabelecia não apenas concretamente nas passeatas, ocupações e resistências, mas também de modo abstrato pela representação intensa que o convite e a vivência das ruas permitia. Isto é, no espaço, do espaço e pelo espaço, relações objetivas e subjetivas se entrelaçavam formando uma malha que era simultaneamente episódica - por se tratar de uma mobilização finita - e perene - já que a atividade significava uma consciência espacial transformadora.

Uma malha se formava nesse movimento de forças sociais, políticas e relacionais, fundamentando uma noção territorial ante ao caráter episódico a que as manifestações representavam. A partir da apropriação do espaço, que é anterior ao território e que se manifestou como vitrine dos atos, concreta ou abstratamente, é o que o sujeito faz do espaço um território. Afinal, o território é resultante das ações sintagmáticas dos sujeitos sobre o espaço, desvelando programas próprios (RAFFESTIN, 1993).

As manifestações que foram delineadas pela apropriação espacial e pelo exercício de um conjunto de ações constituídas em projeto reivindicatório denotam a formação de um território insurgente dentro do próprio sistema territorial nacional, composto pelas relações e dimensões que o caracterizam dentro desse domínio fronteiro, sociopolítico e cultural.

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder que se traduzem por malhas, redes e centralidades [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

Esse processo territorial de que menciona Raffestin (1993) em sua Geografia do poder, isto é, do espaço efetivado como produto dos atores sociais, é reconhecido nos acampamentos montados pelos manifestantes em vias públicas de grande afluxo, pela apropriação do tráfego ou pela abertura ao diálogo com os diferentes sistemas de exercício de poder e governança por parte dos querelantes.

As jornadas de junho se efetivaram por meio de um sobreposição de camadas: as prerrogativas da história trazidas à lembrança, os contextos sociais das cidades trazidas à tona e as contradições que arrocham a experiência cotidiana trazidas às ruas. Assim, afirmar uma ativação territorial no movimento é debruçar-se sobre a necessidade epistemológica de compreensão do território como fruto de relações espaçotemporais, isto é, movidos por processos relacionais e históricos.

Ora, Saquet (2009) discute que o território se descola da definição do espaço na medida em que compreende como características as relações de poder, as identidades e os processos espaçotemporais. Sendo assim, o território

se define como uma construção coletiva e multidimensional, composto por múltiplas territorialidades, essas alimentadas pelas relações e dinâmicas desenvolvidas no espaço apropriado e ativado que se tornou território (SAQUET, 2007; 2009; 2011).

Destarte o objeto de discussão aqui empreendido se concentra na mobilização social de um movimento insurgente que sob o espaço desenvolve trajetórias de reivindicação, abre-se a discussão para funcionalidades e formatos de poder, já que os atos se desencadeiam em confronto aos sistemas e programas de poder, sejam eles de representatividade política ou de legitimação de estruturas sociais e de expansão de contradições socioespaciais.

Na medida em que se entende que o território se efetiva “como extensão espacial apropriada e usada”, é premente a necessidade de “pertencer àquilo que nos pertence” (SILVEIRA, 2011, p. 39), efetivando-se a produção de territorialidades. Quando o objeto remete a manifestações sociais marcados pelo caráter de evento, o processo territorial é compreendido pela forma com que tais atos se instauram sobre o espaço apropriado. Assim, as territorialidades se efetivam na medida em que o próprio circuito insurgente é uma malha espacializadora a comportar sujeitos e suas relações.

Ora, a “territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados” (SACK, 2011, p. 63). E ainda, trata-se de “um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos” (SAQUET, 2009, p. 88).

A contiguidade das manifestações de junho de 2013 se estabeleceu e obteve aderência porque as dinâmicas de sua fundamentação denotavam processos humanos de produção de sentido e experiência coletiva com o espaço e a ordem social da qual os sujeitos - sejam manifestantes ou apoiadores - participam.

Entende-se que a insurgência que se dá no alastramento de uma comunicação de querela e reivindicação é uma expressão de poder social. Poder exercido por sujeitos que conscientes do espaço apropriado - isto é, seu território - e que, diante de programas de ordenamento, se tornam exercícios de contrapoder. Tais exercícios tem no espaço sua radicação, em outras palavras,

a mecânica e o suporte de seu gestual, mas também o próprio diapasão de sua intenção.

A territorialidade é histórica e relacional. Ela abriga em si temporalidades e espacialidades por meio de processos relacionais que têm pregnância no reconhecimento identitário e na expressão de pertencimento. E se a territorialidade é um ato de pertencer o que se pertence, torna-se manifestação ruidosa, uma vez que a identidade, o pertencimento ou as relações humanas se caracterizam pelo vitrinismo de seu fragor e em externalizar sua essência.

Entende-se que as territorialidades efetivam-se por meio das relações de apropriação do espaço, das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, do exercício de dominação e de identidade e toda sorte de relações sociais estabelecidas entre os sujeitos e seus lugares de vida (SAQUET, 2009). Tal prospecto não implica em condições de estabilidade e bonança, mas compreendem lutas e contrários, dos quais a mobilização social é resposta frequente.

As territorialidades estendem-se ainda como mediação simbólica, cognitiva e prática da qual a conjuntura material dos lugares incute na ação social (DEMATTEIS, 1999). Afinal, “estão ligadas intimamente a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar” (SAQUET, 2009, p. 88). Territorialidades, assim, não se resumem a um conceito estático ou como uma camada socioespacial, mas são pulsões de ação per si.

Em última instância, as territorialidades correspondem às ações humanas, como projetos de controle, influência e transformação de cenários, objetos e relações em determinados conjuntos de área, entende Saquet (2009), que ainda acrescenta:

É nesse sentido que entendemos o território e a territorialidade como multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade. Na natureza, o homem vive relações. Na sociedade, o homem vive relações. Em ambas, o homem vive relações construindo um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial. O homem vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes [...] (p. 87).

O que junho de 2013 testemunha é uma mobilização em torrentes. Torrentes que abarcam as particularidades de cada lugar que se tornou um ponto de difusão, onde a variabilidade geográfica e histórica não se tornaram fatores de dispersão, mas acentuaram um caráter cooperativo particular. O desdobramento dos primeiros atos se tornou um dispositivo detonador de novas ações e como tal, ativou as territorialidades compostas pelo conteúdo sócio-histórico-espacial que habitam as malhas do país em seus múltiplos nós e redes.

Na passeata, a busca de soluções coletivas (Estadão, 23 jun. 2013, p. 18).

[...] movimento pelo transporte despertou a luta por objetivos comuns (Estadão, 23 jun. 2013, p. 18).

A relação entre passagens caras e transporte precário ganhou facilmente uma analogia com impostos altos e serviços de saúde, educação e segurança ruins. De longe, a pauta parece extensa e vaga. Para os manifestantes - pessoas de todas as idades, predominantemente com ensino superior ou médio, no caso dos adolescentes -, parece lógica e viável, embora a luta seja longa (Estadão, 23 jun. 2013, p. 18).

Acompanhou-se o movimento tenaz de uma tessitura vívida e intercomunicante pelos arranjos do passado, pelos cenários presentes e por projetos de vida e sociedade que fazem parte do devir de todo cidadão. Unidos por uma territorialidade que congregava com uma solidariedade socioespacial pautas, demandas e reivindicações, os manifestantes cobriram o território nacional munidos de suas vozes e do sentido de poder que o pertencimento e a coletividade lhes dava.

Os noticiários deram conta de uma mobilização volumosa e audível nas ruas do país, percorrendo todas as unidades federativas, em uma espécie de interconexão solidária que fazia de cada ato uma continuidade de outros, mesmo que não houvesse necessariamente uma comunicação efetivamente logística para tanto. A fecundidade do chão das ruas, entretanto, se acentuava no sentimento dos manifestantes e nas pautas levantadas amplamente identificadas com cada realidade.

A espontaneidade do movimento chamava atenção. Embora as ligações de agenda, de sentimento e voz se mostrassem alinhadas e dispostas a causar efeitos, o movimento devia em organização. A volatilidade dos atos e a falta de

foco transformava os atos em alvos simbólicos fáceis e arrefeceram posteriormente suas chances de legado prático. A unidade de manifestação face à diversidade de ação estabelecia um litígio popular contra o *status* de diversos aspectos essenciais à vida urbana em um projeto de país isonômico.

A vez do povo desorganizado (Folha, 30 de jun. 2013, p. E10).

Há um desencontro entre os cidadãos e seus governantes (Folha, 30 de jun. 2013, p. C7).

A química das massas é volátil, incendiária e instável, apesar de a maioria ser pacífica (Folha, 1 jul. 2013, E10).

[...] o povo livre invadindo as ruas, sem um foco único (Folha, 1 jul. 2013, A3).

Mesmo sem foco, sem planejamento a longo prazo ou qualquer organização que tipifica movimentos sociais e suas manifestações, as jornadas de junho avançaram sobre as ruas do país. Os atos que se sucediam, detonados pela mobilização paulistana, geram focos de combustão e vitrine para que cidades de outros estados estabelecessem suas próprias trajetórias de insurgência. Alimentadas pelos contextos sócio-histórico-espaciais, as manifestações se complexificavam em uma espécie de teia aditivada pela territorialidade de insurgência que os unia e pelas (des)continuidades espaciais.

A caracterização noticiosa dos protestos apontava as narrativas de “povo desorganizado”, “massas”, “desencontro” e “volátil, incendiária e instável” como escolha lexical de depreciação suave em um eufemismo sutil e oculto, implicando rigor jornalístico. Ao mesmo tempo, expressões como “povo livre” e “apesar de a maioria ser pacífica” eram pulverizadas nos textos como forma de trazer às jornadas de junho as mesmas narrativas dos movimentos sociais costumeiros.

O discurso jornalístico, nessa perspectiva, pode ser analisado sob dois pontos. O primeiro diz da tipificação e caracterização dos atos como manifestações corriqueiras, estanques, das quais as páginas de jornais noticiam e a atomização narrativa detrata seu valor ou sua pertinência sociopolítica, designando um viés elitizado de entender os participantes da vida pública, política e democrática.

O segundo ponto de análise, todavia, parece não ser consciente dos veículos de mídia: a incapacidade de nomear e caracterizar as manifestações em curso. E mesmo sendo consciente, o jogo simbólico se traduziria como uma pressa editorial em argumentar sobre sua tessitura que, complexificada, não era passível de generalizações ou reducionismos enquanto se desencadeava.

Os atos de fato não concentravam foco e objetividade, as multidões estavam unidas sob sentimentos de mudança e a heterogeneidade espontânea era visível, mas reduzir os eventos a uma narrativa de euforia, era restringir outros significados ora latentes, ora patentes. As relações que costuraram os atos em 538 cidades brasileiras denotavam a territorialidades cotidianas, isto é, o “conjunto de relações estabelecidas na vida em sociedade mediada pelo trabalho, pelo poder e pela linguagem” (SAQUET, 2011, p. 22).

Pois bem, a territorialidade é um conceito prático eminentemente relacional, isto é, se desenvolve por meio de relações sociais. Sua produção e sua reprodução estão ligadas a interações que os sujeitos desenvolvem e seus efeitos para o ordenamento da estrutura territorial, da tessitura que os vincula e emancipa como territorialidade. Nessas relações, operam a intercomunicação dos sujeitos pelos códigos e símbolos compartilhados, pelas causas que os animam, pelas relações de poder (ou contrapoder) e toda sorte de dinâmicas afetivas.

Ocorre que o caráter das relações sociais possui dinâmicas não apenas subjetivas, isto é, limitadas ao domínio eu e da posse imediata, mas indicam objetividades também. Em outras palavras, na experiência da territorialidade está contido um exercício afetivo sobre o espaço e sobre os objetos e eventos nele arrolados. Esse exercício afetivo não é apenas expressão emocional do particular e do privado, mas é um estímulo-reação para a objetividade de vida, manifestada nos processos de luta e contestação das estruturas de poder e contrariedades.

Considerando a territorialidade per si ou a territorialidade insurgente, como aqui se pleiteia, é possível observar o mesmo espectro no tocante às mobilizações sociais. Castells (2013, p. 22) entende os movimentos sociais, nesse sentido, como dispositivos iminentemente emocionais:

A insurgência não começa com um programa ou uma estratégia política. Isso pode vir depois, quando surge a liderança, de dentro ou de fora do movimento, para fomentar agendas políticas, ideológicas e pessoais que podem ou não relacionar-se às origens dos participantes do movimento. Mas o big bang de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação. Segundo a teoria da inteligência afetiva, as emoções mais relevantes para a mobilização social e o comportamento político são o medo (um afeto negativo) e o entusiasmo (um afeto positivo).

Considerando o exercício emocional uma forma de ação no movimento de insurgência, Castells (2013) aponta que a mobilização tem que ver com a apreciação ou depreciação coletiva. Se comportamento insurgente depende do medo e do entusiasmo, apenas quando estes são difusos e coletivizados é que um movimento pode ser categorizado. A pregnância da afetividade nesse sentido é servir de duto para os fluxos de ativismo.

Os indivíduos entusiasma-se quando são mobilizados para um objetivo que apreciam. É por isso que o entusiasmo está diretamente ligado a outra emoção positiva: a esperança. A esperança projeta o comportamento no futuro. [...] Contudo, para que surja o entusiasmo e aflore a esperança, os indivíduos precisam superar a emoção negativa resultante do sistema motivacional de evitação, a ansiedade. A ansiedade é a reação a uma ameaça externa sobre a qual a pessoa ameaçada não tem controle. Assim, a ansiedade leva ao medo e tem sobre a ação um efeito paralisante. A superação da ansiedade no comportamento sociopolítico frequentemente resulta de outra emoção negativa, a raiva (CASTELLS, 2013, p. 22).

No jogo de emoções postulado por Castells (2013), os afetos em torno da ansiedade e do medo possuem uma trajetória de propulsão antes de se tornarem entusiasmo e esperança. A ansiedade que embala as experiências dos contrários sociais e que se perpetua no medo que paralisa, tem sua transformação superadora a partir do sentimento de cólera, da raiva que surge com a identificação das injustiças e estruturas deflagradoras de opressão. A matriz da raiva nas jornadas de junho pode ser observada no vigor das vocalizações em cada ato, no litígio entre povo e Estado como comunicavam os jornais.

Castells (2013), contudo, pondera que para que a ativação emocional em um movimento social se efetive, esta deve ser coletiva, isto é, deve envolver outros indivíduos. Se diversos indivíduos se sentem mal representados ou lesados de alguma forma, isto os capacita e estimula à ação. Imbuídos, os indivíduos passam a destravar dois processos: “a consonância cognitiva entre

emissores e receptores da mensagem e um canal de comunicação eficaz” (CASTELLS, 2013, p. 23).

Esta consonância cognitiva entre os indivíduos é alcançada quando os teores e as causas mais profundas da ação são internalizados por um contingente social por meio da empatia, da autoidentificação e do cruzamento de narrativas, isto é, uma solidariedade partilhada. A própria visão de mundo se enriquece de outras e vice-versa gerando uma relação de proximidade entre os envolvidos. Em junho de 2013, a circunscrição geográfica marcada pela distância espacial como contextual se vê perpassada por um sentimento inequívoco de empatia e proximidade.

A outra condição para a eclosão de movimentos sociais é a existência e funcionamento de um processo de comunicação que difunda, propague e unifique mensagens e teores. A comunicação gera influxo para a ação. Nos eventos postos em análise, a cobertura midiática foi decisiva para que isto ocorresse. E desta vez, a comunicação não ficou restrita à imprensa tradicional ou aos grandes grupos de mídia, mas tiveram papel decisivo as redes sociais com sua comunicação viral, interativa e autônoma.

A disseminação de mensagens e signos visuais pela imprensa e redes sociais cooperou para que a manifestação atrelada aos intentos do MPL se transmutasse em uma luta ampliada cuja patência despertou outras dormências, ativou exercícios afetivos de ação e fizeram com que o gigante acordasse. Metáfora não apenas alusiva, mas sustentável na medida em que traduzem o ímpeto catártico e político por trás de mobilizações sociais.

As cenas das ruas televisionadas, transmitidas e presentes em múltiplas interfaces de texto reportavam o tratamento dado aos atos, as respostas iniciais das autoridades e a ação policial. Ao mesmo tempo, de modo autônomo, relatos e convites se difundiam pelas *timelines* de modo orgânico e viral. Enquanto as narrativas da imprensa tradicional transitavam em que foco aplicar sobre os fatos, a velocidade do ciberespaço permitia o exercício emocional necessário para que os atos de tornassem jornadas.

Outro elemento catalisador do empreendimento de insurgência das jornadas de junho foi um aditivo essencial da experiência territorial: a (s) identidade (s). Nos eventos de junho, foram postas em fluxo uma identidade em conjunto, isto é, um cabedal identitário que dava roupagem ao movimento, com

a qual os manifestantes e qualquer um que a endossasse podiam adotar e que continha as minúcias e variedades identitárias da própria diversidade identitária que caracteriza os cenários dos quais as manifestações integraram.

O exercício de insurgência e o caráter de luta estavam nutridos do exercício emocional feito ação, mas sua ligação só foi possível pela comunicação de uma estrutura identitária comum feito indumentária de ação, comunicada e difundida pelos canais midiáticos e pelo vitrinismo dos atos. Os que aderiram ao movimento internalizavam essa identidade comum na medida em que externalizavam a própria identidade e dava cabo do exercício catártico e político do momento.

A experiência do espaço permite aos sujeitos desempenharem seus papéis na construção das próprias narrativas e trajetórias. Na conjuntura de junho de 2013, no qual uma territorialidade foi empreendida por meio de uma insurgência por contágio e solidariedade, cada lugar funcionava como recôndito e microdetonador de histórias, dinâmicas e relações. Naturalmente, a coletividade gestada é acompanhada de um exercício identitário.

Hall (2006) argumenta que na medida em que as sociedades se tornam mais complexas, elas adquirem um caráter mais coletivo e social. A coletividade e a sociabilidade em potencial de que se pode observar na complexidade social contemporânea, leva os sujeitos a comporem sua própria história e trajetória com elementos contextuais à sua volta, tornando sua própria ação social mais engajada e identificada no outro, nos lugares, nos cenários.

Diante da forma coletiva, social e engajada que a sociedade moderna pode representar face a complexidade de seu ordenamento, é corrente que os sujeitos exercitem um tipo identitário pautado na gestão da mudança: a identidade de projeto. Castells (1999b) discorre que uma identidade de projeto ocorre quando os sujeitos de posse de algum material sociocultural, constroem identidade por meio de posicionamentos pautados pela transformação social.

O caso de junho fornece essa cadência quando ativados pela comunicação dos atos, se imbuem das causas, despertando em si os valores e emoções da ação de insurgência e passam a abraçar a tessitura identitária coletivamente fiada pelos que aderem e suportam a mobilização, evidenciando uma identidade que particulariza e define, mas que é marcadamente ativa e tem sua realização no pleito da transformação social.

“Podemos ser qualquer pessoa [...], uma pessoa sozinha não faz uma manifestação” (O Globo, 16 jun. 2013, p. 6).

“As 20 mil pessoas que estão ali são estudantes, trabalhadores, pessoas que estão desempregadas, que apostam nessa luta como forma de ter uma cidade mais justa e alcançar seus direitos” (O Globo, 16 jun. 2013, p. 6).

Pelas ruas [...] um clamor popular por várias causas, de vários rostos, com várias ênfases (Estadão, 21 jun. 2013, p. 19).

Há muita luta por reconhecimento e identidade no momento atual, além de muito desejo de participação (Estadão, 22 jun. 2013, p. 2).

Essa identidade integradora e de projeto se verifica nas evocações “podemos ser qualquer pessoa”, “vários rostos” e “várias ênfases”, como reportava a imprensa. Uma identidade que além de engajada no terreno de sua ação, é uma espécie de pacto que não concebe a diferença ou distância como limitações, mas pelo espaço em que sua ação se realiza e gera territorialidade, se anelam e se imbuem das mesmas pautas, tecendo um único tecido insurgente.

O espírito de engajamento, de luta, o sentido estabelecido em estar nas ruas e em apoiar o movimento tornam-se expressões identitárias fertilizadas pelas relações do sujeito com o espaço e a imbricação de significados emanados dele, e reforçadas pela unidade promovida pelas territorialidades de insurgência. Espaço e territorialidade são embebidos de expressões identitárias arroladas em um projeto coletivizado, marcado por um programa insurgente.

Figura 34 – Manifestações e convocatória

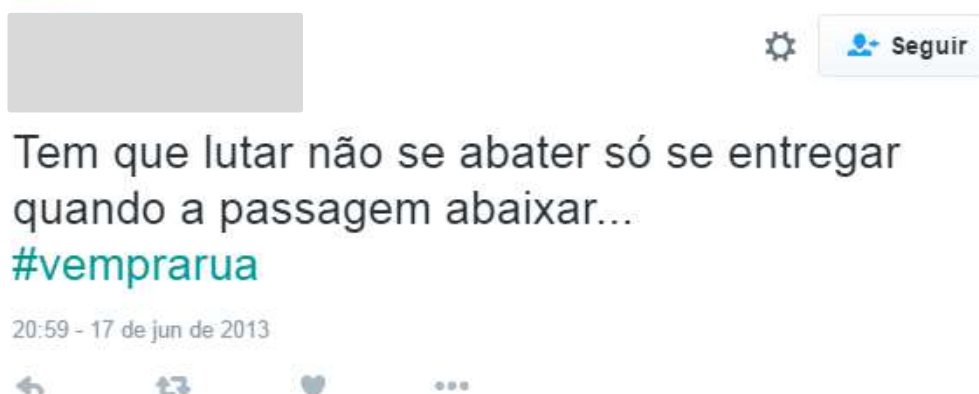


Figura 35 – Manifestações e convocatória

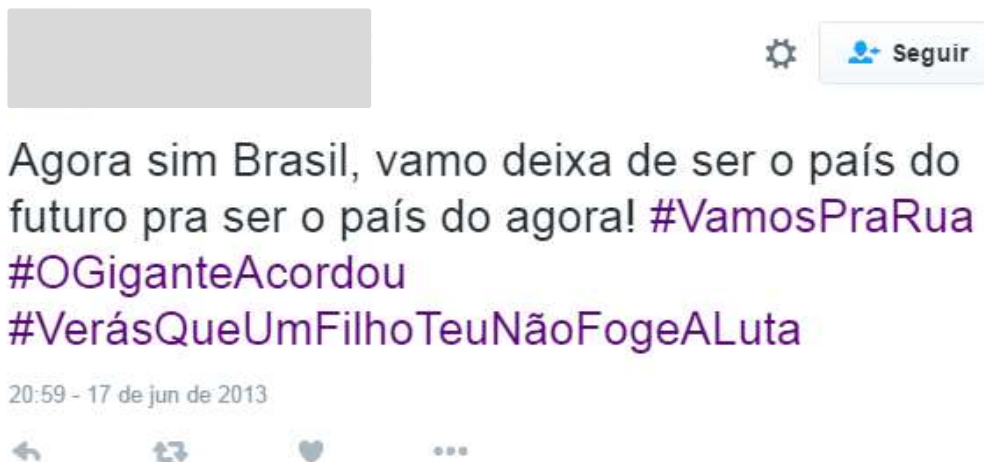


Figura 36 – Manifestações e convocatória



Figura 37 – Manifestações e convocatória



A coletivização traduzida nas relações, no engajamento e na identidade dos atos deixam de nomeá-lo apenas como fenômeno, como dão conta os textos noticiosos. Mas para os manifestantes, trata-se de um circuito, um projeto em andamento, um programa como se nota na consciência de grupo em “uma pessoa sozinha não faz manifestação”, “há muita luta por reconhecimento e identidade” e “muito desejo de participação”.

Nota-se que com os “vários rostos, várias causas e várias ênfases”, os manifestantes introjetaram ao mesmo tempo em que constituíram o programa das jornadas em si mesmos, programa este que deriva da identidade que, por sua vez, deriva de dinâmicas relacionais provenientes de uma territorialidade que une espaço e insurgência.

Figura 38 – Identidade e manifestações

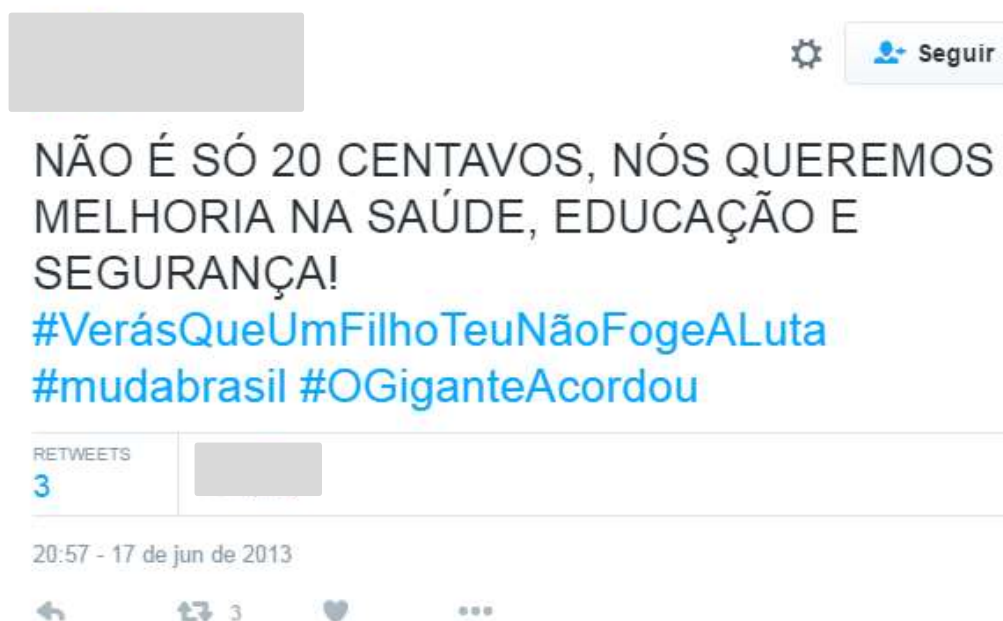


Figura 39 – Identidade e manifestações

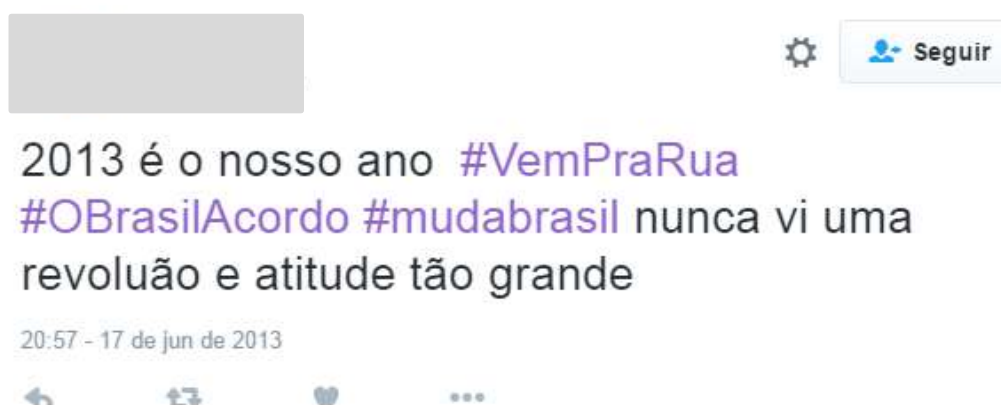


Figura 40 – Identidade e manifestações

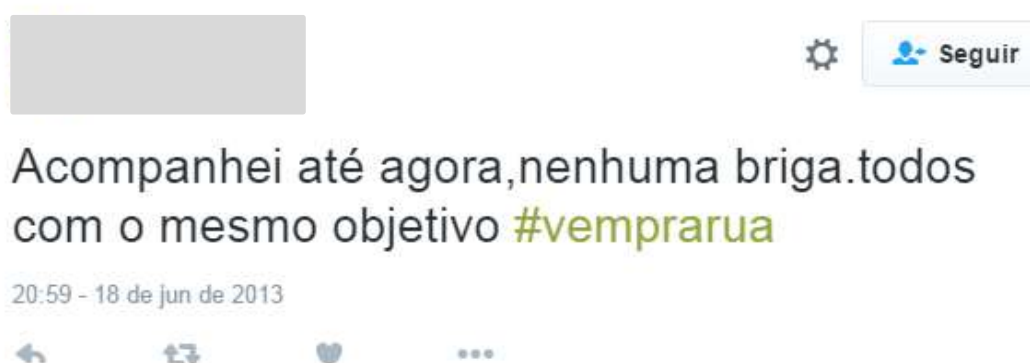


Figura 41 – Identidade e manifestações

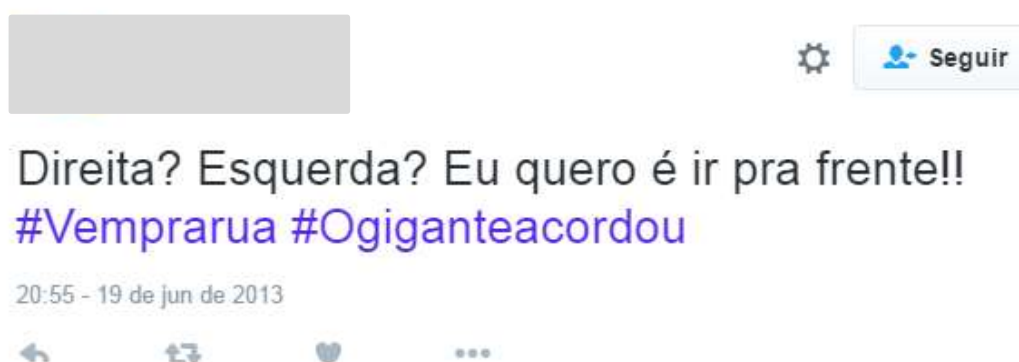


Figura 42 – Identidade e manifestações



Figura 43 – Identidade e manifestações



Figura 44 – Identidade e manifestações

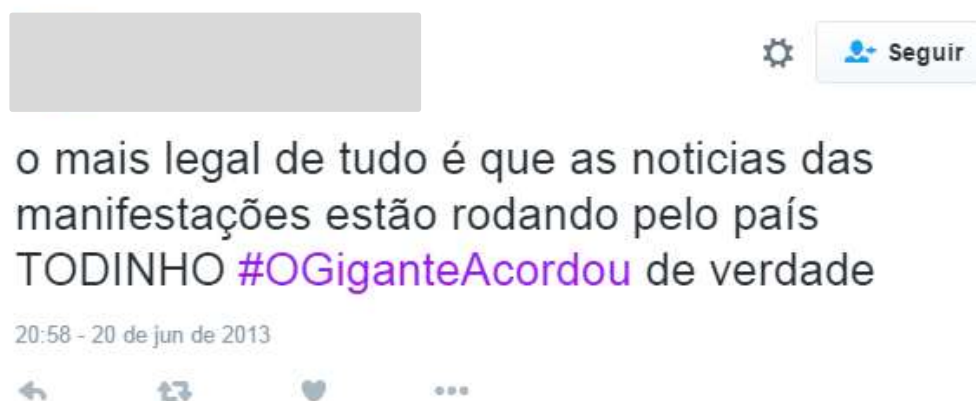


Figura 45 – Identidade e manifestações

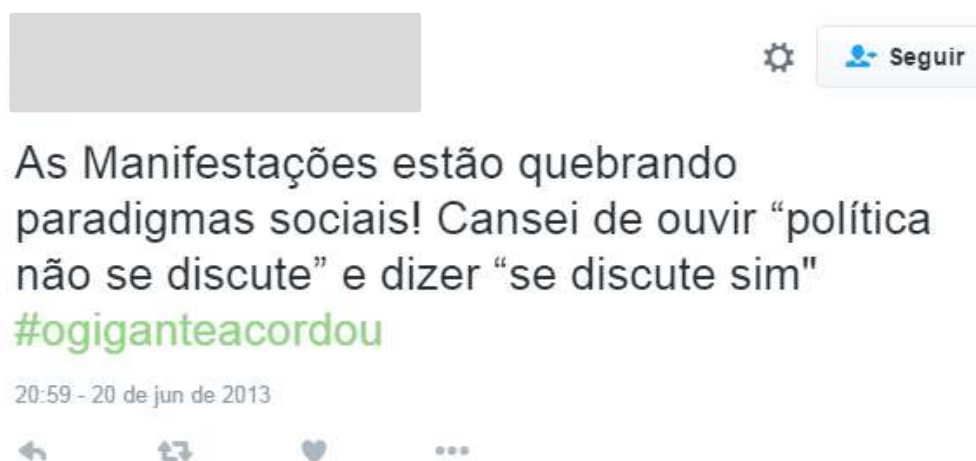


Figura 46 – Identidade e manifestações



Figura 47 – Identidade e manifestações

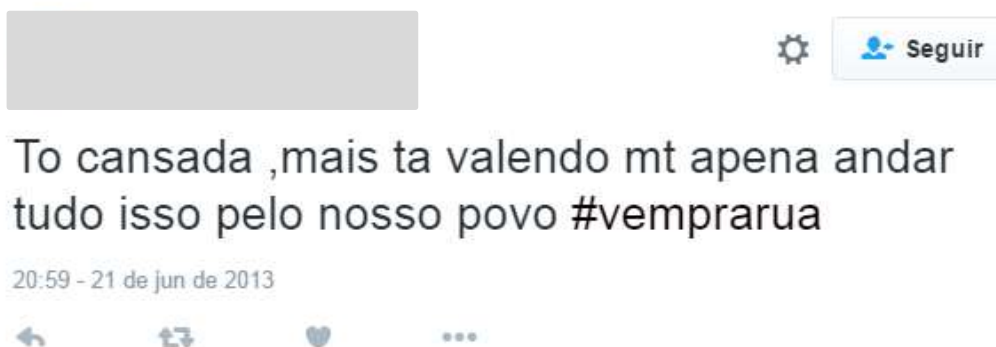


Figura 48 – Identidade e manifestações

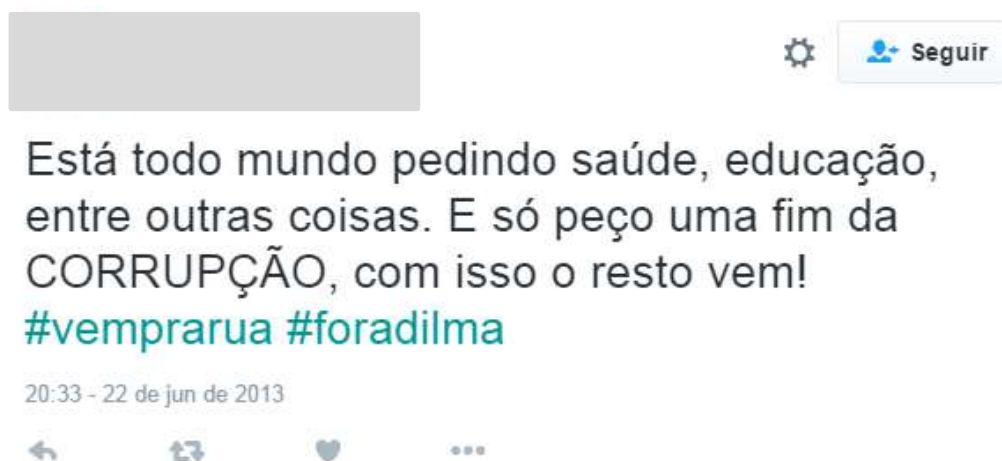


Figura 49 – Identidade e manifestações

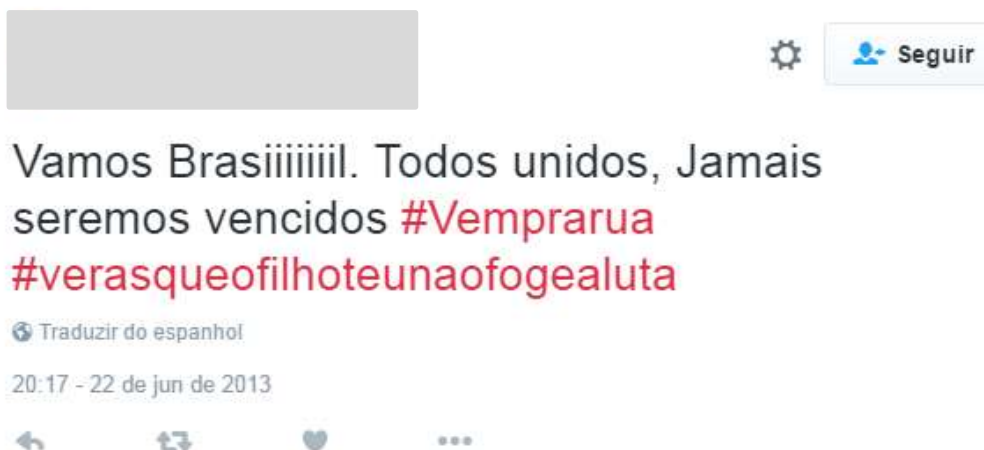


Figura 50 – Identidade e manifestações

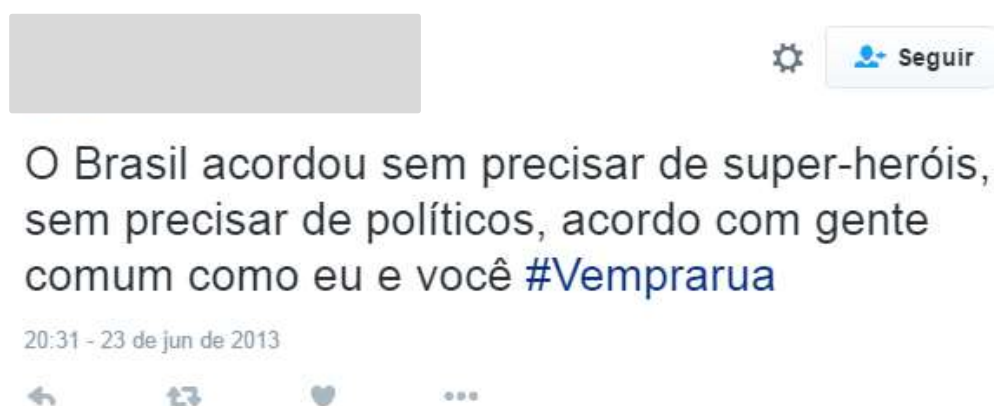


Figura 51 – Identidade e manifestações

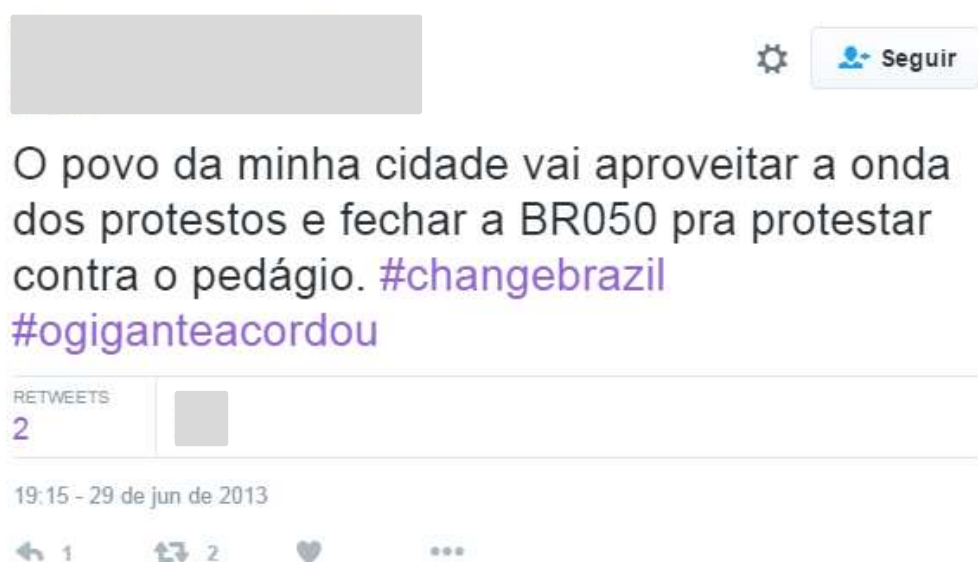


Figura 52 – Identidade e manifestações



Neste programa comum, observa-se um contexto tríplice de formação do fenômeno insurgente: as relações dos sujeitos com o espaço, a construção espacial destarte a experiência dos sujeitos e face às territorialidades, e os efeitos do pulso sociopolítico e democrático de construir a realidade a partir do espaço e sua apropriação efetiva.

A expressão identitárias das manifestações potencializa e renova as relações dos sujeitos com o espaço, ultrapassando o ideário comum de substrato e, pelas vias da apropriação, retomando a consciência espacial. Isto é, novas espacialidades e dinâmicas são construídas no despertar de novas apropriações, utilizações, experiências e integrações à coletividade. Retomando a consciência e a apropriação do espaço, constrói-se o espaço de modo efetivo. E esta construção se dá material e imaterialmente.

Nesta retomada espacial, novas dinâmicas entre os sujeitos e seus espaços são aplicadas e, em seu conjunto, por meio das relações estabelecidas (territorialidades), produzem efeitos sociopolíticos e democráticos na perspectiva do participante e do constructo social. Isto é, redescoberta do espaço, engajamento em causas sociais, culturais e políticas, ações práticas de participação e movimentação.

Tendo sido estabelecida a premissa de protesto, as vozes das ruas demandavam por serviços públicos e sociais em defasagem. Todavia, estava presente na conduta dos manifestantes um discurso de insatisfação política, isto é, de má representatividade, endereçando ao poder político suas queixas e reivindicações.

As manifestações que levaram milhares de pessoas às ruas do país, tinham reivindicações sociais diversas (saúde, educação, transporte), além de críticas contra a corrupção e um grito de guerra em comum: “Sem partidos” (Estadão, 21 jun. 2013, p. 18).

O sentimento antipolítica não se restringia aos políticos, mas mirava em líderes do Executivo e Legislativo em todo o país (Estadão, 21 jun. 2013, p. 18).

“Calado não se muda nada”. [...] “Muita coisa para melhorar”. [...] “Tarifa foi só uma gotinha no oceano”. [...] “As coisas têm de mudar neste país”. [...] “Eles não estão nem aí para a gente” (Estadão, 21 jun. 2013, p. 19-20).

Atos retratam divórcio entre povo e Estado (Estadão, 22 jun. 2013, p. 16).

A agenda de saúde, educação, transporte e outros em adição à querela de má representação política denotam motivações naturais de protestos, mas o rompante e a espontaneidade de junho de 2013 revelaram lutas por projetos de vida postos em xeque pela negligência dos sistema ou do arrocho das contradições sociais. Tais projetos de vida, na coletividade que selam as relações da territorialidade insurgente das manifestações cumprem por tornar-se projetos de nação.

Figura 53 – Protestos e continuidades

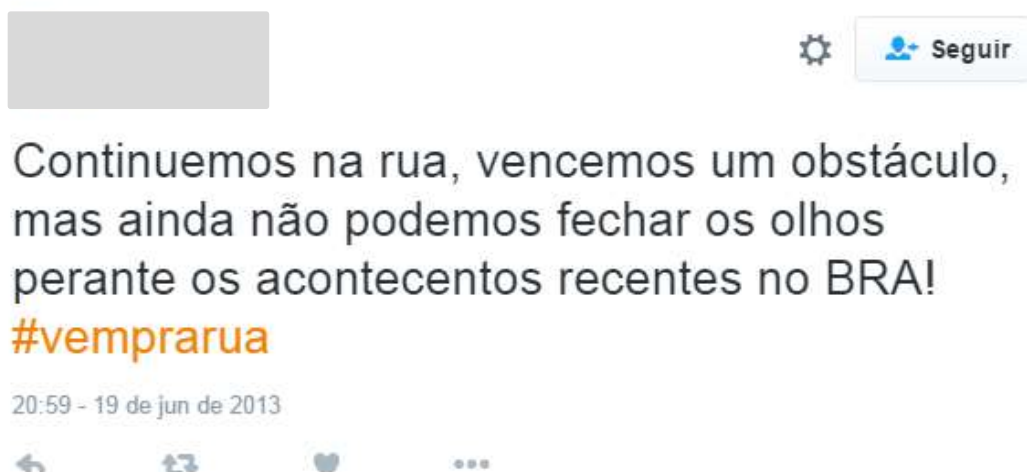


Figura 54 – Protestos e continuidades

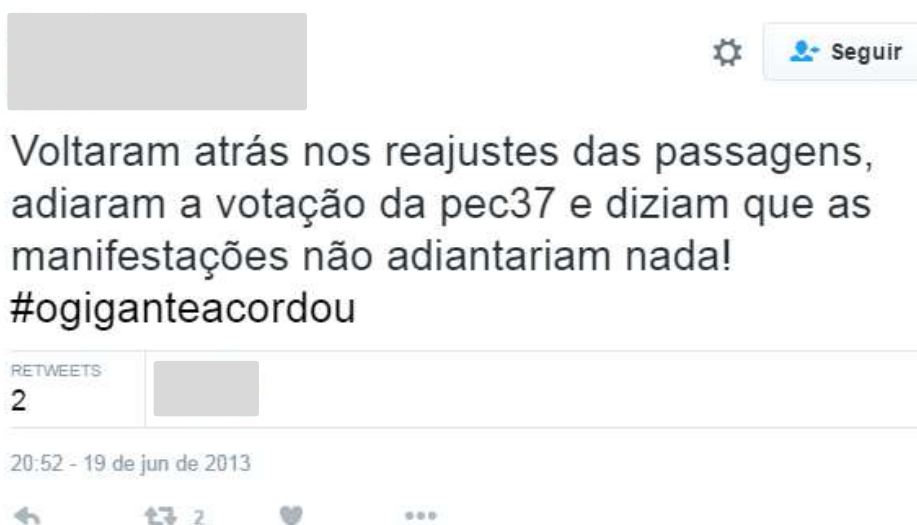


Figura 55 – Protestos e continuidades

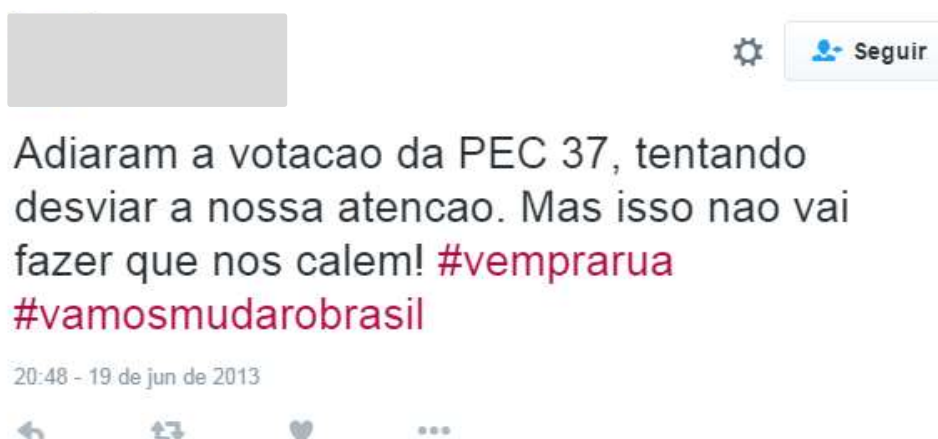


Figura 56 – Protestos e continuidades

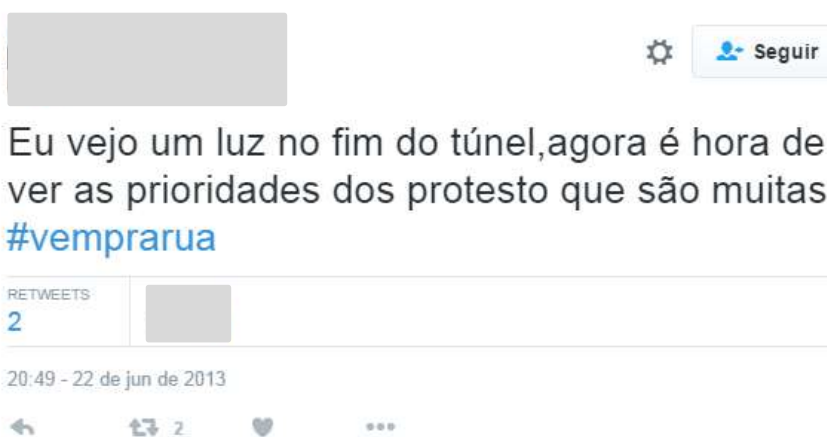
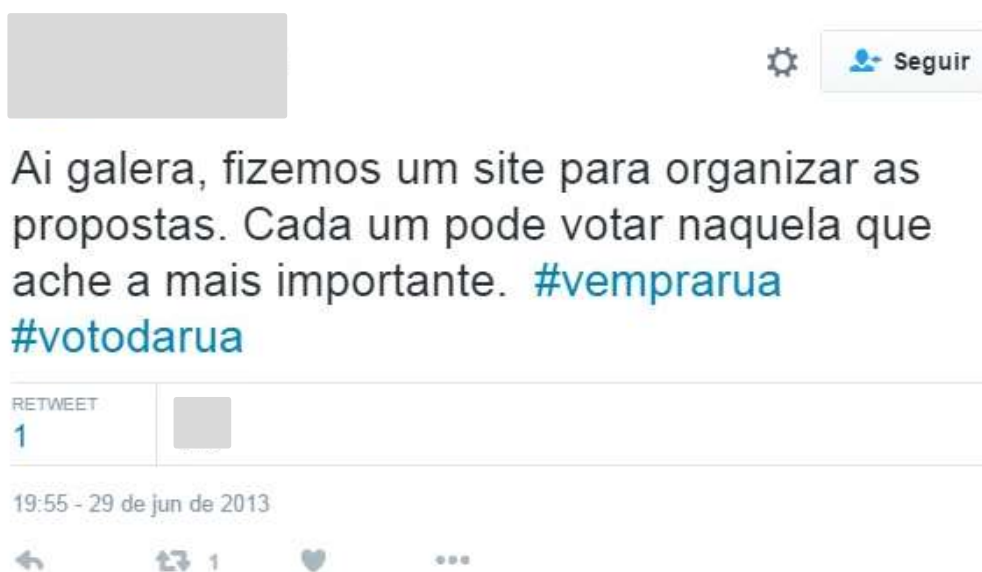
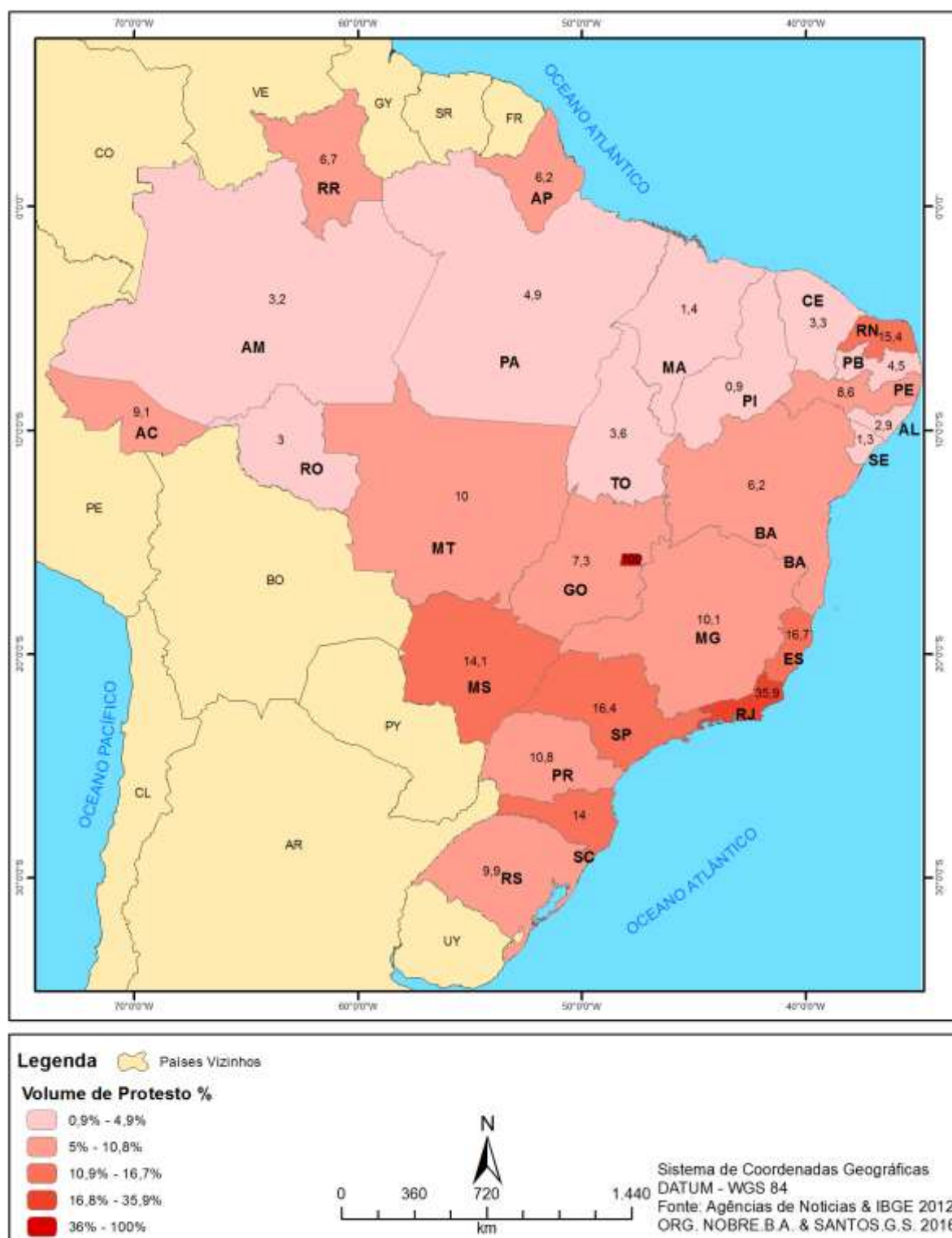


Figura 57 – Protestos e continuidades



Nessa confluência de projetos de vida em projetos de nação, as vozes reproduzidas em diversidade, continuam diversificadas, mas passam a se organizar em um uníssono. Uníssono esse obtido pela dinâmica de uma territorialidade, isto é, seu caráter relacional, identitário e, aqui, insurgente. É nessa perspectiva que o gigante acorda e seu despertar acaba por revelar as tessituras que firma seus pés.

A cobertura nacional dos atos teve representantes de cada estado, apresentando faixas de participação distintas na configuração geral do volume de protestos pelo território nacional (figura 58).

Figura 58 - Volume de protestos por estado³⁰

³⁰Conforme catalogação dos protestos via ferramenta de eventos na rede social Facebook pela agência Grunz (disponível em: <http://www.grunz.com.br/mapa-dos-protestos-no-brasil-pelo-mundo/>), catalogação dos protestos por meio de checagem jornalística em G1 (<http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>), Folha de S. Paulo, Estadão e O Globo e dados do Anuário Estatístico do Brasil 2012 (IBGE, 2013) sobre o número de municípios no país.

A região Sudeste registrou o maior volume de participação nos protestos. Dos 1.668 municípios mineiros, capixabas, paulistas e fluminenses, em 238 foram reportados atos, o que confere à região uma participação de 14,3% de municípios durante o movimento. O Sul do país teve 11,2% (133) de seus 1.191 municípios concentrando atos durante as jornadas de junho.

Numa escala decrescente, a região Centro-Oeste registrou 9,4% (44)³¹ de seus 466 municípios participantes, acompanhada da região Norte registrando 5,8% (26) de seus 449 municípios em adesão, tendo a região Nordeste com 1.794 municípios registrado o percentual de 3,8% (69) de participação nos atos.

Entre os 10 estados que registraram maior volume de participação de municípios nos protestos - considerando cada estado isoladamente - estão Rio de Janeiro (35,9%), Espírito Santo (16,7%), São Paulo (16,4%), Rondônia (15,4%), Mato Grosso do Sul (14,1%), Santa Catarina (14%), Paraná (10,8%), Minas Gerais (10,8%), Rio Grande do Sul (9,9%) e Acre (9,1%). A concentração de participação nos protestos, considerando cada estado, foi maior para as regiões Sudeste e Sul.

No percentual geral, 9,2% dos municípios brasileiros registraram manifestações durante as jornadas de junho. A presença de atos em todas as regiões e unidades federativas, mesmo com concentrações maiores no Sul e Sudeste, indicam não apenas a difusão da causa, mas a unidade de sentidos dos atos, pontuando uma tessitura de insurgência patente, cuja latência foi detonada nos eventos de eclosão das manifestações.

Na guerra simbólica que se estabelece frequentemente entre o discurso midiático, a resposta governamental e a opinião pública, a amplitude do movimento e sua aderência pelo país indicava aceitação, confirmação e apoio onde cada novo ato despontava conforme o avançar do calendário da jornada.

Oito em cada dez brasileiros apoiam as manifestações que tomaram as ruas do país na última semana [...] (Folha, 29 de jun. 2013, p. C1).

A territorialidade do gigante desperto difundida pelo território nacional era uma territorialidade de insurgência disposta a levar a vocalização dos atos a termo. As relações sociais face às dinâmicas espaçotemporais que compõem as

³¹Incluiu-se o Distrito Federal no cálculo para a região Centro-Oeste.

jornadas, unidas à identidade de projeto que nascia abrupta e irregular - mas não ilegítima ou falsa -, davam a tônica dos atos, permitindo um encadeamento solidário e uma continuidade virtual³², já que seu aparelhamento não detinha organização controlável³³. Tal condição é refletida pelo próprio MPL:

A ação direta dos trabalhadores sobre o espaço urbano, o transporte, o cotidiano da cidade e de sua própria vida não pode ser apenas uma meta distante a ser atingida, mas uma construção diária nas atividades e mobilizações, nos debates e discussões. O caminho se confunde com esse próprio caminhar [...] (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 17-18).

Lefebvre (2008, p. 113) completa:

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar delas, e levar até sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual (LEFEBVRE, 2008, p. 113).

A dimensão espacial foi vital à mobilização. Para que os atos crescessem e assumissem seu *status*, isto é, comunicassem sua mensagem de forma que a mínima transformação fosse propiciada, o pleito precisava de uma espacialidade que não só escoassem as vocalizações, mas que fosse ela mesma dinâmica de ação. As ruas, as ocupações, as interrupções de fluxos, as vozes e o arranjo de símbolos atrelados a esses atos são um exercício que ganha ressonância a partir do espaço.

Nas jornadas de junho, o espaço é sobretudo exercício. O espaço que apropriado, vivo e desenvolvo toda sorte de relações, é o espaço que reflete meu projeto de vida. Projeto esse que alinhavado com inúmeros projetos dispostos pelo país, arregimentados por uma tessitura territorial insurgente, constituíram o diapasão de eclosão, desenvolvimento e conclusão dos atos.

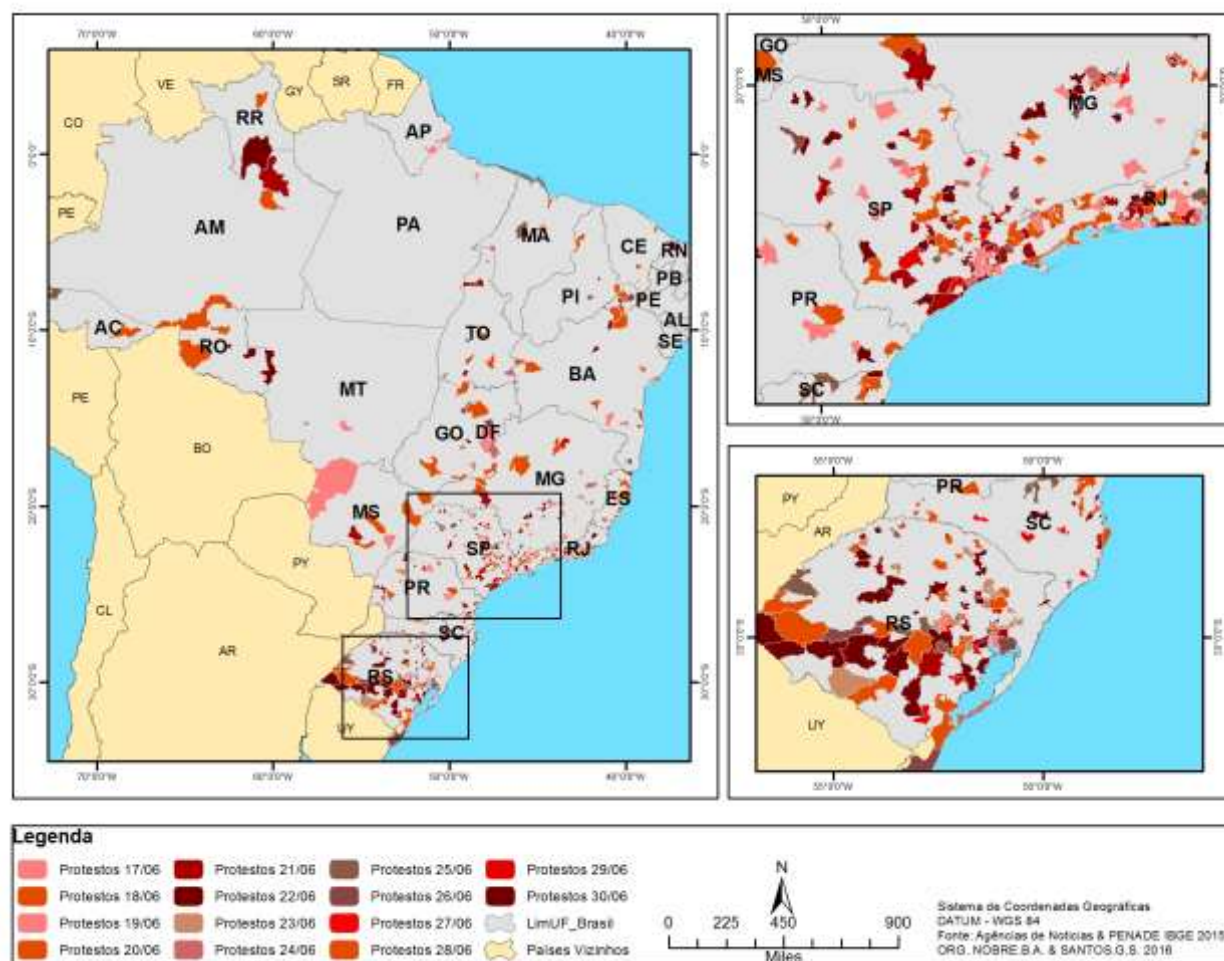
2.2 Entre protestos e fluxos: as redes de junho de 2013

³²Virtual aqui entendido como existência potencial e não como lógica eletrônica/digital.

³³Diz-se organização não controlável como espontaneidade não objetivada ou programada, mesmo com os intentos iniciais do MPL, as jornadas de junho ampliaram seu escopo e sua própria trajetória, tornando-se autônoma em si, marcada pela ausência de um núcleo organizador.

Para que o elemento detonador dos protestos nas jornadas de junho tivesse sua eficácia ao gestar o movimento, outro componente, associado às territorialidades de insurgência, foi substancial: as redes. Entre nós, arcos, fluxos e protestos uma malha de insurgência se alinhavou ao território nacional, permitindo o escoamento das mensagens, o enredamento de multidões como em contágio e um escalamento intempestivo, sem qualquer arranjo organizacional evidente.

Os protestos que constituíram as jornadas de junho se distribuíram em 14 dias: de 17 a 30. Todavia, flexões anteriores como injunções da mobilização que aqui se discute, e flexões posteriores como ressonâncias tardias, foram verificadas. A metrópole paulistana foi o epicentro das manifestações, representando o ponto magno para o delineamento dos fluxos que teceram a reticulação do movimento (figura 59).



O primeiro dia de jornada (17/06) tem na cidade de São Paulo o principal reflexo e a vitrine dos atos. Além da capital, o estado paulista registrou atos em outras 8 cidades de médio e pequeno porte³⁴. Além de São Paulo, Minas Gerais foi o único estado a apresentar cidades além das capitais com ocorrências de protesto. Em Minas, outras 3 cidades de médio e pequeno porte se juntaram à capital Belo Horizonte.

O dia 17 de junho concentrou atos em outros 9 estados e o Distrito Federal, particularmente nas capitais Belém, Curitiba, Fortaleza, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Vitória e em Brasília. No dia seguinte (18/06), os estados do Acre, Goiás, Maranhão, Roraima e Santa Catarina registram a participação de suas capitais no movimento. Além da capital catarinense, cidades de pequeno e médio porte tiveram atos registrados. Mato

³⁴A classificação de cidades aqui referenciada parte da definição do IBGE de porte de cidades pelo volume demográfico, onde cidades de pequeno porte possuem até 100 mil habitantes, médio porte entre 100 e 500 mil e cidades de grande porte com população acima de 500 mil habitantes.

Grosso do Sul registrou atos em uma cidade de médio porte. Continuidade de atos foram observados nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, seja em capitais e/ou cidades de pequeno e médio porte.

Amapá e Mato Grosso passam a apresentar atos a partir de 19 de junho. Já o Amazonas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe registram atos em capitais e outras cidades no dia 20. Permanências são observadas nos estados da região Sul e Sudeste, com participação de estados representando as demais regiões até o quarto dia de manifestações pelo país. Tocantins registra atos em Palmas apenas a partir do quinto dia de protestos (21/06).

Do Sudeste, Minas Gerais e São Paulo, e do Sul, o Rio Grande do Sul, apresentaram registros de protestos em todos os dias que constituíram as jornadas, tendo a participação de suas capitais, cidades das regiões metropolitanas e outras cidades de pequeno e médio porte. O Distrito Federal não registrou atos apenas nos dias 21 e 29/06. Mato Grosso, Pará e Sergipe concentraram atos apenas em suas capitais, diferentemente dos demais estados.

Tendo São Paulo como o nó principal da trama das jornadas de junho, pode-se observar que no primeiro dia de atos (17/06), a região Sudeste estabelece o maior número de arcos, com o envolvimento de todo os estados que a compõem. Arcos são verificados também na região Sul que, por meio do Paraná e do Rio Grande do Sul, tecem a trajetória de Santa Catarina a partir do segundo dia de atos (18/06).

O Distrito Federal, arqueado por São Paulo, torna-se nó para a região Centro-Oeste, abarcando Goiás e Mato Grosso do Sul no segundo dia de protestos (18/06) e Mato Grosso, finalmente, no terceiro dia (19/06). Na região Nordeste, a arqueadura fica por conta dos estados da Bahia, Alagoas e Ceará. Pelo volume de participações, a partir de São Paulo, Bahia passa a representar o nó nordestino que somente passa a ter totalidade dos estados participantes, a partir do sexto dia de manifestações (22/06). Da mesma forma, o Norte tem representação total até o sexto dia de protestos (22/06).

Por encabeçar os atos iniciais do MPL e registrar os protestos mais volumosos e com ampliação de escopo passando a se designar como jornadas

de junho, a cidade e o estado de São Paulo representaram o ponto nevrálgico da reticulação do movimento. Como nó, o estado paulista promoveu ao lado os arcos compostos por Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pará, Distrito Federal, Paraná e Rio Grande do Sul a tessitura intercomunicante para a difusão e envergadura dos atos.

Embora a localização maciça dos atos pode ser constatada nas regiões Sudeste e Sul (figuras 3 e 5), a representatividade do Nordeste, Centro-Oeste e Norte tornam a análise do circuito dos protestos menos óbvia e mais complexa. O movimento satélite de capitais e cidades de menor porte indicam uma ondulação complexa, mas unitária, partícipe da mesma circulação de fluxos.

Epidemia de manifestações tem quase 1 protesto por hora (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8).

O papel das redes sociais (Facebook e Twitter) foi decisivo para a articulação dos discursos e para divulgar hora e local dos protestos (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8).

Mas a epidemia só ganhou força depois do dia 17, ao monopolizar o noticiário das grandes redes de televisão (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8). Em sintonia com as últimas manifestações do país, brasileiros realizaram protestos ontem nas cidades de Nova York, Montreal, Dublin e Berlim (O Globo, 17 jun. 2013, p. 3).

Sem a predominância de bandeiras de partidos políticos, sindicatos ou entidades estudantis, os protestos lembraram as grandes mobilizações sociais do passado [...]. A diferença foi a força demonstrada pelas mídias sociais, decisivas não apenas para a mobilização como para o registro de cada detalhe em tempo real das manifestações, e a diversidade de palavras de ordem (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3).

[O Globo:] Os protestos no Brasil não tinham líderes. Isso é uma qualidade ou um defeito? [Castells:] “Claro que é uma qualidade. Não há cabeças para serem cortadas. Assim, as redes se espalham e alcançam novos espaços na internet e nas ruas. Não se trata, apenas, de redes na internet, mas redes presenciais” (O Globo, 30 jun. 2013, p. 17).

Subvertendo o jogo simbólico midiático, os protestos ganharam repercussão e vazão de suas mensagens. Aqueles que por canais não ortodoxos, como as redes sociais tinham conhecimento dos movimentos e já se imbuíam do que se proclamava nas ruas, passaram a se engajar de maneira mais difusa. A mudança de espectro da imprensa e de tratamento por parte do governo apenas legitimaram uma onda popular como ainda mais popular.

Epidemia, contágio ou onda. O noticiário buscava repertório suficiente para definir ou reter de modo linguístico o que não era possível exprimir e dar conta no primeiro momento: uma onda de protestos marcados pela espontaneidade, volume e desorganização objetiva. O aporte midiático, todavia, não bastou aos manifestantes e, seguramente, não bastou à população.

As redes sociais com um emaranhado de tessituras maior, mais intrincado e com mais volume de fluxos já estabeleciam o encontro entre a insurgência manifesta e o que dela se desprende como ato concreto, o protesto. As redes sociais foram fundamentais para a unificação do movimento tão incontrolável e voraz como um abalo sísmico que não conhece outra resposta a não ser verter sua sismicidade.

O agendamento de locais, datas, horários e instruções foi determinante para unir distâncias, eliminar separações e convergir pulsões sociopolíticas heterogêneas e heterodoxas. Como meio de informação alternativa e de emboscada, isto é, para além do tráfego noticioso mediado pelos grandes grupos, os sujeitos se informavam e registravam a trajetória dos atos e seu próprio envolvimento.

Além da espontaneidade e do volume das manifestações, duas características se destacavam: o discurso apartidário e a ausência de lideranças definidas. O discurso de “sem partidos” vigorou em cartazes, nas vocalizações e na conduta dos manifestantes que rejeitavam apropriação ideológica de um processo que consideravam popular e não tinha que ver com qualquer posicionamento político, mas tão somente com o compromisso de transformação da luta ali pleiteada.

Todavia, um miríade de demandas se ajuntava a uma diversidade de público e a própria ausência de uma organização formal, ao mesmo tempo conferia liberdade ideológica e tornava o movimento vulnerável a narrativas e apropriações de diversos sentidos e causas. Paradoxalmente, esse aspecto dava ao movimento a sobrevida e pujança necessária para que se arregimentassem como unidade de contrapoder, mas concorria também para sua efemeridade, já que o pensamento de urgência não é um pensamento de projeto, programa e futuro.

Retomar o caráter de espontaneidade do movimento é necessário para compreender sua dimensão como rede social e geográfica. As jornadas de junho

romperam como sobressalto. “Sem que ninguém esperasse. Sem líderes. Sem partidos nem sindicatos em sua organização. Sem apoio da mídia. Espontaneamente” (CASTELLS, 2013, p. 182).

A espontaneidade dos atos, marcada pela desorganização e ausência de lideranças ou de posicionamentos ideológicos institucionalizados causou indagação à leitura midiática e de governo, que não puderam prever com precisão a eclosão ou o desenvolvimento dos atos, resultando em sua má representação e tratamento inicial, alimentando ainda mais o grito encolerizado de insurgência das ruas.

De forma confusa, raivosa e otimista, foi surgindo por sua vez essa consciência de milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo, pois estavam - e estão - sempre conectadas, conectadas em rede e enredadas na rua, mão na mão, tuítes a tuítes, *post a post*, imagem a imagem. Um mundo de virtualidade real e realidade multimodal, um mundo novo que já não é novo, mas que as gerações mais jovens veem como seu (CASTELLS, 2013, p. 183-184).

As redes podem ser entendidas como sistemas de comunicação ou intercomunicação onde um programa unifica objetos e fluxos diante de um propósito central, evidenciando uma trama integrada (DIAS, 2001). Ora, tem-se na rede um conjunto de ligações que promovem uma integração diante de um projeto ou circuito (SOUZA, 2013b). Na trama das redes, compõem sua tessitura os fluxos como ligações e os pontos principais que promovem a articulação de tais fluxos, os nós.

A geograficidade de uma rede, porém, se dá na conjuntura de localizações ou projeções geográficas que se interconectam via fluxos tangíveis ou intangíveis, materiais ou imateriais, bem como em combinação (CORRÊA, 1997). Tais fluxos se articulam no espaço geográfico promovendo operações espaciais e espacializando objetos, trajetória e funções dentro de determinada dinâmica (CORRÊA, 2006).

As redes atendem a determinados programas, isto é, tem funções que habilitam dinâmicas socioespaciais, como redes de tráfego urbano ou esgotamento sanitário, utilizando para isso canais, objetos e processos dispostos no espaço e na sociedade como vias, estruturas urbanas e canais simbólicos. Porém, embora contenha um programa e utilize de dimensões

socioespaciais para verter seu funcionamento, as redes nem sempre são aparentes ou visíveis em um primeiro momento.

Zibechi (1997; 2008; 2015) postula um conceito de rede que emula a expectativa de manifestação aparente e reconhecida: as redes ocultas ou submersas. Doravante denominadas de submersas, tais redes não gozam de visibilidade e são imperceptíveis da mídia, governo e grande público (ZIBECHI, 1997; CASTRO, 2013b). Até que eclodam por meio da fermentação sociopolítica, tais redes permanecem na penumbra social.

Ressalte-se que o caráter submerso destas redes não indicam situação de clandestinidade ou ilegalidade. Na cidade, no espaço, na realidade social, diversos espectros de redes estão dispersas e funcionam de modo invisível. Nelas, “operam laboratórios culturais, em que se constroem significados e códigos diferentes dos dominantes” que, quando “emergem e confrontam a autoridade, as redes ocultas se tornam visíveis” (ZIBECHI, 1997, p. 52).

Junho de 2013 abarca essa dinâmica em sua práxis. O enredamento dos protestos cuja organização e dinâmica se mostra abrupta, vertiginosamente escalar e volumosa em termos de adesão, denota um caráter submerso precedente à sua origem e desenvolvimento. A real dimensão dos atos, desconhecida especialmente das narrativas midiáticas e da percepção governamental, tomou as ruas com desassombro e clamando atenção para a unidade partilhada incomum.

Como conteúdo reativo submerso, o aumento na tarifa de transporte público, a corrupção por trás da organização da Copa do Mundo sediada no país, os desarranjos dos serviços urbanos e públicos em termos de saúde, educação e economia. A querela contra a corrupção e o sentimento de má representação política. O direito à condições de vida, à dignidade e respeito como cidadão. Tal conjunto de causas feitas demandas, há muito concentravam pressão sobre a população.

As vivências cotidianas das contradições sociais e da opressão dos sistemas de dominação, alimentadas pelas narrativas sistemáticas de corrupção, concentraram energias de insatisfação e descrença no imaginário popular. Mas não só o imaginário sentia, o exercício cotidiano era testemunha cativa e fidedigna das feridas urbanas e sociais a que a população brasileira era submetida. Cada nova história e relato era um novo dardo inflamado.

As fagulhas de indignação deram origem a um estado inflamado de indignação feita insurgência. Discute-se aqui que as jornadas de junho antes de tomarem tal alcunha e representarem uma mobilização foram sedimentadas por essas narrativas e vivências da quotidianidade entre os sujeitos e os espaços de suas experiências de vida. O confronto com as contradições e a pulverização das condições de vida abasteceram um estado de insatisfação fornecedor do combustível de insurgência dos atos.

Concorre para esse processo de submersão, a mudança de modelos culturais. Os costumeiros movimentos sociais organizados e com narrativas já conhecidas histórica e cotidianamente não representam a totalidade das formas de ativismo e encadeamento de insurgência contra a dominação, o poder vigente ou a autoridade. A internet, notadamente pela cibercultura com as redes sociais, concorre para que outras vias e canais participem da lógica social de desenvolvimento de códigos simbólicos de poder e contrapoder.

Como anteriormente evidenciado, as jornadas de junho operaram como uma mobilização em camadas. Isto é, cooperaram com o desenvolvimento de uma territorialidade insurgente e solidária - radicada por uma identidade partilhada por uma população experimentada na quotidianidade dos cenários brasileiros e um exercício emocional de busca por transformação - e o enredamento aqui discutido por meio dos fluxos carregados pelas redes sociais on-line como pelas de operação off-line, no chão do cotidiano.

Um circuito socioespacial marcado por uma tessitura reticulada que convoca não só a materialidade das ruas, dos espaços públicos e do exercício insurgente prático, mas conclama a imaterialidade do exercício emocional ante o arrochar dos contrários e a insatisfação que se torna nutriente de luta e as vias do ciberespaço. A particularidade das jornadas de junho como mobilização social e como movimento no espaço é a combinação de pulsões e dinâmicas, seja nas territorialidades que emancipam o despertar de um gigante, seja nas redes que guiam sua ação e coadunam seu sentimento.

2.3 Uma jornada multiescalar

Cerca de 2,7 milhões de manifestantes, 538 cidades dos 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, 73 cidades no exterior em 26 países, 14 dias de

protestos em uma jornada que questiona o *modus operandi* da insurgência contemporânea e suas imbricações socioespaciais. As jornadas de junho questionam, a partir de sua unidade, a cooperação diversificada de espaços, sujeitos, territórios e identidades em um único tecido insurgente.

Ao defrontar-se com o embrião do movimento em São Paulo e adjacências, uma leitura escalar local e regional poderia ser rapidamente aplicada. No entanto, a difusão dos atos e seu encadeamento em uma mesma pasta de ação as demandas dos protestos, gira as lentes de análise para a abrangência de uma escala nacional. A participação internacional na sintonia sincrônica dos protestos acaba por deglutir a noção escalar das manifestações e acaba por alcançar suas multidimensões.

Há que se pensar ainda na tributação do movimento à onda insurgente que perpassou África, Oriente Médio, Europa, América do Norte e do Sul. Os fenômenos são conhecidos do repertório midiático: Primavera Árabe, Revolta dos Indignados, a geração à rasca, os manifestantes gregos da Praça Syntagma, os pinguins chilenos e o *Occupy Wall Street* norte-americano. De janeiro de 2010 à junho de 2013, diversos atos têm costurado um ação insurgente global virtualmente³⁵ conectada.

De um lado, a sincronia de um conjunto de protestos amplificados em uma miríade de atos localizados e dispostos sobre o território nacional. Sincronia que revela o desenvolvimento de identificação e engajamento a formar pulsões territoriais, abrigando dinâmicas relacionais e insurgentes, alicerçada por redes autocomunicantes.

Do outro lado, a diacronia de atos que unem as vozes de sujeitos dispostos sobre o vasto território nacional, combinando na identidade e no relacionamento de sua territorialidade insurgente, as vivências, os cenários, os contextos, processos e estruturas que se acumulam temporalmente nos níveis escalares que alimentaram a mobilização. São os relatos locais, as condições regionais, os cenários nacionais e os processos globais nutrindo a representação de uma jornada multiescalar.

O mote do transporte público foi o mais popular, principalmente nas cidades que têm redes de ônibus. Mas os protestos também ganharam

³⁵O advérbio “virtualmente” é aqui adjetivado com o sentido de “potencialmente” ou “ubiquamente”, sem relação ainda com a discussão sobre internet e redes sociais on-line.

conotações regionais, especialmente nas cidades menores (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8).

Reação em cadeia (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3).

Mais de 1 milhão vai às ruas no país (Estadão, 21 jun. 2013, p. 1).

As manifestações se desenvolveram sob o mesmo sele e sentimento, movendo os participantes a verbalizarem e vocalizarem demandas variadas. As demandas partiam dos contextos mais particularidades, visitando as peculiaridades das vivências das cidades de pequeno porte, passando pelos cenários enfrentados pelas cidades de médio porte e aos percalços que afetam as grandes cidades e os eixos socioespaciais a elas atrelados.

São os projetos de vida de comunidades, as lutas diárias de grupos sem visibilidade institucional, as condições de vida locais, são as queixas de desestruturas sentidas regionalmente, as vivências particulares que se aderem a combinação variada que forma o cenário nacional. Essa variada cartela de sentidos, reivindicações e identidades trazidas do local para o nacional é que fomentaram o sentido de uma luta comum, com um engajamento incomum, sob uma única jornada.

O resultado percebido foi uma abrangência fugidia, isto é, que leva a compreensão a se deslocar sobre o local, visitar o regional, partir do nacional, sem prescindir do global, ora sob panorama, ora sob particularização. Uma “reação em cadeia” foi a etiqueta noticiosa a representar o que se presenciava ao longo de quase uma quinzena de atos que designaram junho de 2013 como uma jornada multiescalar.

Entendendo a escala como um conceito que permite contextualizar concepções da realidade, é preciso considerar que a escala e diferentes variações dela se estabelecem por meio da articulação interações sociais por meio de uma estrutura histórico-geográfica (CASTRO, 2001; SOUZA, 2013a). Isso aponta para o caráter social da escala, isto é, como conceito não dado, sua tipologia, abrangência e peso são parte de um processo de construção social da escala (SOUZA, 2013a).

Junho de 2013 apresenta uma tipologia escalar: fundada em uma escala de fenômeno, remetendo ao caráter de movimento ou mobilização social; de análise, na medida em que flexiona seus diferentes níveis em uma abrangência geográfica; e de ação, no que toca ao regimento do movimento, sua

funcionalidade e difusão como intento de contrapoder com uma agenda própria (CASTRO, 2001; SOUZA, 2013a).

Retomando a metáfora sísmica, as jornadas de junho com o epicentro em São Paulo e no arqueamento e nós de uma rede insurgente catalisada no movimento, repercutiu magnitudes distintas ao longo de seu raio de alcance. A intensidade de ação operou diferentes escalas em diferentes níveis, gerando reações de aderência mais e menos volumosas, conforme a recepção a particularidade de cada ponto de impacto.

Castells (2013, p. 21) aplaina o caminho da discussão:

Mas direi isso: os movimentos sociais de hoje, e provavelmente aqueles que ocorreram ao longo da história [...] são constituídos de indivíduos. Digo isso no plural porque, na maior parte do que li das análises sobre esses movimentos em todas as épocas e sociedades, eu encontrei poucos indivíduos, às vezes apenas um único herói, acompanhados de uma multidão indiferenciada, chamada classe social, etnia, gênero, nação, fiéis ou quaisquer outras denominações coletivas dos subconjuntos da diversidade humana. No entanto, embora agrupar a experiência de vida das pessoas em convenientes categorias analíticas da estrutura social seja um método útil, as práticas reais que permitem que os movimentos surjam, transformem as instituições e, em última instância, a própria estrutura social são desenvolvidos por indivíduos, em seus corpos e em suas mentes.

Os protestos não ofereciam lideranças ou posicionamentos ideológicos centrais, ao contrário, os manifestantes rechaçavam o furto do protagonismo dos atos por ideologias de grupos, partidos e sindicatos³⁶. A contradição oferecida pelas manifestações eram não ser tipificada por uma coletividade indiferente ou um grupo neutro, mas por indivíduos engajados e que, mesmo na pluralidade de vozes, se agremiavam em uma proposta unificada.

É preciso destacar que a operação que gera transformação, o fragor socializante e politizante que se torna luta e a relevância de motivações e agendas que propiciam engajamento parte dos indivíduos, de sua ação como tais, de sua mentalidade, de sua emoção, de sua performance. O destaque, porém, vem da originalidade individual que articula e constrói empreendimentos sociais, dispostos a agirem sobre a realidade e a ela modificarem no tempo e no espaço.

³⁶Não se quer evidenciar aqui que os atos neutralizaram qualquer domínio ou discurso ideológico, apenas se reitera que na totalidade, o movimento não tinha bandeiras institucionalizadas. As multidões prezavam pela espontaneidade natural e original de protestos por tudo e por todos.

Em junho de 2013, os indivíduos confessando sua origem, suas vivências, suas experiências, seus sentimentos e pensamentos transformaram sua individualidade em práticas socioespaciais. Práticas marcadas pela sociabilidade e pelas interações que gestam a realidade e pela dimensão espacial, não limítrofe à distância, mas capaz de recombina-la em proximidade, engajamento e identidade.

A individualidade feita prática socioespacial e provada no sentimento de indignação cujos detonadores são diversos e se complexificam na própria trama do país ao ser posta em exercício gerou um uníssono capaz de engajar e identificar. “Desse modo, a questão-chave [...] é quando, como e por que uma pessoa ou uma centena de pessoas decidem, individualmente, fazer uma coisa que foram repetidamente aconselhadas a não fazer porque seriam punidas” (CASTELLS, 2013, p. 21).

É nessa perspectiva que se insere a escalaridade das jornadas de junho. Marcadas pela ação individual, pelos contextos que nomeiam diferentes abrangências geográficas, espacialidade, temporalidades e o modo insurgente que caracteriza um movimento social, as multiescalas são construídas a partir das múltiplas interações sociais travadas.

Essas interações se difundem por meio da difusão dos movimentos via mídia tradicional ou pela comunicação livre e empoderadora das redes sociais, pelo convite às ruas, pela indignação e insatisfação que se tornam solidariedade e autoidentificação feita participação. E são essas interações que produziram a multiescalaridade do movimento, uma vez que a escala é uma construção social (SOUZA, 2013a).

CAPÍTULO III

3. #VEMPRARUA: JORNADAS DE UM ESPAÇO EM REDE

Ao longo da história, os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores criando novas formas para organizar a vida social. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia da comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida (CASTELLS, 2013, p. 18).

Postagens, vídeos, imagens, *hashtags* e insurgência. Não apenas as ruas, os espaços de governança e os cenários da paisagem urbana foram apropriados e escoaram mensagens de protesto nas jornadas de junho. A materialidade e a imaterialidade que compuseram as dinâmicas socioespaciais

da mobilização se fundamentaram não apenas em fixos e fluxos convencionais, mas se depararam com um processo de refletância on-line e off-line.

O postulado de Castells (2013), que abre este capítulo, é uma chave de leitura para o fenômeno complexo e composto por camadas das jornadas de junho. O debate cresce quando se considera que os movimentos sociais são eminentemente transformadores, isto é, sua carga de sentido e aplicação não se desenrola sem provocar revoluções, intervenções ou alterações no seio social.

Ao questionar cenários e articular agendas, os movimentos sociais introjetam dinâmica à ordem social vigente, seja pela interrupção, quebra ou subversão dos circuitos convencionais. É parte da essência da insurgência provocar rupturas e instaurar processos que chacoalham a ideia de ordem estabelecida, lançando luzes sobre diversos recortes, feridas e contradições que marcam a tessitura social.

Como uma mobilização de contestação e denúncia da realidade, os movimentos se entrincheiram por meio da autonomia e da performance alternativa. Isto é, rechaçam meios e métodos dos quais o poder constituído se respalda e se atrelam a atividades submersas de insubordinação e primam pelo alternativo como forma de contrapoder.

Aqui se incluem o aporte das redes sociais e as possibilidades que a internet proporcionou aos manifestantes, ao movimento em si e aos cenários que se desenvolveram durante a trajetória. A internet permite uma comunicação ágil, autônoma e livre no que tangem discursos, interações e engajamentos. Na floresta de signos digitais, os atos se imiscuíram dos nós, arcos e fluxos que as redes digitais ofereciam entre plataformas, recursos e dispositivos.

A trajetória on-line das jornadas de junho pode ser entendida como indumentária de insurgência, isto é, roupagem e couraça que se adere à corporeidade da manifestação, implicando no delineamento de sua intenção e força. É necessário reiterar que a operação on-line do movimento se articula com a operação off-line para legitimar um ativismo que se expande para além do discurso.

Aos movimentos sociais são reservados os tratamentos discursivos de rebeldia, transtorno, reação, revolução, insubordinação e volatilidade. Entretanto, nesse prisma simbólico, a liberdade é que caracteriza o *modus operandi* e o *modus vivendi* dos movimentos sociais, abarcando em si os termos

anteriores. A liberdade da insurgência implica em uma comunicação autônoma, decisiva para a experiência sociopolítica que os movimentos produzem e desencadeiam.

Como anteriormente sustentado, os movimentos sociais têm relação intrínseca com o espaço. Para que sua mensagem se dissemine, seu conteúdo se difunda e sua ação produza efeitos, é preciso que os atos insurgentes agenciem as formas espaciais e nela produzam vínculos e comunidades, as quais são a base do encadeamento da ação insurgente que se processa coletiva, engajada, solidaria e ativamente.

Conforme Castells (2013), em sua base, os movimentos sociais precisam se constituir construindo um espaço público composto por comunidades livres no espaço urbano. Considerando que o espaço público institucionalizado detém marcas e os estandartes de interesses dominantes dos quais se objetiva, é preciso abrir novos canais e vias. A criação desses novos espaços e sua apropriação é determinante para a mudança social, pois atingem a realidade de dentro para fora, de sua base para sua forma, de sua função para sua práxis.

Estas vias e este espaço público livre com comunidades livres se organizam por meio dos lugares visíveis, amplamente observáveis na paisagem urbana, e os invisíveis, no campo da representação e nas conexões promovidas pela internet. Estes espaços se desenvolvem a partir de três aspectos: noção comunitária, significação e politização (CASTELLS, 2013).

Os movimentos sociais criam comunidade. O engajamento que as causas e agendas engendram só o fazem mediante a aproximação de sujeitos em sua unidade e pluralidade. A consciência que motiva a insurgência gera vínculos e os vínculos são essenciais na produção de um engajamento que respalda a luta. Os laços que se firmam no ideário de luta são elementos de coesão, no entanto, auxiliam a delimitar a distância entre o pleito e a realidade.

Em junho de 2013, a pluralidade de vozes e cenários a partir dos quais os manifestantes se unificaram foi marcada por uma relação multiescalar de proximidade. A noção de distanciamento pelas diferentes escalas, demandas, espacialidades e temporalidades poderia ser motivo de dispersão. No entanto, a coesão em torno da unidade na diversidade construiu-se a partir de uma noção

solidária, que por sua vez, se efetivou pela identificação causal entre os sujeitos, suas vivências e identidades.

A significação desses espaços de insurgência é determinante para sua articulação. Não há carência de significado no desencadeamento das mobilizações, uma vez que a ação, a resistência e as experiências em torno das manifestações são carregadas de poder simbólico. Tal poderio é determinante para a fecundidade da experiência sociopolítica do evento, gerando aderência entre sujeitos, fortalecendo sua prerrogativa e permitindo que sua ação perpassasse barreiras e entraves cuja ruptura é desejada.

A jornada brasileira é carregada de significados desde sua eclosão. As alcunhas de “o gigante acordou”, “vem pra rua” e “não é por R\$ 0,20, é por direitos”, entre tantos cartazes e marcadores de identificação consistiram em linhas de força da mensagem de protesto. O simbolismo presente nas ações, nas mensagens escritas e verbalizadas, e os gestos de ida às ruas não só integram o discurso, como dimensionaram a horizontalidade do poder ali elaborado.

A partir de uma noção comunitária que promove engajamento e da carga simbólica que adensa as relações no interior dos movimentos sociais, cumpre que seu espaço seja politizado. Isto implica que os conteúdos humanos, isto é, as vivências e experiências dos sujeitos passam a consistir um material social específico e nutrido no processo de insurgência, criando um esteio de debate, deliberação e luta.

As pautas levadas às ruas congregaram outros sujeitos e espaços à ação, seja por identificação, por consonância ou por estímulo. Tal despertar promoveu uma derrocada de atos, vozes e ações objetivando por meio da luta social a transformação da realidade. Por meio desta filiação sociopolítica, a coletividade de manifestantes se dirigiu às autoridades, a seus pares e ao conjunto social, interpelando sobre suas condições e toda sorte de demandas vocalizadas no fatídico mês de junho.

As jornadas de junho se efetivaram como uma mobilização híbrida entre as redes digitais e o espaço urbano, entrelaçando de modo intempestivo o ciberespaço ao urbano “numa interação implacável e constituindo, cultural e tecnologicamente, comunidades instantâneas de prática transformadora” (CASTELLS, 2013, p. 20).

3.1 “O lugar onde a humanidade funciona hoje”³⁷: o ciberespaço

Quando Pierre Lévy afirmou que o ciberespaço é o lugar onde o mundo funciona hoje, talvez a sentença parecesse um aforismo de impacto para discutir um novo panorama técnico, informacional e cultural. Todavia, o dito levyniano em ressonância às suas demais discussões em torno da temática do ciberespaço e da cibercultura - e unida a outras vozes na literatura -, se tornou mais do que um ditame, mas um certame que aponta cenários e baliza novas construções.

No pleno gozo do advento das tecnologias da informação e comunicação (TICs), o fragor da técnica passou a permear o ordenamento social. Do *personal computer* ao *smartphone*, é possível enxergar novos paradigmas de processamento da comunicação e da atividade humana, não se prendendo apenas à realidade das TICs e das telecomunicações.

Uma multiplicidade de lógicas, linguagens, capacidades e dispositivos povoaram não apenas o espaço, mas seu imaginário. Derivam daí o frenesi das redes sociais, os códigos próprios e hipertextuais da internet e toda a sorte de figuras socioculturais que fertilizam o dia a dia e que mesmo relegados a um julgamento depreciativo, revelam riquezas mais abissais sobre a contemporaneidade.

Os eixos de funcionamento da sociedade, da economia, da comunicação e da política se reordenaram ante uma aura tecnológica agregadora, facilitadora e pervasiva (CASTELLS, 1999a). Os fluxos produtivos são aparelhados, as atividades ordinárias são automatizadas e o progresso técnico passa a ser uma máxima de desenvolvimento, sinônimo de avanço e símbolo de êxito.

Em uma plena floresta de dispositivos e tecnologias, a informação tornou-se um viço social contemporâneo. Ela mune, integra, amplia e potencializa. Na internet, a informação é veloz e avassaladora em termos de difusão. Assim, o animal social aristotélico torna-se ainda mais cadente, onde informação e comunicação são propulsores que alteram as dinâmicas preexistentes de ordenamento social.

³⁷Trecho da fala de Pierre Lévy em palestra de outubro de 1994 no evento Festival Usina de Arte e Cultura em Porto Alegre/RS. Conferir em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2514.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2016.

A quotidianidade passou a incorporar novas tessituras, agora advindas de uma (i)materialidade virtualizante e deflagradora de novas interfaces cotidianas: socialização, identidade, ativismos e inteligência coletiva. Os tempos de cibercultura anunciam assim mais do que uma inocente e situacional revolução técnico-científica, mas sinalizam reconfigurações significativas na vida social, pública e privada.

Ora, convém dirigir o olhar sobre o ciberespaço e seu préstimo como espaço reticulado. A origem do termo ciberespaço é literária e se popularizou na ficção científica de William Gibson em seu *Neuromancer* de 1984, cuja definição se situa na hipernarrativa de uma:

[...] alucinação consensual vivida diariamente por bilhões de operadores autorizados, em todas as nações, por crianças aprendendo altos conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de dados de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz abrangendo o não-espaço da mente; nebulosas e constelações infindáveis de dados. Como marés de luzes da cidade (GIBSON, 2003, p. 67).

Todavia, a definição de Gibson pontua o ciberespaço como um experiência incomum, com desencaixe da realidade pontual de vivência dos sujeitos e das sociedades. A clarividência, assim, vem com Lévy (2000, p. 92) que postula o ciberespaço como um “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”.

O filósofo francês ainda continua:

Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de rede hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do próximo século (LÉVY, 2000, p. 92-93).

Nesse sentido, o ciberespaço diz de um esteio de comunicação, tal qual os meios de comunicação já experimentados e amplamente conhecidos, que surge e se estabelece a partir da interconexão de computadores (MIRANDA; NETTO, 2014). Essa definição não implica apenas na infraestrutura técnica e

material que sustenta a comunicação digital funcionalmente, mas contempla o contingente de informações que circula por suas vias, bem como os sujeitos que nelas trafegam e suas práticas (LÉVY, 2000).

Em Lemos (2015) e Lévy (2000), há o apontamento do despontar da microinformática nas bases de surgimento do ciberespaço. A partir da década de 1970, com o avanço dos computadores pessoais, coletivos e a internet, o ciberespaço passa a ganhar tónus e significação, passando de uma representação futurista a uma demanda social legítima e, que paulatinamente, ganhava contornos para além das especificidades materiais que evocava.

O lema da microinformática se consolidou como “computadores para o povo” (ou *computer to the people*), o que foi determinante para que sua agenda se consolidasse socialmente. O avanço da comunicação informática passou a ensejar um ritmo colaborativo, cooperativo e coletivo. Isto é, um movimento internacional de entusiastas sobre o poder que emanava desta nova realidade, o poder tecnocrático, passou a desencadear incrementos e melhorias velozes.

A informática torna-se eminentemente social, ou seja, passa a se consolidar como uma plataforma de socialização de funcionalidades, ou determinada a produzir colaboração e penetrar os espaços cotidianos, em oposição à característica fechada e não acessível dos computadores iniciais e da própria internet. Uma vocação tenra à sociabilidade e à aplicabilidade aderente às condições da realidade.

Lemos (2015, p. 99) esclarece:

A informática será uma ciência [...] da produção, organização, armazenamento e distribuição automatizada da informação, agora traduzida em *bits* [...]. A informática é, assim, uma forma de aliar o conhecimento da natureza às formas de funcionamento da sociedade moderna. Cria-se a possibilidade de leitura da realidade, traduzida pela linguagem digital, automatizando a informação.

Na trajetória de desenvolvimento da microinformática e dos computadores pessoais com a prerrogativa de apropriação e difusão popular, é a conexão ou a socialização das funções e papéis da informática o próximo passo com o computador conectado. Nesse ínterim, o desenvolvimento da internet torna-se emblemático, já que ela não apenas estabelece ligações entre sujeitos e

máquinas, mas reduz as distâncias entre os sujeitos e a informação, promovendo intercâmbios e a difusão de conteúdo de modo social.

A primeira concepção da microinformática é estritamente técnica e produtiva, uma vez que o maquinário será um produto de referência e imitação do cérebro humano. Posteriormente, a meta se torna outra: a ampliação da linguagem e da transmissão. A automatização de processos e a transmissão de dados se tornam marcantes, criando redes sistêmicas de acesso e difusão de informações. Finalmente, chega-se à proposta de fortalecimento da sociabilidade em rede, por meio de comunidades eletrônicas.

A revolução antes técnica, material e radicada à transmissão imaterial torna-se sobremaneira um estágio de operações (i)materiais, onde os processos lógicos, de infraestrutura e de práticas relacionais tornam-se um híbrido de definição do que a microinformática passaria a evocar em seu curso histórico e, como interessa a esta discussão, o tônus de definição e significado de impacto do ciberespaço.

Ciberespaço passa a designar, assim, uma conjuntura onde opera uma estrutura material e lógica de conectividade, na qual se produzem e difundem informações em afluxo por sujeitos que, por sua vez, desenvolvem relações e práticas diversas, desenvolvendo uma malha, uma rede de ação e atuação, um sistema de sociabilidade particularizado pela ubiquidade e pelas operações on/off-line.

Com estes arranjos, Lévy (2000) aponta três pulsões que constituem e ao mesmo tempo movem o ciberespaço: a interconexão de dispositivos e pessoas, a coletividade elaborada na emancipação de comunidades virtuais e o desenvolvimento da inteligência coletiva. Estas pulsões aliadas à trajetória de desenvolvimento do ciberespaço, que tem origem axial na história da microinformática, lançam bases para a compreensão do ciberespaço como um eixo contemporâneo de compreensão da sociedade, cuja proposta deste trabalho se assenta e que respaldam o título que abre este subcapítulo.

A interconexão é o principal atributo do ciberespaço – e essencialmente da noção contemporânea de informática. Designa a ligação dinâmica e funcional entre dispositivos, linguagens, equipamentos e sistemas, bem como as inter-relações destes com os sujeitos que neles operam e interagem produzindo práticas diversas de comunicação e socialização.

Na interconexão de dispositivos e sujeitos está o condicionamento do ciberespaço, uma vez que este se organiza e se sustenta na capacidade de comunicação e integração de linguagens de programação, armazenamento de informações, relações de produção, consumo e compartilhamento de conteúdo. Conectar, prover conexão e conectar-se tornam-se atributos de uma modalidade de navegação social por meio do ciberespaço (SANTOS *et al.*, 2015).

Estabelecer ligações lógicas entre máquinas-máquinas, máquinas-sujeitos e sujeitos-sujeitos indica um processo de complexificação dos elos humanos entre seus pares e para com os objetos que povoam a realidade. A interconexão promovida no ciberespaço é ubíqua, imaterial e virtual, isto é, não tem seu ocaso na materialidade, o que transforma as formas como são concebidos elos sociais e simbólicos entre sujeitos e objetos, produzindo novas camadas relacionais.

Se a interconexão estabelece ligações e elos, estes são prolongados pela segunda pulsão: as comunidades virtuais. Comunidade designa, naturalmente, a unidade de sujeitos adensada por um objetivo, identidade ou significado compartilhado. No ciberespaço, as comunidades continuam designando constructos sociais, porém reorganizados.

As comunidades virtuais, conforme Lévy (2000), são construções socioculturais erigidas na extensão do ciberespaço, a partir de afinidades, projetos comuns e sentidos de pertencimento à rede, que se estabelecem por meio de trocas sem delimitação espaçotemporal. A interação é o certame destas comunidades que se apoiam na tele-existência e na telerrealidade, isto é, na performance virtual, para se fundamentar.

Sua manifestação é difusa e particular. Podem se estabelecer em núcleos que fomentam a colaboração, espaços criados para tal ou se estabelecer espontaneamente. Tem por estatuto relações colaborativas, construtivas, heterogêneas e recíprocas conforme seu ideário e proposta. As comunidades virtuais não são estritamente institucionais – embora o possam ser –, mas são marcadas pela consciência da pluralidade de sujeitos em rede e das possibilidades que esta interface comunitária pode promover.

Este senso comunitário leva à terceira pulsão chamada por Lévy (2000) como o espírito da cibercultura ou sua meta e lugar de realização. A inteligência coletiva é a sintaxe das operações do ciberespaço. Em outras palavras, diz-se

do constructo colaborativo e compartilhável de saberes entre os sujeitos em rede que tem por meta ou realização o melhoramento e o aprimoramento do próprio ambiente em rede (LÉVY, 1998).

A inteligência coletiva produz a tessitura essencial do ciberespaço: o enredamento e a conexão de sujeitos e dispositivos em uma malha difusa e una. O intercâmbio, as trocas simbólicas, a produção e o compartilhamento de informações se estabelecem como a animação do ciberespaço, em que todas as ações possuem um princípio integrador, onde o incremento do próprio espaço de sua realização é ao mesmo tempo seu impulso motor.

Há que se destacar que a inteligência coletiva se estabelece ante um dilúvio informacional (LÉVY, 2000), isto é, a partir do contingente e fluxo de informações em rede. As práticas de difusão, compartilhamento, reparo, melhoramento e engajamento têm por princípios a interatividade – já característica das redes – e a liberdade, sem controle institucional estrito, mas na premissa de um domínio e interesse público.

A interconexão cria, viabiliza e consolida laços e elos, permitindo a produção e a manutenção de malhas e dinâmicas de ação e interação. Estas ações e interações constituem polos relacionais, capazes de concentrar as atividades e performances humanas em rede, originando núcleos, comunidades virtuais. Tais comunidades, por meio da sociabilidade e das conexões que lhe são características, produzem performances diversificadas, cujo princípio ulterior é a manutenção da própria rede em uma pluralidade de agendas.

As pulsões levynianas que caracterizam o ciberespaço o tornam um lócus espaçotemporal, isto é, um esteio articulado entre dispositivos, técnica e sujeitos a fundamentar uma dinâmica espacial regida pela virtualidade em consonância ao não-virtual (SANTOS; TRINDADE; ROCHA, 2015). Essa espacialidade virtual é aditivada pelas pulsões trazidas pelas conexões, pela coletividade em rede e a inteligência coletiva. Nesse sentido, desdobra-se mais do que um substrato perpassado por operações virtuais, mas um espectro dinâmico entre espacialidade, sociabilidade e reticulação.

Na alcunha do termo em questão, seja no fragor literário de Gibson seja na discussão levyniana, é possível decompor o ciberespaço em duas seções de análise geográfica: espaço e redes. O espaço como a operação funcional, (i)material e virtual, e redes como as múltiplas conexões e vias que se arrolam

formando uma malha on-line/off-line. Nessa perspectiva, lançando-se lume geográfico, espaço e rede se efetivam como dados epistemológicos e se anelam para constituir, organizar e explicitar a emergência e os fenômenos atrelados ao ciberespaço.

Espaço e rede como descritores do ciberespaço o posicionam como um modelo espacial reticulado, isto é, que opera sua espacialidade e dinâmicas espaciais em redes. Em última instância, o ciberespaço – pela cadência da informação que abarca e dos sujeitos que comporta – gera pontos rizomáticos, fluídos e neurais de espacialização conforme a diversificada tipologia de dispositivos e interfaces para tanto; pelas linguagens lógicas e a ambiência on-line, códigos e hiperlinks se tornam traquejos de comunicabilidade; e pela sociabilidade que provoca e é provocado, fomenta práticas diversas.

As premissas da espacialidade, reticulação e sociabilidade – retomando as pulsões de interconexão, comunidades virtuais e inteligência coletiva (LÉVY, 2000) – do ciberespaço, tem-se um composto pertinente à compreensão do que os fenômenos atrelados a este “lugar onde a humanidade funciona hoje”: a noção de cibercultura.

A cibercultura compreende as práticas socioculturais desenvolvidas no ciberespaço entre intercâmbios simbólicos, produtos e objetos culturais. Concentra as operações de produção de sentidos no ciberespaço, posicionando-se como um adensamento das performances, identidades, relações e fluxos perpetrados neste espaço reticulado, constituindo-se o aditivo e a fecundidade das realizações do ciberespaço.

Localizando as jornadas de junho neste prospecto, observa-se um movimento social caracterizado por práticas insurgentes desenvolvidas de modo on-line e off-line, isto é, tanto as práticas *in loco*, como as operações virtuais consistiram a insurgência dos atos desse evento. Não obstante, junho de 2013 revelou um movimento atrelado ao ciberespaço intrinsecamente e cujas práticas, performances, discursos e atos penderam de articulações em torno da cibercultura.

Entender que o movimento se inscreve em uma articulação socioespacial particularizada pelo ciberespaço e adensada pela cibercultura, permite posicionar os objetos e as teorias de natureza geográfica em outro espectro, onde as dinâmicas espaciais, sociais, culturais, políticas e comunicacionais são

componentes inerentes à constituição de fenômenos contemporâneos dessa natureza.

3.2 A insurgência é on-line e off-line

Ninguém esperava. Num mundo turvado por aflição econômica, cinismo político, vazia cultura e desesperança pessoal, aquilo apenas aconteceu. Subitamente, ditaduras podiam ser derrubadas pelas mãos desarmadas do povo, mesmo que essas mãos estivessem ensanguentadas pelo sacrifício dos que tombaram. Os mágicos das finanças passaram de objetos de inveja pública a alvos de desprezo universal. Políticos viram-se expostos como corruptos e mentirosos. Governos foram denunciados. A mídia tornou-se suspeita. A confiança desvaneceu-se. E a confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Sem confiança nada funciona. Sem confiança o contrato social se dissolve e as pessoas desaparecem, ao se transformarem em indivíduos defensivos lutando pela sobrevivência. Entretanto, nas margens de um mundo que havia chegado ao limite de sua capacidade de propiciar aos seres humanos a faculdade de viver juntos e compartilhar sua vida com a natureza, mais uma vez os indivíduos realmente se uniram para encontrar novas formas de sermos nós, o povo (CASTELLS, 2013, p. 11).

Os cenários de incertezas, desconfiança e desesperança já se arrastavam ao longo de décadas. As contradições sociais arrojavam cada vez mais a experiência cotidiana da população em tempos, espaços e escalas diferentes. O contexto era desolador, já que as fontes de creditação desmoronavam aos poucos e a perspectiva que lança ao futuro se deparava com de desarranjos políticos e econômicos e toda a sorte de casos que pareciam evanescer qualquer solidez em velocidade, volume e ritmo.

Esse roteiro descritivo reúne os elementos que compõem a combustão para movimentos de insurgência: a ausência de gerenciamento das instituições, a lacuna de organização do poder político, a austeridade de vida que passa a tornar lascivo o ambiente exigindo dos sujeitos um esforço intenso por sobrevivência e a experiência pessoal posta em xeque por condições insalubres, revogando conquistas e ameaçando o que estava consolidado.

Esta narrativa de Castells (2013) sumariza o panorama de manifestações ocorridas em todo o globo, mas postula o encadeamento estrutural que fundamenta a insurgência contemporânea em qualquer caso, evento ou localização. Corrupção e desfaçatez política, inconsistência da autoridade governamental, descrédito midiático e experiência cotidiana insustentável, ausência de respostas ou diálogo, enfim, as estruturas e organismos que

fundamentam a ordem social sinalizavam falência, cujo revés era atomizado sobre a população.

A insurgência como instrumento popular e atividade social historicamente construída e verificável desponta como única atitude, reação e providência possível. Se as condições básicas de vivência e experiência harmônica com o espaço e o mundo socializado e simbólico que confere sentido aos sujeitos são ameaçadas, ou as condições básicas para tanto são detratadas ou postas em disputa, o levante é se torna ao mesmo tempo via e ferramenta possíveis.

O ato de inscrever nas ruas, no discurso, na voz e na reivindicação casos e descasos que assolam a coletividade é um gesto de denúncia. Denúncia circunscrita na experiência e externalizada nos dispositivos de insurgência, as ruas, os espaços públicos, a ocupação, a sinalização, as greves, entre outros. Denúncia que confronta os diferentes *status* que tocam a sociedade de onde pendem os atos, questionando sistemas, objetos e estruturas.

Entretanto, a insurgência é o ato de mobilização social essencialmente comunicacional, isto é, movimentos sociais e de protesto são práticas comunicativas, possuidoras de emissores, mensagens, códigos, canais e receptores para se efetivarem. Sendo um ato comunicacional, a insurgência é determinante para o tratamento das feridas sociais de todos os tempos, já que as coletividades que historicamente se levantam, o fazem como o único instrumento disponível de posicionamento da própria voz e imagem, apagadas pelo ritmo cotidiano e pelo tratamento de anomia que o poder faz.

Erguem as vozes aqueles que há muito não tem ressonância ou acústica para torná-las audíveis ou sequer relevantes e consideráveis para o trâmites regulares. Posicionam-se nos espaços urbanos aqueles cuja existência é tida por contingente ou fadada à compreensão de massa, imóvel e indiferenciada. Desse modo, a dimensão essencial da insurgência é uma prática de comunicação, respaldada na experiência, no ensejo e na realidade, comprometida em se difundir e ressoar pela sociedade que a abarca.

Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, Revolta dos Indignados, as jornadas de junho e a trajetória de movimentos sociais de que a História pode testemunhar são pulsões insurgentes e, portanto, pulsões comunicacionais. Como característico de algo que se move, se levante e possui impulso, não se resguarda na estagnação ou na inércia, mas se anela pela movimentação, pela

transformação e pela visibilidade que se apresenta evidente, urgente e necessária.

Junho de 2013 testemunhou a perturbação do sono do gigante, que acorda ante ruídos e põe-se de pé novamente. Desperto, passa a reclamar as ausências e lacunas que seu ambiente passa a apresentar, rebelando-se contra seus detratores e reclamando sua liberdade, antes acreditada, mas apenas anuviada durante seu sono. Seu despertar significa agora o movimento de seus passos e coordenação de seus atos que passa agora a serem determinantes para que o equilíbrio de sua realidade não seja apenas notívago ou fadado à ilusão do sono.

Começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas – que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder. Compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais. Uniram-se. E sua união os ajudou a superar o medo, essa emoção paralisante em que os poderes constituídos se sustentam para prosperar e se reproduzir, por intimidação ou desestímulo – e, quando necessário, pela violência pura e simples, seja ela disfarçada ou institucionalmente aplicada. Da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público, num encontro às cegas entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história –, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais (CASTELLS, 2013, p. 11-12).

Se a insurgência é em si um ato de comunicação, nas jornadas de junho, esta premissa é fortalecida por um de seus aspectos fundamentais: a operação on-line via redes sociais. Entendendo a comunicação convencional como aquela que é produzida e transmitida a partir dos grandes grupos de mídia, participantes da atividade econômica e dos postulados públicos, foi natural que esta perdesse o apelo junto aos sujeitos, especialmente os que se organizaram nas ruas.

Como enunciado por Castells (2013), o movimento não prescinde da internet, nem a tem por acessório sofisticado ou rótulo e vitrine de modernidade, mas “começam” com ela. Como anteriormente destacado, tal aspecto é condição do *modus vivendi* e do *modus operandi* do movimento, como substância basal, energia que move seu eixo ou condição existencial. Assim, o ciberespaço e sua prerrogativa fomentaram e foram partícipes dos eventos.

É factual que as iniciativas pública e privada detêm o domínio da comunicação de massa por meio de seu exercício de poder. Este mesmo poder buscou historicamente sua legitimação por meio de dispositivos e produtos de comunicação, balizando e sustentando sua ação. Se os canais de comunicação são ocupados ou preenchidos por valores que concernem ao poder legitimado, já hegemônico e dominante, a insurgência se manifesta nas entrelinhas, na periferia desse circuito, nos espaços de ocasião e oportunidade.

A internet torna-se, então, o meio, o suporte e o caminho para o dimensionamento da insurgência, já que é essencialmente constituída sob a liberdade de controle público ou privado. Liberdade que significa autonomia, celebrada sob a perspectiva da promoção de conexões, de comunidades virtuais e de inteligência coletiva (LÉVY, 2000), como estabelecido anteriormente. Tem-se, assim, uma via capaz de sustentar a rebeldia da insurgência que desafia o *status*.

É importante destacar a pertinência do postulado levyniano quanto às pulsões do ciberespaço. Promovendo interconexão e fomentando o viço de comunidades virtuais diversas, a ambiência proporcionada pelo ciberespaço e a internet em geral se tornam núcleos de inter-relações e partilha. Inter-relações e partilhas de natureza social, cultural e política, onde as angústias, as indagações, as experiências, os projetos de vida e os planos de ação dos indivíduos feitos coletividade são postos sob perspectiva e pavimentados sobre a sociabilidade em rede.

Emerge nesse prospecto uma noção solidária do ciberespaço, característica das redes, característica da sociabilidade de grupos coesos e característica da insurgência que preconiza a luta em função de uma coletividade cujos *status* são similares. A solidariedade em rede, e aqui insurgente, torna-se um traquejo para a unidade. Esta unidade aglutina ideais, sentimentos, sujeitos, identidades e dinâmicas que se dispõem ao movimento, à luta, à ação.

Há que se destacar que esta ambiência solidária e de unidade que modula redes passa a agrupar a diversidade, cujos projetos e trajetórias são múltiplas, mas simultaneamente reelaborados ou reunidos em um trajeto singularmente comum, desconsiderando polaridades de opinião ou filiação, o que fortalece a imagem e a programação insurgente.

Os atos de junho de 2013 guardaram estas premissas e no antegozo desta unidade na diversidade, promoveram sua articulação reticulada de modo espontâneo e abrupto, sendo apenas conhecedores do objeto e do projeto, e não de qualquer resultado previsível. Todavia, a autoconsciência somada à autonomia possibilitada pela internet deram condições de organização, sobrevida e capacidade de impacto ao movimento.

Eram múltiplos os conclames de #vemprarua e #ogiganteacordou. Eram eventos³⁸ com inúmeras confirmações e informações sobre a programação dos atos via Facebook, diversos termos e *hashtags* como *trending topics*³⁹ no Twitter gerando discussões e informações síncronas e assíncronas, postagens, imagens, *links* e remessas massivas de conteúdo implodindo *timelines* com a mesma menção: há um movimento, uma causa, uma luta e uma proposta de ação.

O ferramental de comunicação digital e interativa é um dos elementos mais característicos dos movimentos de junho. A internet já é partícipe de mais da metade dos domicílios brasileiros, representando 54,8%, implicando em sua popularização e penetração no cotidiano social (IBGE, 2015). A comunicação *mobile* via *smarphones* é crescente, representando a maior parcela de acesso a internet por dispositivo, 89% da população conectado utiliza telefones celulares para tanto, seguidos de 40% para computadores de mesa, (39%) para portáteis e *notebooks*, 19% para *tablets* e 8% para videogames.

A narrativa hiperconectada de junho de 2013 não representa, nesse sentido, uma ocasião de fantasia hipermoderna, mas um esquema contemporâneo que atinge e já é integrante da experiência de vida da sociedade brasileira. O crescimento do acesso a internet e deste acesso *mobile* denota novas práticas de consumo da informação, seja pela ocupação e papel da internet na vida diária, seja pela autonomia e consumo de informação sob demanda que os aparelhos móveis podem permitir, sem prescindir de tempos e espaços.

³⁸Eventos são uma ferramenta da rede social Facebook na qual usuários podem criar chamadas e convites para eventos, convidando outros usuários, promovendo sua ideia, seu círculo social ou para o caso comercial, marcas, produtos e serviços. Conferir: https://www.facebook.com/help/www/1076296042409786/?helpref=hc_fnav.

³⁹*Trending Topics* são uma ferramenta da rede social Twitter e consiste na parametrização de assuntos mais comentados ou abordados na rede em determinado recorte espacial. Conferir: <https://support.twitter.com/articles/268981>.

Para a produção e desenvolvimento dos atos, o usufruto da internet constituiu uma camada basal. Pela agilidade, praticidade e dinamicidade características da internet, população, manifestantes, autoridades políticas e grupos de mídia perceberam os atos e sofreram seu impacto por diversas formas. O usufruto da internet nas jornadas pode ser disposto em cinco vertentes: produção e compartilhamento de informações, organização e programação dos atos, checagem de fatos e laboratório sociocultural, vocalização de mensagens e produção de impacto.

A via matricial do uso da internet é a interface a um contingente de informações que circula e cresce em *continuum*, aspecto nomeado como dilúvio informacional por Lévy (2000). O *modus operandi* da internet é a produção, a circulação, o armazenamento e operacionalização de dados. O que leva a um *modus vivendi* que preconiza a navegação, a significação, a reelaboração, o compartilhamento e o manuseio de dados. A informação em volume e fluxo é deflagradora das práticas que perpassam a essência da vida em rede, do ciberespaço e da internet.

Se a desatenção ou narrativa tergiversa dos grupos de mídia foi uma máxima para a caracterização inicial dos atos, a internet foi o diapasão para o contorno do poderio massivo da grande mídia. Sem domínios pré-fixados e oferecendo a possibilidade de liberdade, intercurso e autonomia, a internet tornou-se uma mídia alternativa. Manifestantes, grupos e cidadãos puderam informar e socializar informações pertinentes aos acontecimentos factuais sem vieses ou escolhas narrativas com bases editoriais.

O uso de redes sociais, *blogs* e outros tipológicos na internet tornaram-se as vias mestras para a alternância de narrativas que se mostravam inverossímeis em um primeiro momento. As narrativas cruas e não editadas das ruas, dos objetos e dos desejos dispostos na insurgência das jornadas eram possibilitadas pela internet de modo isento, comprometido com a articulação do programa do movimento.

Manifestantes e não manifestantes tinham acesso a parcelas de informação complementares e suplementares, uma vez que as vias tradicionais ora não eram críveis, ora eram superficiais, ora não estavam imbuídas do significado – e até a compreensão – dos atos. Informações, dados, fatos, números, significados, explicações e descrições eram difundidas, o que garantia

o viço dos atos, sua consistência, sua unidade e seu processual de contornar a invisibilidade taxativa ou a narrativa distorcida.

Considerando o domínio das vias expressas de comunicação midiática pelo poderio privado ou governamental, a produção alternativa e independente de informações pela internet representa uma frente de contrapoder, já que não só descentraliza a hegemonia, mas a pulveriza, concedendo parcelas de poder à coletividade pelo consumo de informação. Desse modo, há um sentido empoderador pertinente à insurgência em questão e à compreensão do papel da internet nas instituições democráticas contemporâneas.

Face à informação produzida e disseminada, a articulação dos atos foi possível em um movimento marcado pela horizontalidade em sentido de liderança, ausência de bandeiras específicas e com protagonismo disperso pelo coletivo. Na internet, o agendamento e a programação dos atos foram organizados de forma precisa, clara e rápida, permitindo aos sujeitos o acompanhamento em tempo real e onde quer que estivessem localizados sobre a dimensão do movimento.

Para além da perspectiva organizacional de programação, convite e arregimento dos atos em diferentes escalas, este cenário implicou na pregnância de atos marcados por uma espacialidade e uma territorialidade dispersante, isto é, pautada por uma multiescalaridade. Estas práticas tornaram possíveis a visibilidade dos atos e a noção de seu crescimento, difusão e campo de ação, permitindo sua durabilidade e consolidação de seu significado para qualquer tempo.

A disputa simbólica foi o primeiro marcador do tratamento midiático das manifestações. Nesse sentido, múltiplas e divergentes narrativas se difundiam, produzindo panoramas conflituosos sobre o significado, a dimensão e a repercussão dos atos, o que poderia configurar um quadro de dispersão e dissonância. Todavia, a ambiência em rede por meio da produção e compartilhamento de informações em tempo real permitiu um trabalho de checagem de fatos, isto é, de clarividência sobre a realidade dos acontecimentos.

Velocidade e a interatividade permitem que a comunicação digital atinja patamares distintos em relação ao esquema midiático tradicional. As ruas eram a via de fluxo e ao mesmo tempo o ponto de acesso e comunicação, uma vez

que as informações eram atualizadas e coproduzidas a partir delas. Emerge, assim, uma espécie de laboratório cultural, onde a interatividade empodera, informa e potencializa a liberdade e a autonomia, o que essencialmente definem a identidade da insurgência.

A vocalização das mensagens insurgentes foi intensificada por meio da informação que se difunde e a interatividade que se expande na internet. O conteúdo de protesto, o posicionamento reivindicatório e as queixas encontravam ressonância pelos recônditos do ciberespaço, produzindo uma estrutura de conteúdo insurgente e de difusão da mensagem em um processo de produção de significado em torno do movimento.

As *hashtags*, as imagens, os vídeos e os *links* criaram tessituras simbólicas que ressignificaram o jogo insurgente, com termos, alusões, signos e códigos que, por sua vez, fortaleciam os atos e tornavam sua frente de ação mais complexa e produtiva do ponto de vista sociocultural. Nesse sentido, a força dos movimentos e o engajamento se tornam sobremaneira maiores, já que o aporte linguístico e a construção simbólica passam a atribuir lógica e sentido ao que a experiência negativa pelo que se luta contra fazia por anular.

A atribuição de significado aos atos fortalece suas premissas e a dimensão dos objetos de luta e disputa, tornando os atos de insurgência mais provocativos e pontuais. Isso implica na produção de impacto da mensagem insurgente que extrapola a condição corriqueira de manifestação e torna-se um evento que se circunscreve historicamente na trajetória da sociedade que o comportou. Afinal, o poder simbólico suplanta as outras formas de poder (político, coercitivo e econômico) por seu caráter de expressão e ação. Junho de 2013 nas ruas era um exercício de contrapoder, insurgência e de poder simbólico, conforme a internet (ciberespaço e cibercultura) constituía-se como aditivo de seu desenvolvimento.

Da produção e compartilhamento de informações, organização e programação dos atos, checagem de fatos e laboratório sociocultural, vocalização de mensagens e produção de impacto, o usufruto da internet nos atos constituiu uma espécie de aldeia. Uma aldeia interligada e interseccionada pelas conexões promovidas pela internet e que se difunde em rede, tornando o movimento uma expressão solidária de práticas sociopolíticas, fortalecidas pelas relações em rede e pelo ferramental de autonomia oferecido pela internet.

Considerando que a experiência de insurgência é um ato comunicacional, pode-se alinhar aqui a perspectiva de Castells (2013, p. 15):

A constituição das redes é operada pelo da comunicação. Comunicação é o processo da comunicação socializada. [...] A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão de constante mudança. [...] Existe, contudo, uma característica comum a todos os processos de construção simbólica: eles dependem amplamente das mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas nas redes de comunicação multimídia. Embora cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicados, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação. Assim, a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder.

Em junho de 2013, territorialidades solidárias de insurgência se estenderam pelo território nacional, compartilhando o vigor reivindicatório e as pulsões que designavam o movimento. O usufruto da internet como ferramenta e indumentária é consonante a esse processo, já que o viabiliza, tornando a experiência sociopolítica uma aldeia cujas interconexões ubíquas e sociais on-line, suplantam a distância, tornando a experiência off-line alinhada e intercomunicante com a diáspora insurgente estabelecida.

Um processo comunicacional é um processo social, e socializando. As redes se desenvolvem e desencadeiam sua funcionalidade por meio de nós e malhas adensadas por vias comunicacionais. Isto implica que a comunicabilidade nas jornadas de junho, seja pelas operações on-line, seja pelas operações off-line, são partícipes constitutivos – e logo, inerentes – à trama do movimento, como o que o baliza, aplaina o caminho e confere sobrevida.

A comunicação é intempestiva na natureza humana e no ordenamento social contemporâneo, isto é, está presente irremediavelmente em todos os processos como eixo estruturante de transações, fluxos e relações variadas. Ora, para que haja comunicação, processos e meios devem ser posicionados e articulados para permitir que emissores e receptores travem sua experiência entre mensagens, canais e códigos. Este papel cabe à comunicação multimídia, isto é, à estrutura midiática vigente na sociedade, variável conforme a estrutura de cada localidade.

A espacialização e a espacialidade, as temporalidades, as territorialidades, as relações e interações sociais, a cultura, a política, o poder, as identidades em expressão e ação e a própria comunicação são processos de produção de sentido. Produção esta que se dá como um processo mental individual e coletivo e que se irradia como prática social inerente à condição e ao devir humano diante do mundo, sua experiência e seus projetos.

Entender as dinâmicas socioespaciais de um evento de insurgência a partir da perspectiva comunicacional é tornar mais aclarada uma dimensão axial do devir humano: o sentido dos objetos, das ações e das ideias. Nesse sentido, a agitação das massas ou a ebulição de territorialidades insurgentes – como no caso analisado – implicam no registro de mudanças no ambiente social e comunicacional, afetando a construção de sentido vigente, e nela, a produção das relações de poder, como atesta Castells (2013).

A comunicação digital ampliou as relações humanas em dimensões amplas. Pela ubiquidade, velocidade e mobilidade entre dispositivos, sistemas e recursos, uma multiplicidade de receptores é capaz de se afetar, ou melhor, de se conectar a um número indizível de outros sujeitos e suas redes, gerando tramas interconectadas por sujeitos, relações e informação. O destaque da revolução promovida pela comunicação digital não, contudo, o brilho das tecnologias e sistemas, mas sua inclinação social: a deflagração da autocomunicação.

A autocomunicação é um processo permitido por essa evolução em termos de comunicação, tecnologia e sociedade, onde “a produção da mensagem é decidida pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens na rede é autosselecionada” (CASTELLS, 2013, p. 16). Trata-se de um processo onde a mensagem, sua produção e sua difusão são multimodais e centradas na performance do indivíduo, sem mediações ou controles, em um procedimento de autonomia.

A comunicação de massa tradicional baseia-se em redes horizontais de comunicação, por sua vez marcadas verticalmente por representantes dos princípios que os veículos detentores e produtores de conteúdo midiático articulam em sua práxis comum. Isto não se verifica na autocomunicação de massa, já que “fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia

do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade” (CASTELLS, 2013, p. 16).

Em nossa sociedade, que conceptualizei como uma sociedade em rede, o poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, de acordo com os interesses e valores de atores habilitados. As redes de poder o exercem sobretudo influenciando a mente humana (mas não apenas) mediante as redes multimídia de comunicação de massa. Assim, as redes de comunicação são fontes decisivas de construção de poder (CASTELLS, 2013, p. 16).

As jornadas de junho não se estabelecem exclusivamente na tipicidade de movimentos sociais, mas a comunicação em rede é uma dimensão intrincada de sua concepção. E entendendo as redes de comunicação como fontais à produção de sentido e poder, fica evidente o papel das redes de comunicação e a refletância on-line e off-line do movimento. As manifestações são exercícios catárticos de expressão sociopolítica, pautados pelos efeitos do poder e a construção de sentido do ordenamento social e político vigente.

A autocomunicação como componente de junho de 2013 transforma o movimento em uma frente insurgente calcada em contrapoder e em disputa de sentidos, já que dota o sujeito de ação e protagonismo na produção e disseminação de mensagens, tornando-o um agente de dissonância às correntes hegemônicas de poder e produção de mensagens. Pode-se afirmar, assim, que a comunicação digital como autocomunicação é intrinsecamente empoderadora, já que permite a partir de si própria o rearranjo dos domínios e poderes em torno do simbólico, conseqüentemente influente em torno do que é decisório também.

Em uma análise dialética, Castells (2013) pontua que dada essa condição da autocomunicação, é que os governos temem a internet e a iniciativa privada a vê com reservas, onde ao mesmo tempo implementam medidas de controle, limitação e cerceamento sutis ou explorando-a comercialmente, como um celeiro de oportunidades. Todavia, o poder advindo da comunicação digital é uma ameaça às tomadas de decisão dos poderes político, coercitivo e econômico.

Recuperando as análises do capítulo de abertura deste trabalho, a eclosão dos protestos foi marcada por disputadas simbólicas na produção de diferentes narrativas, aquelas que vinham dos manifestantes e das ruas, e a que

vinha dos veículos de mídia tradicionais e das leituras dos governos. Assim, a comunicação tradicional – horizontal e vertical – detinha o controle das narrativas e, conseqüentemente, da produção de sentido em torno delas, desequilibrando o poder por meio da disputa simbólica.

No entanto, o usufruto da internet na perspectiva da autocomunicação, tornou as vocalizações e a difusão dos protestos mais cadente, desanuviando os roteiros narrativos sob controle midiático, já que os sujeitos passaram a produzir e difundir informações de modo autônomo, tornando o exercício sociopolítico um fator de equilíbrio de poderes e produção de sentido. A pavimentação do caminho para que a mensagem de insurgência fosse contemplada estava feita.

A autocomunicação prevê uma comunicação autônoma, isto é, pautada no protagonismo e no exercício dos sujeitos. O domínio da comunicação midiática tradicionalmente nas mãos de seus grupos e dos esquemas horizontalizantes e verticalizantes de difusão de mensagens se vê atravessado por um processo de comunicação que é igualmente estruturante, mas multimodal, constituindo uma situação de comunicação alternativa.

Comunicação alternativa aqui indica um processo capaz de desconfigurar o circuito hegemônico comunicacional, distribuindo o poder de produção e, especialmente, difusão de mensagens. Nesse ínterim, o usufruto das redes sociais e da internet no contexto dos protestos tornam-se recursos empoderadores e integrados à conjuntura de contrapoder, viabilizando o desenvolvimento organizado e simbólico dos atos, onde o espaço testemunha e também coopera como terreno e indumentária de insurgência.

A insurgência de junho de 2013 torna-se um recurso de manifestação sociopolítica, marcada por um processo de autocomunicação e de comunicação alternativa, sob uma estrutura espacial de ocupação (i)material e de territorialidades solidárias, cujo significado reside não apenas na mensagem, mas em sua própria organização e dinâmicas. Os noticiários relataram:

Convocados nas redes sociais (O Globo, 18 jun. 2013, p. 1, grifo nosso).

A internet teve papel fundamental na **organização** dos atos (Estadão, 18 jun. 2013, p. 14, grifo nosso).

Na internet, atos **mobilizam** 136 milhões (Estadão, 23 jun. 2013, p. 19, grifo nosso).

Protestos ocorrem em 17 capitais, **convocação** é feita pelas redes sociais (O Globo, 20 jun. 2013, p. 6, grifo nosso).

Protesto atraiu 35 mil pessoas e **ganhou corpo no Facebook**, chamado por organizações com forte **militância online** contra a corrupção (Estadão, 23 jun. 2013, p. 10, grifo nosso).

Entre os dias 13 e 21 deste mês, foram mais de **2 milhões de citações sobre os protestos**, ante 214 mil sobre a Copa das Confederações (Estadão, 23 jun. 2013, p. 19, grifo nosso).

Houve quem fosse manifestante de primeira viagem, trocando o **Facebook pela bandeira**, a **internet pelo asfalto** (Estadão, 21 jun. 2013, p. 18, grifo nosso).

O sentido de mobilização é claro. Os termos “convocados”, “organização”, “mobilizam” e “convocação” denotam o papel de atração e congregação do movimento. Considerando o circuito midiático tradicional operado pelos grupos de mídia e que dialogam com a iniciativa privada e o poder público, a comunicabilidade alternativa perpetrada pela internet fornecem os insumos e as condições de ressonância do espírito do movimento. Assim, criam-se zonas de convergência das narrativas e das vozes que ecoam coadunadas a partir das vias urbanas e das vias do ciberespaço.

O tom mobilizador conclama a ida às ruas, a ocupação dos espaços urbanos e a manifestação das reivindicações, no entanto a mobilização também é on-line. E esta tomada on-line é também ocupação, movimento, manifestação. O ciberespaço constitui uma espacialidade própria, atrelada ao corpo socioespacial do espaço material e imaterial convencionais. O espaço das redes on-line e da interconexão não é alegórico, mas possuem o empuxo e o viço característicos do polissêmico e complexo espaço como conceito e categoria geográfica.

A tomada das ruas e a das redes constituem um movimento uno. Não se opõem, não se antagonizam e não constituem modalidades diferentes de vivência do real. O que as diferencia são suas propriedades e sua operacionalização, virtuais e on-line, respectivamente. Os trechos “ganhou corpo no Facebook”, “militância online”, “2 milhões de citações sobre os protestos”, “Facebook pela bandeira” e “internet pelo asfalto” evidenciam o caráter orgânico e de refletância da insurgência que se manifesta on-line e também off-line.

Essa singularidade e funcionalidade orgânica podem ser observadas:

O papel das redes sociais (Facebook e Twitter) foi decisivo para a **articulação dos discursos** e para **divulgar hora e local dos protestos** (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8, grifo nosso).

O **fluxo paralelo de informação** possibilitou fazer comparações às versões das autoridades (Estadão, 23 jun. 2013, p. 19, grifo nosso).

Muitos recorreram aos **serviços para se informar**, a partir de relatos no Twitter e Facebook (Estadão, 23 jun. 2013, p. 19, grifo nosso).

[...] as redes sociais também **impulsionaram a escalada dos protestos**. [...] A publicação de fotos, vídeos e relatos na hora e logo após os protestos, tomam conta de YouTube, Twitter, Facebook, Instagram e Tumblr (O Globo, 18 jun. 2013, p. 9, grifo nosso).

A diferença foi a **força demonstrada pelas mídias sociais**, decisivas não apenas para a **mobilização** como para o **registro** de cada **detalhe em tempo real** das manifestações, e a **diversidade de palavras de ordem** (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3, grifo nosso).

Pelas redes sociais, 79 milhões de pessoas **falando de um tema** (Estadão, 18 jun. 2013, p. 14).

Exército **monitora** crise pelas redes sociais (Folha, 22 jun. 2013, p. C3).

A informação foi intempestiva, decisiva e balizadora dos atos. Um dos fluxos e capitais mais expressivos da contemporaneidade, a informação orienta, medeia e condiciona meios e sujeitos e, no ciberespaço, constitui seu afluxo. Nos protestos, o acesso e o consumo de informação foram elementares, uma vez que a disputa simbólica por narrativas e visibilidade constituía uma ameaça à sobrevivência e ao significado dos atos. O aporte da internet – das propriedades do ciberespaço – permitiu a desenvoltura dos atos penetrando as barreiras midiáticas hegemonicamente compostas.

Ao papel das operações on-line de informar e produzir performances a partir dela, podem ser observados os trechos “articulação dos discursos”, “divulgar hora e local dos protestos”, “fluxo paralelo de informação”, “serviços para se informar”, “impulsionaram a escalada dos protestos”, “força demonstrada pelas mídias sociais”, “mobilização”, “registro”, “detalhe em tempo real”, “diversidade de palavras de ordem”, “milhões de pessoas falando de um tema” e “monitora”.

O noticiário evidencia não apenas um descritivo factual de composição dos protestos, mas as dinâmicas constitutivas do movimento, prontamente observáveis a partir de sua articulação e interlocução nas ruas e na internet. A programação e orientação sobre os atos demonstra a funcionalidade

organizacional e, portanto, solidária e engajadora. O aporte de informação que se torna paralelo ao grande circuito denotam a autocomunicação alternativa. A narrativa de força mobilizadora, afluxo discursivo e monitoramento acenam para o contexto de contrapoder desencadeado com o movimento.

O contrapoder desencadeado pelas jornadas de junho foi exercido a partir do desenvolvimento de um processo insurgente marcado por operações comunicacionais autônomas e alternativas, isto é, livres de controle e domínio institucional de poderes de quaisquer naturezas, conforme Castells (2013). Este processo comunicacional insurgente provê comunidades – aqui, marcados pelas territorialidades de insurgência e solidárias, além da operação das redes –, onde as demandas e queixas passam ressoar a partir de um dispositivo cidadão, inscrito na dinâmica democrática da sociedade.

“Os atores da mudança social são capazes de exercer influência decisiva utilizando mecanismos de construção do poder que correspondem às formas e aos processos do poder na sociedade em rede” (CASTELLS, 2013, p. 18). O uso das redes sociais, de processos de comunicação autônoma e alternativa, os sujeitos reelaboram os objetos de querela e contradição social, tornando-os projetos de ação, reação e reconstrução social. E para tanto, subvertem o exercício de poder, subvertendo a prática comunicacional convencional, galgando resultados de resistência e expressão pública.

E se junho de 2013 como os movimentos em rede se tornam operações de contrapoder na sociedade em rede, como esse poder é exercido e como é subvertido?

Os *programadores* com a capacidade de elaborar cada uma das principais redes de que dependem a vida das pessoas (governo, parlamento, estabelecimento militar e de segurança, finanças, mídia, instituições de ciência e tecnologia etc.). E os *comutadores* que operam as conexões entre diferentes redes (barões da mídia introduzidos na classe política, elites financeiras que bancam elites políticas, elites políticas que se socorrem de instituições financeiras, empresas de mídia interligadas a empresas financeiras, instituições acadêmicas financiadas por grandes empresas etc.). Se o poder é exercido programando-se e alternando-se as redes, então o contrapoder, a tentativa deliberada de alterar as relações de poder, é desempenhando reprogramando-se as redes em torno de outros interesses e valores, e/ou rompendo as alternâncias predominantes, ao mesmo tempo que se alteram as redes de resistência e mudança social. [...] As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida (CASTELLS, 2013, p. 18, grifo do autor).

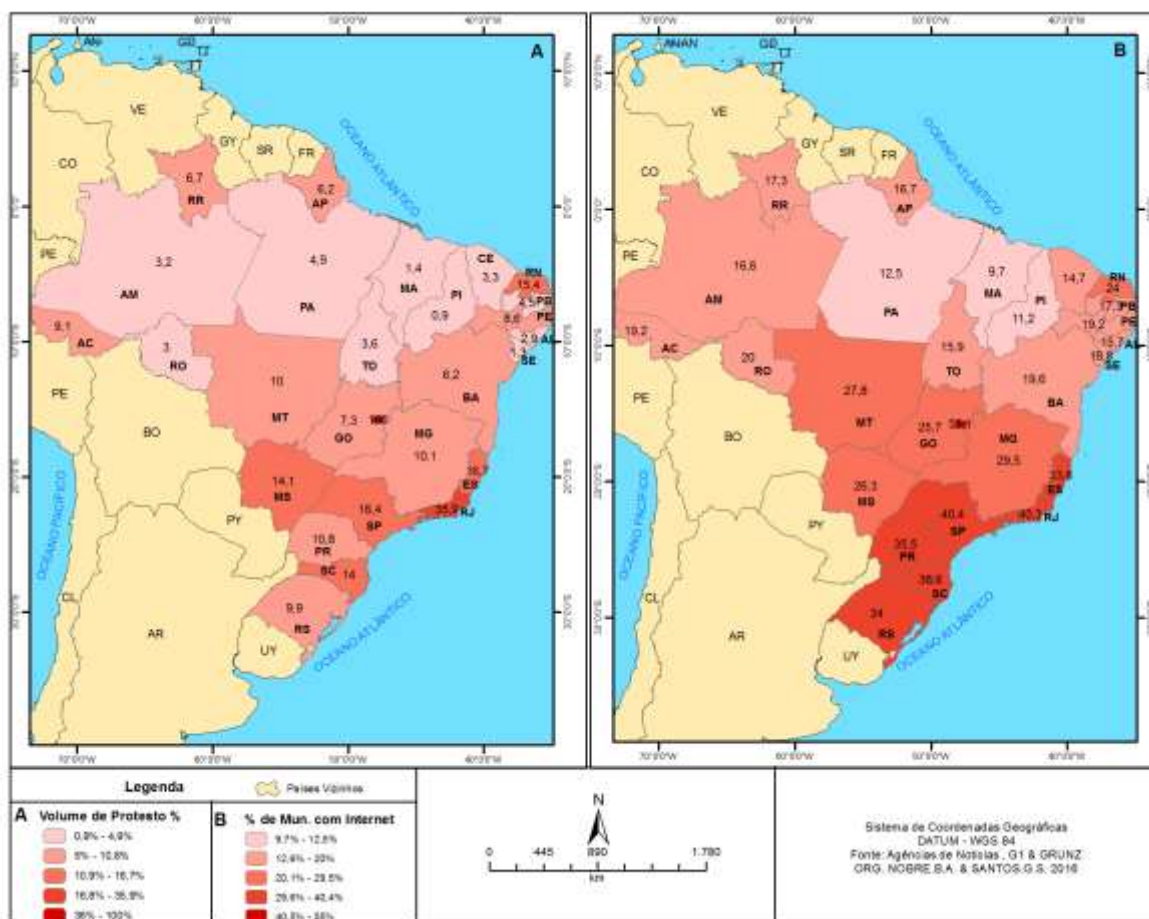
Entre as práticas de programadores e comutadores, a ação de insurgência acompanhada em junho de 2013 com a produção de ativismo a partir do ciberespaço constitui uma subversão do estabelecido, descentralizando o poder e o pulverizando na medida em que o recombina como força valorativa dos significados atribuídos aos gritos, passeatas, cartazes e postagens. O usufruto das redes sociais on-line torna-se um dispositivo de exercício de poder na medida em que previamente se posicionam como instrumentos de contrapoder, perfurando as barreiras institucionais hegemônicas.

Há que se destacar a terminologia e a cadência semântica para os termos ciberespaço, internet, redes e mídias sociais. Os vocábulos se ligam ao mesmo objeto da interconexão digital, todavia a sintaxe é concatenada pelo significado patente/latente de sociabilidade. O ciberespaço deriva comunidades, a internet é uma rede mundial, as redes e mídias são acompanhadas do termo social. Isto implica em considerar as práticas em torno do ciberespaço como uma prática eminentemente social e designadora de práxis que reorganizam as dinâmicas contemporâneas.

A insurgência é on-line. A insurgência é off-line. A tessitura das manifestações de junho de 2013 compreende um rol de operações entre a prática de tomada das ruas, dos espaços públicos, de interrupção dos fluxos e vocalização de demandas. Mas ao mesmo tempo, incluiu postagens, convocações, articulações narrativas, disseminação de informações e contra-informações e alternância de produção simbólica.

Duas operações interligadas e que compõem o mesmo movimento. Em consonância. Em integração. Em unidade. E, portanto, em refletância. Há um paralelismo construtivo entre o ativismo perpetrado off-line e aquele articulado on-line. Embora seja ligeiro o pensamento de maximizar uma operação em detrimento da outra no pensamento tradicional de descrédito ao virtual, os ativismos on-line e off-line dispensaram significados próprios, específicos e concatenados.

Figura 60 – Comparativo de protestos e acesso à internet por município



Nesta perspectiva, conforme o mapa (figura 60), indica-se o volume de protestos por estado/município comparado ao volume de acesso a internet por estado/município. Infere-se que a articulação de protestos no território nacional acompanha a curva de tendência de acesso a internet, onde as manchas de estados e municípios com maior distribuição de atos flexiona-se à intensidade das manchas de distribuição do acesso à internet no país.

Este prospecto oferece algumas luzes. Inicialmente, é possível destacar que o acesso a internet, em certa medida, contribui para a movimentação de contextos sociais práticos. Naturalmente, o mapa não inclui dimensões mais internas e ulteriores como condicionamentos sociais, culturais e circunstanciais implícitos. Porém, é cada vez mais corrente que o acesso a internet é uma variável salutar à democracia e ao exercício cidadão, uma vez que a informação forma, liberta de colonialismos modernos e gera autonomia (LEMOS, 2015; CASTELLS, 1999a; 2013).

3.3 Do espaço em rede: a geografia do ciberespaço

“Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ação”, evoca Santos (2002a, p. 62) ao se debruçar sobre a natureza do espaço. É nesta consideração miltoniana que o exame das jornadas de junho, a partir de sua operacionalização on-line/off-line, converge para a discussão da dimensão do espaço no ciberespaço, isto é, para uma geografia do ciberespaço.

Corrêa (1982, p. 32-34) discorre que “é, sobretudo, através da ação humana que o espaço desempenha um papel na sua organização” e, “enquanto [...] morada do homem, acreditamos ser necessário pensá-lo em termos de suas conexões com o tempo, pois tempo e espaço reúnem toda a experiência humana”. Esta perspectiva de inter-relação dos sujeitos e a articulação temporal torna o espaço o acontecer de práxis, um espectro da simultaneidade do espaço-tempo.

Em junho de 2013, pode-se observar a produção de um espaço reticulado e multiescalar, a emergência de territorialidades insurgentes e a aquiescência de um espaço arraigado às práticas virtuais, cujos desdobramentos são pontuais, factuais e prontamente relacionados ao ambiente não virtual.

O ciberespaço, como abordado anteriormente, é uma modalidade espacial caracterizada pela interconexão de sujeitos e dispositivos, pela sociabilidade e pela coletividade corresponsável por sua (re)construção continuada. Embora as relações socioespaciais sejam subvertidas pela virtualidade no ciberespaço, as práticas desenvolvidas em sua ambiência participam da realidade socioespacial não virtual, sendo nela axial, modal e influente.

Na ocorrência frequente de tipificação do virtual e on-line como inválido, como se sua perspectiva fosse alheia à realidade fora de sua dimensão, é preciso discutir que o ciberespaço pode ser caracterizado como espaço produzido e produtivo. Isto é, dotado dos elementos, fluxos e variáveis que abarcam a polissemia espacial e se aglutinam no objeto de anelo geográfico.

Ora, a dimensão virtualizada e subversiva da materialidade – e da própria imaterialidade – do espaço não é obstáculo para posicioná-lo como conceito

geográfico na senda do espaço como categoria de análise. Ao contrário, aproximar-se das propriedades do ciberespaço e das práticas nele desempenhadas é uma direção que toca a fragor do próprio conceito espacial, isto é, de seus objetos, fluxos, elementos fundantes e estruturantes.

Como fruto do desenvolvimento da microinformática, da interlocução entre os atores na própria malha – no que nomeia-se inteligência coletiva em Lévy (2000) –, da técnica, do resultado contínuo do aprimoramento dos sistemas funcionais entre lógicas humanas e artificiais e de sua própria definição, o ciberespaço se posiciona como espaço produzido e em produção.

O acesso e o uso da internet, a multiplicidade de dispositivos e aplicações customizáveis, o consumo e a difusão de informações, as interações desenvolvidas e o desenvolvimento do aparato em *hardware*, em *software* e em *peopleware* são práticas e ações de produção espacial localizados na ambiência do ciberespaço.

Nesse sentido, além de espaço produzido e em produção, o ciberespaço é também espaço produtivo. Isto é, um lócus de múltiplas operações humanas, resultado de fixos e fluxos e desencadeador de processos cuja ação humana é eixo e empuxo. As jornadas de junho são testemunhais expressivos desta qualidade de espaço produtivo, uma vez que tal condição forneceu insumos para que o movimento e suas dinâmicas se desenvolvessem.

Como espaço produzido, produtor e produtivo, o ciberespaço se arraiga à polissemia espacial descortinando novos cenários, arranjos e práticas. Nesse ínterim, a exploração da ambiência e do aparato do ciberespaço deixa de ser exótica e se torna corrente para a proposição de uma geografia que perscruta e revisita seus objetos.

Retomando o espaço como contingente da experiência humana em combinação ao tempo, é cadente posicionar o ciberespaço com suas práticas e propriedades como uma trilha investigativa, já que deflagra em si ações humanas e espaciais. Aproxima-se, deste modo de uma geografia que articula os signos e os dispositivos do ciberespaço, como partícipe deste sistema de objetos e sistema de ações, dotado de forma, função, estrutura e processos que é o espaço. Aproxima-se, enfim, de uma geografia que se abeira à subversão de conceitos e às narrativas da contemporaneidade, isto é, uma geografia do ciberespaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As jornadas de junho se constituíram como um movimento de insurgência disposto sobre o Brasil no período de junho de 2013, com base nas iniciativas do MPL em protesto contra a tarifa do transporte público em São Paulo, mas cujo escopo se ampliou e abarcou uma série de demandas sociais cuja origem é o âmago da sociedade brasileira na extensão e nas particularidades do território nacional.

Embora a narrativa parecesse usual para o tratamento de movimentos sociais, os atos concentraram particularidades que o inserem em uma nova forma de encarar a mobilização popular contemporânea, considerando novos insumos, recursos e práticas que tocam as relações entre sociedade e espaço. Junho de 2013 fez descortinar para a sociedade como práticas socioespaciais têm sido desenvolvidas na contemporaneidade, produzindo novas tessituras espaciais e relacionais.

O movimento foi marcado por uma tríplice dinâmica: socioespacial, sociopolítica e anamnética. O espaço por meio da ocupação, da apropriação e do tráfego tornou-se deflagrador do movimento, isto é, sua constituição ali envolveu mais do que um estado de substrato ou tecido de representação, mas arrolou-se como ferramenta e componente da insurgência. As ruas, os espaços públicos e estar no ambiente urbano despertaram performances simbólicas e materiais de sentido democrático, socializante e politizante.

As pautas reivindicatórias comumente relegadas a uma condição padrão, factual e simples, obtiveram nos atos uma marcação sociopolítica particular, uma vez que o engajamento popular criou circuitos reticulados de solidariedade, reunindo demandas múltiplas e específicas – dada a especificidade e variedade de cenários do país – em um espectro unificado de mobilização.

Tornou-se expressivo nos eventos, a consistência considerável do movimento, embora sua corporeidade fosse marcada pela ausência de lideranças gerais ou por qualquer força hierárquica verticalizada. O ímpeto dos atos derivou da produção de territorialidades de insurgência, onde o mosaico histórico-geográfico nacional se combinou com laços identitários marcados por sentimentos motores da experiência social cuja pujança vem das contradições e mazelas amplamente conhecidas e vividas.

Por meio de uma memória que recupera expectativas e experiências passadas, atualizando-as em uma missão redentora com o presente e em vias do futuro, os atos puderam se manter coesos e integrados sem qualquer aporte institucional oficial. Tal quadro permitiu que a insurgência se tornasse ampla, difusa e multiescalar, não dispensando um movimento multiforme ou múltiplos movimentos, mas um movimento uno cuja diversidade é marcada pelas relações entre espaço, sujeitos, território e redes.

As redes desempenharam um papel preponderante sobre a organização e sobrevida dos atos. O usufruto do ciberespaço como indumentária de protesto foi determinante para que a mobilização se constituísse como um ato de comunicação alternativo e autônomo, penetrando as barreiras midiáticas institucionalizadas para produzir suas próprias narrativas de contrapoder. Redes sociais, comunicação em tempo real, *hashtags*, imagens, vídeos e testemunhos fizeram emergir uma atmosfera de ação, reação, solidariedade e resistência.

Para a compreensão e tratamento dos movimentos sociais e outras tipologias de mobilização popular, fica evidente a necessidade de posicionar novas lentes de análise. A contemporaneidade tem encerrado novas vertentes, onde o estabelecido e o ordenado são subvertidos para a produção de novos sentidos. E estes novos sentidos produzidos são voláteis, ágeis e provocam micro e macro revoluções cotidianas, tornando a quotidianidade um panorama ora de alvorecer ora de crepúsculo.

No que tocam as relações dos sujeitos com o espaço e da própria condição epistemológica e ontológica do espaço, há que se considerar a variabilidade sempre nova que a polissemia deste conceito/categoria dispensa. O espaço torna-se não apenas condição, baliza e um *corpus* social, mas a cobertura das interações sociais ou componente da performance humana, não como objeto alheio, mas em uma combinação de internalização e externalização.

Nesse sentido, uma variável torna ainda mais complexo o diálogo com o espaço na contemporaneidade: o ciberespaço. As práticas no ciberespaço já não compreendem as narrativas de sofisticação técnica ou utopia tecnocrática. É preciso aproximar do ciberespaço como um objeto cuja espacialidade é premente. Tornar as narrativas, elementos e performances em torno do ciberespaço em pontos de observação espacial, torna a ciência geográfica mais aberta e inserida na complexidade que o anelo de sua práxis se faz: o espaço.

Junho de 2013 se liga a diversos outros movimentos similares desencadeados no mundo nos últimos 10 anos, o que prenuncia uma contemporaneidade marcada por exercícios socioespaciais intempestivos, pouco previsíveis e detentores de um fascínio científico e socialmente aplicável. Um movimento que se articula no uso espacial como ferramental sociopolítico, consistindo territorialidades insurgentes, redes de difusão de sua prática com reflexos on e off-line e de modo multiescalar oferece uma via de consideração do espaço e suas possibilidades como um caminho perene e inexplorado de todo.

As mobilizações sociais persistirão. As práticas sociais e produções culturais no ciberespaço persistirão. As performances espaciais persistirão. Cumpre observar estes fenômenos e cenários em cadeia com uma combinação de olhares e vertentes que tornem o diálogo com o contemporâneo mais sólido, retrátil e pertinente. Nos objetos contemporâneos orbitam uma constelação de variáveis que tornam sua investigação mais cadente, permitindo leituras que ampliam o conhecimento e melhoram as relações do homem com o mundo.

Os gritos de #vemprarua e o #giganteacordou já não ecoam associados ao evento de 2013, mas continuam a produzir reverberações conquanto a internet se torna um direito universal e passa a ser o principal elemento deflagrador de democracia na contemporaneidade, produzindo poder e devires. Novos significados são impressos socialmente para a articulação de poderes, a participação social e os impactos do ordenamento global.

A metáfora sismológica para movimentos sociais costuma indicar abalos por períodos limitados seguidos de calmaria prolongada. No entanto, a calmaria não é assintomática, apenas indica que de modo submerso, novas práticas, revoluções e laboratórios têm sido executados. O próximo epicentro desse abalo e os impactos dos reflexos de novos gigantes despertados podem ser conhecidos a qualquer momento, no tempo, no espaço, no ciberespaço.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A Política**. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2007.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRANDÃO, C. R. A primeira. Walter Benjamin. A dívida solidária com o passado. In: _____. **Memória Sertão**: cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão. São Paulo: Cone Sul; Uberaba: Editora Uniube, 1998. p. 27-34.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz & Terra, 1999a.

_____. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gehardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

_____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARTER, P. **Living in a new country**: history, travelling and language. Londres: Faber and Faber, 1992.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, R. L. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. In: _____. **Trajетórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1997. p. 107-118.

_____. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DEMATTEIS, G. Sul crocevia della territorialità urbana. In: DEMATTEIS, G. *et al.* (Org.). **I futuri della città – Tesi a confronto**. Milano: Angeli, 1999.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GUATTARI, F. **Caosmose: Um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. *et al.* **Occupy**. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. Tradução de João Alexandre Peschanski *et al.* São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

IASI, M. L. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2012**. v. 72. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese dos indicadores de 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **The production of space**. Tradução de D. Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, dez. 2007.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

NEVES, F. R. Nova Hermenêutica Histórico-Crítica: revolução anamnésica e solidariedade histórica em Walter Benjamin. **Contexto**, Mossoró, v. 3, n. 3, p. 103-110, jan./jul. 2008.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REYNAULD, A. T. J. Espaço, cultura e memória: relatos de migrantes no Rio de Janeiro. **Vivência**, Natal, n. 28, p. 159-166, 2005.

ROLNIK, R. Apresentação - As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 63-89.

SANTOS, G. S. *et al.* Cibercultura, interações sociais e pós-modernidade: realidade versus virtualidade. **Espacios**, Caracas, v. 36, n. 22, 2015.

SANTOS, G. S.; TRINDADE, L. T.; ROCHA, J. S. B. Um novo lócus espaçotemporal. **Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria, v. 14, n. 28, p. 171-186, 2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. O espaço geográfico como categoria filosófica. In: TERRA LIVRE. **O espaço em questão**. São Paulo: AGB e Marco Zero, 1988.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002a

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002b.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6 ed. São Paulo: Editora USP, 2008a.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SANTOS, R. E. N. **Movimentos sociais e Geografia**: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

_____. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHERER-WARREN, I. O caráter dos novos movimentos sociais. In: Scherer-Warren, Ilse e Krischke, Paulo J. (org.). **Uma revolução no cotidiano?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério L. L. da (Orgs.). **Redes, sociedade e território**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SEEMANN, J. O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas históricas e sociais. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 4, n. 1, 2002.

SEVCENKO, N. O Enigma pós-moderno. In: OLIVEIRA, R. C. **Pós-modernidade**. 5. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1995.

SILVEIRA, M. L. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 39-62.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas**: A reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, M. L. Escala geográfica, “construção social da escala” e “política de escalas”. In: _____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013a.

_____. Redes. In: _____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013b.

SOUSA, P. A. P.; BARLETTO, M. Identidades, memória e espacialidade na Festa do Rosário. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 8, n. 17, p. 123-137, set./dez. 2009.

SUERTEGARAY, M. D. A. Espaço uno e múltiplo. **Scripta Nova**, Barcelona, n. 93, jul. 2001.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

ZANINI, M. C. C. Construindo memórias, tecendo trajetórias. **Vivência**, Natal, n. 28, p. 115-122, 2005.

ZIBECHI, R. **La revuelta juvenil de los 90**. Las redes sociales en la gestación de una cultura alternativa. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1997.

_____. **Autonomías y emancipaciones**: América Latina en movimiento. Bajo Tierra-Sísifo Ediciones, México, 2008.

_____. **Territórios em resistência.** Cartografia política das periferias latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

APÊNDICE

Catologação das manifestações por estado, cidade e dia de protesto⁴⁰

JORNADAS DE JUNHO														
	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
AC		Rio Branco				Rio Branco						Rodrigo Alves		
AL	Maceió	Arapiraca		Maceió						Maceió	Maceió	Arapiraca		
AM				Manaus	President e Figueiredo			Manaus		Manaus				
AP			Macapá	Macapá						Macapá				
BA	Salvador	Camaçari	Vitória da Conquista	Barreiras Brumado Feira de Santana		Salvador			Simões Filho Teixeira de Freitas	Barreiras Ilhéus Mucuri Vitória da	Salvador		Salvador	Salvador

⁴⁰Fonte: G1 (2013) e Grunz (2013).

				Ilhéus Juazeiro Salvador						Conquista				
CE	Fortaleza	Iguatú Juazeiro do Norte		Fortaleza	Fortaleza		Fortaleza	Fortaleza Maracanaú			Fortaleza			
DF	Brasília	Brasília	Brasília	Brasília		Brasília	Brasília	Brasília Taguatinga	Brasília Planaltina	Distrito Federal Planaltina	Brasília	Brasília		Brasília
ES	Vitória			Vitória Cachoeiro do Itapemirim Colatina Guarapari Iconha São Mateus Linhares		Cariacica Marataízas Cachoeiro do Itapemirim		Vitória		Vitória		Serra Vitória		Vitória
GO		Goiânia	Cidade Ocidental Luziânia	Catalão Goiânia Itumbiara	Novo Gama Valparaíso de Goiás	Anápolis	Caldas Novas	Cristalina Goiânia Senador Canedo	Catalão Cristalina Goiânia	Anápolis Luziânia Goiânia	Goiânia	Goiânia		Goiânia

			Valparaíso de Goiás	Niquelândia Porangatu Rio Verde				Terezópolis		Uruaçu				
MA		São Luís	São Luís	Bacabal Imperatriz do Maranhão São José de Ribamar		São Luís		Bacabeira Imperatriz São Luís		São Luís	Raposa			São Luís
MG	Belo Horizonte Juiz de Fora Poços de Caldas Viçosa	Belo Horizonte Montes Claros	Belo Horizonte Divinópolis Ouro Preto	Araguari Betim Belo Horizonte Boa Esperança Caratinga Coronel Fabriciano Juiz de Fora Itajubá Montes Claros Ouro Preto Poços de Caldas	Alfenas Barreiro Belo Horizonte Cambuí Contagem Igarapé Ipatinga Montes Claros Nova União Ribeirão das Neves	Belo Horizonte Betim Carmo do Cajuru Pará de Minas Paracatuba Formiga Itaúna Contagem Conselheiro Lafaiete Igarapé Ribeirão das Neves	Belo Horizonte Sabará	Belo Horizonte Contagem Esmeraldas Governador Valadares Ibapa Juatuba Santana do Paraíso São Joaquim de Bicas Uberlândia	Belo Horizonte Betim Montes Claros Sabará Santa Luzia	Belo Horizonte Carmópolis de Minas Divinópolis Governador Valadares Pouso Alegre Uberlândia Varginha	Caeté	Betim Conselheiro Lafaiete Divinópolis João Pinheiro Juiz de Fora Sabará Uberaba	Belo Horizonte Betim Francisco Sá Itajubá Varginha	Belo Horizonte Vespasiano

				São Sebastião do Maranhão Uberlândia Varginha	Uberaba Varginha	Timóteo		a						
MT			Cuiabá	Cuiabá		Cuiabá				Cuiabá		Cuiabá		
MS		Três Lagoas	Corumbá Nova Andradina Três Lagoas	Dourados Campo Grande	Campo Grande Corumbá Maracaju	Campo Grande						Campo Grande		
PA	Belém			Belém				Belém		Belém			Belém	
PB				Campina Grande João Pessoa	Campina Grande	Caruaru Recife			Ingá	João Pessoa Mamanguapé	João Pessoa		João Pessoa	
PE	Recife			Recife Petrolina Guaranhuns Salgueiro Araripina	Recife					Recife	Petrolina	Recife		Recife

				Lagoa Grande										
				Ouricuri										
PI				Paranaíba	Picos			Teresina			Teresina	José de Freitas		
				Teresina	Teresina									
PR	Curitiba	Cianorte		Cascavel	Curitiba	Curitiba	Foz do Iguaçu	Céu Azul					Arapongas	
	Foz do Iguaçu	Cornélio Procópio		Castro	Marechal Cândido Rondon	Apucarama							Curitiba	
	Londrina	Maringá		Curitiba		Maringá								
	Ponta Grossa	Paranaguá		Londrina	Toledo	Paranavaí								
				Maringá		Foz do Iguaçu								
						Londrina								
						São José dos Pinhais								
						Cascavel								
RJ	Campos dos Goytacazes	São Gonçalo	Barra Mansa	Areal	Araruama	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Arraial do Cabo	Duque de Caxias	Petrópolis	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Barra do Pirai
	Rio de Janeiro		Cabo Frio	Angra dos Reis	Barra do Pirai	Maricá		São Pedro da Aldeia	Macaé	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Magé	Campos	Rio de Janeiro
	Três Rios		Niterói	Bom Jesus do Itabona	Duque de Caxias	Duque de Caxias		Seropédica	Niterói	Santa Cruz				
			Nova Friburgo	Búzios	Nova	São Fidelis			Nova Friburgo					
				Cabo Frio		Paty do			Petrópolis					

RR		Boa Vista	Boa Vista	Boa Vista		Boa Vista			Boa Vista			Boa Vista		
						Rorainópolis								
RS	Novo Hamburgo	Caxias do Sul	Santa Cruz do Sul	Alegrete	Alvorada	Bento Gonçalves	Porto Alegre	Bento Gonçalves	Cachoeirinha	Bagé	Alegrete	Butiá	Campo Grande	Dois Irmãos
	Porto Alegre	Erechim		Bagé	Caxias do Sul	Caçapava do Sul	Bagé	Canoas	Candelária	Cacequi	Fazenda Vilanova	Cachoeirinha	Cristal	Guaporé
		Santa Maria		Cachoeira do Sul	Eldorado do Sul	Cachoeira do Sul	Canela	Caxias do Sul	Caxias do Sul	Chuí	Passo Fundo	Caxias do Sul	Cruz Altas	Porto Alegre
		Frederico Westphalen		Itaqui	Encruzilhada do Sul	Camaquã	Erechim	Encruzilhada do Sul	Cruzeiro do Sul	Pelotas	Porto Alegre	Encatado	Estrela	Soledades
				Lajeado	Esteio	Caxias do Sul	Panambi	Encruzilhada do Sul	Gravataí	Porto Alegre	Passo do Sobrado	Esteira	Mariana Pimente	Tapes
				Passo Fundo	Frederico Westphalen	Cruz Alta	Flores da Cunha	Estrela	Estância Velha	Santa Cruz do Sul	Santa Maria	Fontoura Xavier	Nova Petrópolis	
				Pelotas	Encantado	Girua	Arroios dos Ratos	Farroupilha	Erval Seco	Rio Grande	Santa Maria	Guaíba	Pedro Osório	
				Porto Alegre	Girua	Guaíba	Venâncio Aires	Passo Fundo	Itaqui	Santa Maria	Santa Vitória do Palmar	Lajeado	Cerrito	
				Santa Maria	Gravataí	Gravataí	Antônio Prado	Piratini	Lajeado	Santa Vitória do Palmar	São Borja	Passo Fundo	Roca Sales	
				Santa Rosa	Horizontina	Guaporé	Ipê	Portão	Nova Santa Rita	São Borja	São Gabriel	Santa Maria	Santa Cruz do Sul	
				São Leopoldo	Ijuí	Injuí	Rolante	Porto Alegre	Novo Hamburgo	São Gabriel	São Pedro do Sul	São Jerônimo		
				Rio Grande	Novo Hamburgo	Imbé	Sananduva	Rio Grande	Pantano Grande	São Gabriel	Viamão	São José do Ouro		
					Palmeira das Missões	Lajeado	São Marcos	Rio Pardo	Passo Fundo			Tapejara		
					Passo Fundo	Lagoa Vermelha	Três de Maio	São Leopoldo	Restinga Seca					
					Santa Cruz do	Piratini		Santo	Santa					

					Sul Sapucaia do Sul Veranópolis	Quaraí Rio Pardo Roca Sales Rosário do Sul Santa Maria Santo Ângelo São Gabriel São Sepé Sobradinho Taquari Três Passos Tupanciretã Uruguaiana	Taquara Dom Pedrito Vera Cruz Capão da Canoa	Ângelo São José do Norte	Maria Santa Rosa São Borja Três Passos					
SC	Balneário Camboriú Chapecó Florianópolis		Blumenau Florianópolis Itajaí Jaraguá do Sul Joinville Pinhalzinho	Balneário Camboriú Chapecó Palhoça São José	Brusque Araquari Barra Velha Itapema Garuva Timbó	Florianópolis	Imbituba Itajaí Navegantes	Blumenau Brusque Criciúma Florianópolis Itajaí Mafra Major		Blumenu Chapecó Itajaí Ituporanga Joaçaba Herval	Florianópolis Chapecó Imbuia Itajaí Itapema Ituporanga	Correia Pinto Joinville Schroeder		

				Rio Sul		Taió			Vieira		D'Oeste	Joinville		
									Papanduv a Taboão da Serra		Florianóp olis Palhoça Tubarão			
SE				Aracaju					Aracaju		Aracaju			
SP	Araraquar a Bauru Guarujá Itapetining a Pindamon hagaba Santos São Paulo Votuporan ga	Cubatão Guarating uetá Itapeva Ourinhos Piracicaba Ribeirão Preto São Paulo São José dos Campos Valinhos São José do Rio Preto	Barreto s Lençóis Paulista Lins Guarujá Santan a do Parnaíb a São Bernard o do Campo São Paulo São Vicente Taboão da Serra	Americana Araraquara Cachoeira Paulista Campinas Caraguatatub a Cruzeiro Cerquilha Cubatão Franca Guaratinguet á Ilha Bela Itapetininga Itapeva	Arujá Barueiri Boituva Bragança Paulista Brotas Caçapav a Campina s Capão Bonito Conchas Cotia Guarulho s Hortolân dia	Araras Araraquara Birigui Embu-Guaç Guarujá Fernandópolis Extrema Iguapé Itaí Intaquaquec etuba Itu Jacareí Jales José	São Paulo Ubatuba	Aguai Campina s Campos do Jordão Campo Limp Paulista Cubatão Itanhaém Marília Matão Piquete Santos São Paulo	Araçarigua ma Caraguata tuba Guarujá Jandira Jundiá Piracicaba Ribeirão Preto Santos Salto de Pirapora São José dos Campos São Carlos	Alumínio Araçatuba Cachoeira Paulista Franca Guararema Itapecerica da Serra Ribeirão Preto Pindamonha gaba São Sebastião São Paulo	Americana Campina s Bauru Caçapav a Campina s Piracicaba Ribeirão Preto São José dos Campos São Paulo São Roque São Vicente Sorocab a	Campina s Cosmópo lis Guarulho s Jardinópo lis Ribeirão Preto Santos São Paulo Taboão da Serra Trememb é	Américo Brasiliens e Araçarigu ama Atibaia Fernandó polis Itapetining a Anguatub a Pedro de Toledo São Carlos São Paulo	São Paulo Taboão da Serra

					São Pedro São Vicente Santo André Ribeirão Preto Taboão da Serra Tietê									
TO				Palmas	Araguaína					Palmas		Gurupi		Nova Rosalândia